

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

GABRIELA DA SILVA FERREIRA

**ECONOMIA POLÍTICA DAS DROGAS: UMA ANÁLISE DA
GEOPOLÍTICA DO TRÁFICO DA COCAÍNA**

OURO PRETO

2020

GABRIELA DA SILVA FERREIRA

**ECONOMIA POLÍTICA DAS DROGAS: UMA ANÁLISE DA
GEOPOLÍTICA DO TRÁFICO DA COCAÍNA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia Aplicada da Universidade Federal de Ouro Preto para obtenção do título de Mestra em Economia.

Área de concentração: Desenvolvimento
Econômico

Orientador: Prof^o. Dr. Daniel do Val Cosentino

OURO PRETO

2020

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

F383e Ferreira, Gabriela Da Silva .
Economia Política das Drogas [manuscrito]: Uma Análise da
Geopolítica do Tráfico da Cocaína. / Gabriela Da Silva Ferreira. - 2020.
116 f.: il.: color., gráf., tab., mapa.

Orientador: Prof. Dr. Daniel Cosentino.
Dissertação (Mestrado Acadêmico). Universidade Federal de Ouro
Preto. Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Programa de Pós-
Graduação em Economia Aplicada.
Área de Concentração: Economia Aplicada.

1. Tráfico de drogas. 2. Cocaína. 3. Crime. 4. Crime comercial. 5.
Desenvolvimento econômico. 6. Economia. I. Cosentino, Daniel. II.
Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 330.101.8

Bibliotecário(a) Responsável: Essevalter De Sousa - Bibliotecário ICSA/UFOP



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
REITORIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA
APLICADA



FOLHA DE APROVAÇÃO

Gabriela da Silva Ferreira

Economia Política das drogas: uma análise da geopolítica do tráfico da cocaína.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia Aplicada da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Economia Aplicada

Aprovada em 29 de maio de 2020.

Membros da banca

Prof. Dr. Daniel do Val Cosentino - Orientador - Universidade Federal de Ouro Preto
Prof. Dr. André Mourthé de Oliveira - Universidade Federal de Ouro Preto
Prof. Dr. Leonardo Gomes de Deus - Universidade Federal de Minas Gerais

Prof. Dr. Daniel do Val Cosentino, orientador do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito no Repositório Institucional da UFOP em 18/01/2021.

Martin Harry Vargas Barrenechea
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Economia Aplicada



Documento assinado eletronicamente por **Martin Harry Vargas Barrenechea, COORDENADOR(A) DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA APLICADA**, em 18/01/2021, às 23:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0124453** e o código CRC **52C452A6**.

AGRADECIMENTOS

Pela persistência, coragem e grande curiosidade pela vida, agradeço primordialmente a mulher que me tornei.

À minha família, inicialmente ao meu amado pai pelo apoio e por ser o maior incentivador nessa convenção social denominada família. Indiretamente, me ensinou que liberdade é uma das grandes chaves da felicidade.

Aos amigos que me acolheram e que pude compartilhar a vida, conquistas e descobertas. Àqueles amigos próximos que residiram comigo, na cidade de Ouro Preto: Amanda, Raíssa e Wesley. E, Bianca Morais e Diego Souza, pelos longos anos de amizade, parceria e reflexões.

Ao ensino público, em especial à Universidade Federal de Santa Catarina, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e à Universidade Federal de Ouro Preto, instituições que me ensinaram Ciência Econômica. A todos os professores, sobretudo, Professor Dr. Daniel do Val Cosentino, pelo imenso apoio, dedicação e orientação.

A todos profissionais, das mais diversas áreas, que são uma verdadeira fonte de autoestima, representatividade e inspiração ao povo preto, trabalhando contra a corrente do racismo estrutural.

RESUMO

A estrutura do mercado ilegal de drogas apresenta muitas semelhanças ao mercado formal e especificidades, podendo se intensificar através das “falhas do sistema” como a desigualdade social, desemprego e lavagem de dinheiro. A cocaína é historicamente a droga mais lucrativa do mercado e sua produção apresentou uma expansão nos últimos anos. Neste sentido, esta pesquisa visa analisar o mercado global da cocaína a fim de apontar quais fatores fazem com que as políticas públicas sejam incapazes de cessar com o mercado ilegal das drogas. Para isto, é realizado um estudo da Teoria Econômica Do Crime, avaliando as evidências empíricas com auxílio dos dados disponibilizados pelos relatórios do Escritório de Drogas e Crimes da Organização das Nações Unidas – UNODC. Os resultados preliminares mostram que a política proibicionista se intensificou no decorrer dos anos e, em contrapartida, o mercado da cocaína se intensifica, a demanda de drogas lícitas e ilícitas mantêm-se inelástica. Desde já, constata-se a insuficiência da escola ortodoxa na explicação do tema.

Palavras-chave: Narcotráfico, Cocaína, Desenvolvimento Econômico, Economia Política, Teoria Econômica do Crime.

ABSTRACT

The structure of the illegal drug market has many formal market similarities and specificities and can be intensified through “system failures” such as social inequality, unemployment and money laundering. Cocaine is historically the most lucrative drug on the market and its production has expanded in recent years. In this sense, this research aims to analyze the global cocaine market in order to point out which factors make public policies unable to stop the illegal drug market as well as to show the insufficiency of the Economic Crime Theory in explaining the phenomenon. To this end, a study of economic theory directed to the subject is conducted, evaluating the empirical evidence with the help of data provided by the reports of the Office of Drugs and Crimes of the United Nations - UNODC. Preliminary results show that prohibitionist policy has intensified over the years as the cocaine market expands and demand remains stable. From now on, we can see the importance of analyzing the economic formation of nations in explaining the global drug market.

Keywords: Drug Trafficking, Cocaine, Economic Development, Political Economy, Economic Theory of Crime.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Área de Produção de Coca na Região Andina entre 1994 a 2016.....	49
Gráfico 2 – Fabricação de Cocaína na Colômbia.....	56
Gráfico 3 – Peru: Evolução do Produto Interno Bruto Per Capita.....	60
Gráfico 4 – Peru – Área de Produção de Coca	61
Gráfico 5 – Peru: Evolução de Preços: Pasta base e Cloridrato de Cocaína	67
Gráfico 6 – Bolívia: Produção Regional de Coca (2006-2016).....	68
Gráfico 7 – Bolívia: Produção Nacional de Coca Ilícita (2006-2016)	70
Gráfico 8 – Bolívia: Produto Interno Bruto Per Capita (bilhões/USD)	71
Gráfico 9 – Consumo Anual de Cocaína nos EUA (em toneladas).....	77
Gráfico 10 – Consumo Anual de Cocaína na União Europeia (em toneladas)	77
Gráfico 11: Consumo de Cocaína na América Latina.....	80
Gráfico 12: Apreensões de Cocaína no Brasil.....	96

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – O Custo Econômico dos Crimes por Gary Becker	28
Tabela 2 – Relação de Preços na Colômbia (em peso colombiano \$COP)	56
Tabela 3 – Peru: Relação de Preços (\$USD/Kg)	63
Tabela 4 – O Valor Econômico da Coca na Bolívia.....	69

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – A Coca em Arbusto.....	39
Figura 2: A Fórmula Estrutural da Cocaína.....	41
Figura 3 – A Cadeia Produtiva das Drogas Legais.....	44
Figura 4 – A Cadeia Produtiva da Cocaína: Fluxograma Básico.....	45
Figura 5 – Fluxograma dos Processos de Interconversão da Cocaína.....	47
Figura 6 – A folha da coca, cocaína líquida, cocaína em pó, crack e merla.....	48
Figura 7 – Peru: Evolução de Preços Médios da Folha Seca em Território Nacional (USD/Kg).....	62
Figura 8 – Apreensões de Cocaína no Mundo (1998-2017)	76
Figura 9 – Consumo de Cocaína em Sub-Regiões – Prevalência Anual (%).....	78

SUMÁRIO

1 A HISTÓRIA DO PENSAMENTO CRIMINOSO – DOS PRINCÍPIOS DE CRIMINOLOGIA À TEORIA ECONÔMICA DO CRIME DE GARY BECKER.....	13
1.1 A FORMAÇÃO DO ESTUDO EM CRIMINOLOGIA	15
1.2 DOS FUNDAMENTOS NEOCLÁSSICOS À TEORIA ECONÔMICA DO CRIME DE GARY BECKER	17
1.2.1 Antecedentes: A Formação do Pensamento Neoclássico	17
1.2.2 A Teoria Econômica do Crime.....	26
1.2.3 A Influência da Visão Marxista nos Dias Atuais	32
1.3 TRÁFICO INTERNACIONAL DE COCAÍNA E TEORIA ECONÔMICA: EMBATE EPISTEMOLÓGICO	34
2 A GEOPOLÍTICA DO TRÁFICO DE COCAÍNA	37
2.1 DE ERVA MILENAR À DROGA MAIS LUCRATIVA DO MERCADO: A HISTÓRIA DA COCAÍNA NO MERCADO INTERNACIONAL.....	39
2.2 A CADEIA PRODUTIVA DA COCAÍNA	43
2.2.1 O Mercado Produtivo	48
2.3 ROTAS DE TRÁFICO INTERNACIONAL	72
2.4 A ESTRATÉGICA GUERRA CONTRA AS DROGAS	75
3 O BRASIL NO ÂMBITO INTERNACIONAL DO TRÁFICO	80
3.1 AS ORIGENS E O DESENVOLVIMENTO DAS PRINCIPAIS IDENTIDADES CRIMINOSAS NO BRASIL	83
3.1.1 Comando Vermelho: História, Desenvolvimento e Influência Nacional	87
3.1.2 O Primeiro Comando Capital: A História do PCC.....	89
3.2 POLÍTICA PROIBICIONISTA: OS REFLEXOS DA GUERRA CONTRA AS DROGAS NO BRASIL	95
ANÁLISE CONCLUSIVA	104
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	106

INTRODUÇÃO

O estudo relacionado à economia das drogas envolve discussões vinculadas às relações sociais e ao acúmulo de capital. O mercado das drogas ilegais, que compreende todos os atores envolvidos no narcotráfico, trata-se de um mercado que apresenta semelhanças com a indústria formal e também possui particularidades intimamente relacionadas à ilegalidade. Este, por sua vez, também se nutre através de elementos psicológicos e econômicos, fazendo com o que o ser humano possa ser impulsionado a usufruir de drogas em busca de seu bem-estar, individualidade e melhor condição social em meio à sociedade vivida.

As relações comerciais entre drogas ilícitas são chamadas de narcotráfico. Este, por sua vez, assume caráter transnacional, provocando fortes externalidades entre as nações envolvidas. Cabe aos Estados, executar políticas específicas para minimizar e conter os efeitos do narcotráfico. “Vale dizer, a deterioração da condição econômica e social de parte da população, a marginalização crescente de segmentos sociais no processo de desenvolvimento, o intenso crescimento dos centros urbanos, tudo isso se atrela às drogas e aos elevados índices de criminalidade.” (PROCÓPIO FILHO e VAZ, 1997).

“Houve quem dissesse que nós nos parecemos mais com a nossa época do que com nossos pais. Essa ideia, ao ser devidamente desdobrada, permite uma aproximação a uma problemática – as determinações histórico-materiais do conhecimento.” (PAULA, 2005). Logo, existe um universo de descobertas em constante aprimoramento, capazes de desconcertar vários estudiosos e métodos ao longo do tempo. Significa que o desenvolvimento da ciência é espelho das transformações inerentes da realidade cotidiana e ao processo de desenvolvimento histórico em diversas sociedades.

A extinção do narcotráfico é um objetivo bastante persistente entre as nações do globo. No entanto, não foi um tema escancarado em discussões entre grandes autores clássicos da ciência econômica. Fato que se deve a recente notoriedade do fenômeno que alcançou dimensão globalizada entre os anos 60 e 70, quando aparecem as primeiras contribuições econômicas ao tema. O surgimento das discussões relacionadas ao mercado ilegal de drogas representou o reflexo de uma realidade ainda não amplamente explanada pela teoria econômica até meados da década de 1960.

Considerado o maior mercado consumidor de cocaína do globo, os Estados Unidos da América enfrenta uma intensa entrada de substâncias ilegais desde o início do século XX,

após a aprovação da Lei Seca, em 1920, que durara 13 anos. Durante este período, gângsteres adquirem destaque no cenário norte americano, ampliando seus ganhos com o contrabando, uma vez que a lei proibira a fabricação, transporte, comercialização exportação e importação de todas as bebidas alcólicas. Como resultado inicial, observou-se que os consumidores não se extinguiram, assim como os efeitos nocivos decorrentes do consumo abusivo.

De acordo com Luiza Lopes da Silva (2013) “Nos anos sessenta, já se consumia nos EUA cerca de dois mil toneladas de opiáceos sintéticos e semissintéticos, sedativos, barbitúricos, hipnóticos não barbitúricos e tranquilizantes: 12 vezes mais drogas (sem incluir fumo e álcool) do que jamais se consumiu na China”. (SILVA, 2013, p. 111). A cocaína entra massivamente no cenário estadunidense a partir da década de 80.

A coca é uma planta de uso milenar predominante na região andina há pelo menos 3.000 anos. A descoberta da cocaína ocorreu no século XIX, quando foi possível isolar o alcaloide das folhas da coca, fazendo da droga, uma importante substância da indústria farmacêutica. A partir dos anos 90, houve um fortalecimento neste mercado que atingiu dimensão internacional com grande capacidade de transformação e adaptação em diferentes territórios que, em momentos de grandes repressões, se reconstrói ainda mais forte. Nesta pesquisa será abordado o mercado da cocaína, a droga considerada a mais lucrativa do mercado.

O interesse nesta área foi impulsionado não somente pela escassez de estudos, mas também pelo grande montante de capital movimentado, mostrando-se associado à lavagem de dinheiro, corrupção e desigualdade social. O que provoca distintos efeitos sociais, econômicos e políticos entre as nações envolvidas. Estudar o caráter criminoso envolve também as contradições do sistema capitalista que, ao mesmo tempo em que incentiva o desenvolvimento científico e tecnológico na busca por acumulação de capital, em contrapartida, influencia a desigualdade social proveniente da concentração de renda.

Existem divergências metodológicas e escassez de dados, principalmente por se tratar de um mercado ilegal, contribuindo para que o estudo da economia das drogas seja ainda pouco explorado. Contudo, a corrente de pensamento considerada dominante no tema é a corrente ortodoxa, representada pela Teoria Econômica do Crime, mencionada a primeira vez em 1968, no artigo *Crime and punishment: An economic approach*.

Serão utilizados os dados cedidos pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes, o UNODC (*United Nations Office on Drugs and Crime*) em seus relatórios anuais conhecidos como *World Drugs Report*, realizados de 2002 a 2019. Lembrando que, por se

tratar de uma atividade ilegal, podem existir inúmeras dificuldades na obtenção de estatísticas referentes ao tema. Os dados disponibilizados nos relatórios são estimativas, obtidas através de imagens captadas por satélites e dados de apreensões de drogas ilegais. Em função disso, os dados reais podem se mostrar acima ou abaixo das estimativas apresentadas neste trabalho.

Para explicar o desenvolvimento histórico do fenômeno serão utilizadas as principais obras de autores que abordam o tema, artigos científicos relacionados ao comportamento criminoso e à teoria econômica além de reportagens e relatórios para explorar os dados referentes ao narcotráfico a fim de alcançar os objetivos da pesquisa, em especial o artigo *Crime and Punishment: An Economic Approach*, de Gary Becker, a fim de explicar a Teoria Econômica do Crime. Ao explorar as grandes escolas de pensamento econômico, o método comparativo e o histórico serão adotados. O método histórico torna-se fundamental para explicar como a ciência econômica abordou tais questões ao longo da história.

Mediante os apontamentos aqui apresentados, prevalece o seguinte problema a ser respondido: A Teoria Econômica do Crime explica o narcotráfico internacional? Com intuito de responder o presente questionamento, esta pesquisa tem como objetivo geral expor a incompatibilidade da visão ortodoxa na explicação do narcotráfico. Seguindo a hipótese de que a Teoria Econômica do Crime, desenvolvida por Gary Becker, não é suficiente para explicar o narcotráfico, que se encontra intimamente relacionado a fatores históricos, econômicos, financeiros e sociais, não apenas à decisão individual dos agentes econômicos.

Para atingir os fins da pesquisa, o trabalho será dividido em três partes: O primeiro capítulo será baseado na história do pensamento econômico, mostrando a evolução da escola clássica à escola neoclássica a fim de explicar as origens e fundamentos da Teoria Econômica do Crime e, a visão marxista como abordagem baseada em outras ferramentas de análise. Já o segundo capítulo, definirá a cadeia produtiva da cocaína, expondo os principais fatores histórico-econômicos entre as principais nações envolvidas, a partir dos dados disponibilizados pelo Escritório de Drogas e Crimes – UNODC. Por fim, o terceiro capítulo, irá analisar a posição do Brasil no contexto internacional do tráfico, levando aos possíveis fatores determinantes para a intensa presença do narcotráfico no país.

CAPÍTULO 1

A HISTÓRIA DO PENSAMENTO CRIMINOSO – DOS PRINCÍPIOS DE CRIMINOLOGIA À TEORIA ECONÔMICA DO CRIME DE GARY BECKER

1.1 A FORMAÇÃO DO ESTUDO EM CRIMINOLOGIA

Antes mesmo de chegar ao que conhecemos hoje como Teoria Econômica do Crime, as discussões em relação ao comportamento criminoso já emergia em diversas sociedades. Assim como elucida Braga de Paula “A palavra “criminologia” surgiu pela primeira vez em 1883 por Paul Topinard e aplicada internacionalmente por Raffaele Garófalo, no ano de 1885, em seu livro *Criminologia*.” (PAULA, 2011, p.11).

Criminologia é uma ciência humana e social que surgiu a partir da metade do século XIX a fim de estudar todos os elementos e atores da ação criminosa assim como explicar os motivos que condicionam as pessoas a seguirem o caminho da ilegalidade. Não segue uma única metodologia, sendo composta por uma multiplicidade de perspectivas nesta área de conhecimento. Entre as primeiras escolas de pensamento: Clássica, Positivista, Correcionalista e Marxista – que mais tarde, serviu como referencia aos estudos neoclássicos.

A Escola Clássica é a primeira escola sociológica do crime. Reúne uma série de teorias de influência iluminista italiana. De acordo com esta vertente, o indivíduo criminoso age de forma consciente e voluntária. O ser humano é tido como racional e livre. Esta escola apoia-se na filosofia de Rousseau, que diz que os homens cedem parte de sua liberdade em prol de uma espécie de contrato social que dita as devidas regras para as relações em sociedade. Assim, a pena é colocada como uma forma de estabelecer a ordem na sociedade. Tornou-se uma escola fundamental no Direito ao defender as liberdades individuais contra o absolutismo estatal e a tortura. Entre os grandes autores, encontra-se Marquês de Baccaria, autor do livro “*Dos Delitos e das Penas*”, publicado em 1763, onde escancara sua crítica ao sistema penal vigente

até então, quando julgamentos secretos eram realizados a fim de contribuir com a prática de tortura e penas irregulares.

A segunda escola sociológica do crime se chama Escola Positivista. Surge após a Revolução de 1789, período marcado pela ascensão burguesa e das ciências fundamentais. O positivismo é amparado por outras áreas de conhecimento, como a biologia, estatística, psicologia, psiquiatria e antropologia, analisando o comportamento do criminoso a partir de elementos endógenos e exógenos. Um dos grandes teóricos desta escola é o psiquiatra Cesare Lombroso que, em seu livro "*L'Uomo delinquente*" (1875), destaca o conceito de criminoso nato a partir de sua constatação do perfil físico e social de infratores. Mais tarde surgiram outros autores seguidores desta vertente como Enrico Ferri e Raffaele Garofalo. Em resumo, na Escola Positivista é dada uma ênfase especial no indivíduo criminoso, que comete o crime em situação de anormalidade, uma vez que, a situação normal é aquela em que os indivíduos estão em plenas condições de viver em sociedade. Tanto a visão Positivista quanto a Clássica foram predominante no século XIX.

Considerada a terceira vertente de pensamento na criminologia, há a visão Correcionalista. Esta escola trouxe o aspecto pedagógico na interpretação criminal. O criminoso é tido como um ser incapaz de se responsabilizar por seus atos, como uma espécie de ser inferior, por isso a necessidade da intervenção do Estado, interpretado como pedagógico e indulgente. Como relembra Souza (2012), esta visão não é predominante no Brasil, porém lembra a legislação que aborda jovens infratores.

Uma das visões que mais se próxima à discussão econômica é a visão marxista, dela surge a Criminologia Crítica. De imediato, Karl Marx interpreta o Estado como uma instituição comprometida com a classe dominante. Logo, a igualdade em termos expostos por Marx, não significa direitos iguais tampouco à interdição de qualquer posse pessoal, ela é induzida a partir do desmonte das classes sociais que, como consequência, gera iguais condições socioeconômicas. Nas palavras de Potyara A. P. Pereira:

Para Marx, a propriedade privada que deverá ser suprimida é a dos meios de produção, ficando as pessoas livres para preservarem as suas diferenças e manterem e/ou cultivarem hábitos e valores que melhor correspondam aos estímulos e rendimentos materiais de uma coletividade que priorize a satisfação das necessidades sociais. (PEREIRA, 2013, p. 4).

O desenvolvimento científico nas mais diversas áreas implicou em várias ramificações e agregação de outras teorias à criminologia. “Foi através das teorias políticas e econômicas do crime, que se começou a analisar as causas sociais e institucionais causadoras daquele.” (PAULA, 2011, p. 28). Assim, no século XX, por influência da criminologia científica, desenvolveu-se uma corrente de pensamento, conhecida por muitos como neomarxista. Esta corrente de pensamento tem como principal autor o sociólogo estadunidense Richard Quinney (1979). Trata-se de uma visão que não analisa as escolhas individuais apenas, mas o contexto econômico e social que induz as escolhas. O crime é visto como um problema social oriundo do desenvolvimento da produção capitalista, pois ao mesmo tempo em que o capitalismo é capaz de fomentar o desenvolvimento científico, também possui contradições (alta concentração de renda, pobreza, desemprego, entre outras falhas do sistema). A partir desta concepção, há a necessidade de atuação do Estado em prol de reintegração e garantia de oportunidades a todos cidadãos. Em síntese, os neomarxistas resgatam a análise histórica e social à temática criminal.

Na Ciência econômica, a maior notoriedade ao tema ocorreu de forma mais expressiva a partir da Teoria das Escolhas Racionais, desenvolvida por Gary Becker, também conhecida como “Teoria Econômica do Crime”. Conforme esta, o indivíduo escolhe racionalmente a atividade legal ou ilegal de acordo com as vantagens envolvidas. As hipóteses adotadas no modelo são fundamentadas na escola neoclássica.

1.2 DOS FUNDAMENTOS NEOCLÁSSICOS À TEORIA ECONÔMICA DO CRIME DE GARY BECKER

1.2.1 Antecedentes: A Formação do Pensamento Neoclássico

1.2.1.1 A Escola Clássica

O desenvolvimento da ciência é reflexo das mutações naturais das diversas rotinas cotidianas e particulares de cada sociedade do globo terrestre, cada nação está passando por um distinto nível de desenvolvimento social, intelectual e econômico. Na ciência econômica, seu desdobramento ocorre a partir de um embate epistemológico gerado a partir da discussão referente à resolução do que se considera como questões centrais entre os agentes econômicos, como distribuição de riqueza, geração de renda e desigualdade social.

Os estudos científicos em economia moderna iniciaram com a escola clássica, no final do século XVIII, a partir da publicação de *A Riqueza das Nações* (1776) de Adam Smith, durando até meados do século XIX. Smith nasceu na Escócia, em junho de 1723, foi filósofo moral e abriu as portas ao que designamos hoje como economia política, a partir desta mesma obra. *A Teoria dos Sentimentos Morais* também é um de seus principais livros, publicado em 1756 – nesta obra, Smith buscou salientar forma moralmente correta de agir.

Vale salientar o contexto em que Smith escreve *A Riqueza das Nações* – no início da revolução industrial, quando os trabalhadores utilizavam técnicas artesanais conhecidas como produção de manufatura, a fim de produzir mercadorias para o capitalista este, detentor dos equipamentos de produção, da matéria-prima e dos bens de capital. A partir desta observação ao sistema capitalista, são identificadas três principais classes sociais: Operários, donos de terra e os capitalistas que, recebem como remuneração, respectivamente, salários, aluguéis e lucro.

Em sua *Teoria do Valor Trabalho*, Smith cita que a divisão de trabalho proporciona o aumento da produtividade, de forma natural, pois seria do desejo dos indivíduos se especializar cada vez mais para permutar seu excedente, o que está relacionado com a essência egoísta do ser humano, que age em prol de interesses próprios. O valor das mercadorias depende da quantidade de trabalho envolvida na produção da mesma. Ademais, há uma “mão invisível” que naturalmente regularia o mercado. Em consequência disso, a intervenção estatal é tida como não benéfica ao bem estar da sociedade.

Pouco mais de 40 anos depois, David Ricardo publica sua mais importante obra, os *Princípios de Economia Política e Tributação*, em 1817. Ele desenvolve seu raciocínio formulando sua teoria a partir da produção de um único bem: O trigo. O autor passa distinguir

o valor, da utilidade – Ao possuir utilidade, a mercadoria recebe seu preço por duas vias: da sua possível escassez e a quantidade de trabalho atribuído à sua produção. Sendo alheios a esta afirmação, há os bens de luxo que possuem um valor que independe do trabalho agregado em sua produção.

Dentro da escola clássica existem duas vertentes: De um lado, a escola une autores que compartilham preceitos do liberalismo e livre-concorrência, entre eles: Adam Smith, David Ricardo, John Stuart Mill, Thomas Malthus. E, seguindo uma vertente distinta, há Karl Marx, expondo seu olhar crítico ao capitalismo, mostrando um novo caminho a partir da transição para um novo modelo de produção. O que une ambas as tendências dentro da Escola Clássica é a Teoria Valor-Trabalho com seus devidos desdobramentos e interpretações realizadas pelos autores. É aceita a ideia de que a riqueza é gerada na esfera produtiva, ao passo que o valor das mercadorias é produto do trabalho exercido em sua produção.

As teorias de como os sistemas econômicos crescem no tempo foi desenvolvida pelos economistas clássicos, particularmente Smith e Marx. Ambos entendiam que o objeto da economia – ou da “economia política”, como eles denominavam a disciplina em sua época – era o sistema capitalista. Eles estavam interessados em compreender a lógica subjacente à maneira pela qual as economias capitalistas alocavam recursos, que ambos identificavam como a teoria do valor-trabalho e dos preços, e em compreender como elas se desenvolviam: Smith atribuía à divisão do trabalho e à acumulação de capital, e Marx à mesma acumulação de capital e ao progresso tecnológico. (BRESSER-PEREIRA, 2009, p.173).

1.2.1.2 Um Desvio de Curso – A Influência da Revolução Marginalista no Pensamento Neoclássico

Analisar as influências da escola neoclássica pode não ser uma tarefa a ser exercida de forma prática. Não se trata de um simples desdobramento da escola clássica, mas como um desvio de curso: O foco de estudo neste período deixa de considerar a existência de classes sociais e direciona o foco para a ação dos indivíduos racionais. Os neoclássicos basicamente abandonam a Teoria do Valor Trabalho e a substituem pela Teoria do Valor Utilidade, inicialmente proposta por Jeremy Bentham (1870), que explica que todas as vontades e ações humanas são determinadas pela dor e pelo prazer. Neste sentido, o valor das mercadorias deixa de ser influenciado pelo trabalho e, entra em cena a utilidade que cada mercadoria

exerce aos consumidores. A teoria econômica, propriamente dita, substitui a economia política discutida até então.

Este “desvio de curso” foi impulsionado principalmente pela Revolução Marginalista e os trabalhos de Alfred Marshall, ambos no século XIX. A Revolução Marginalista foi um movimento que surgiu a partir das descobertas independentes e quase simultâneas de William Stanley Jevons, Carl Menger e Walras durante a década de 1870.

William Stanley Jevons nasceu em Liverpool, na Inglaterra, em setembro de 1835. Estudou inicialmente matemática e física. Entre os anos de 1854 e 1857 morou em Sidney, na Austrália. Ao retornar à Inglaterra, estudou filosofia e moral e, mais tarde, ensinou lógica e economia em Manchester entre 1863 e 1876. Publicada pela primeira vez em 1871, *Theory of Political Economic* é uma das obras mais conhecidas de Jevons, principalmente por expor fundamentos lógicos e introduzir os métodos matemáticos na economia visando direcionar a economia à condição de ciência.

Jevons considera como objetivo da pesquisa científica, a busca por leis que captam a identidade dos objetos observados. Diante de um conjunto de fatos observáveis, deve-se formular uma hipótese que antecipe a relação existente entre eles. “Isso significa que, posteriormente, por meio de um processo dedutivo, torna-se possível prever um determinado fenômeno, cujo sucesso depende da conjectura a ser julgada” (SOBRAL SAMPAIO, 2008, p. 8).

A pesquisa indutiva é guiada por um conjunto de regras, as hipóteses antecipadas surgem com intuito de tornar o objeto a ser estudado mais acessível. Primeiro, observa-se os fatos e estes, por sua vez, possuem propriedades ou comportamentos que seguem um determinado padrão, que sugerem algumas hipóteses determinadas que, ao serem confirmadas, podem sugerir outros fatos. Na economia, a adoção de certas variáveis que influenciam na adoção de hipóteses contidas nos modelos não é tão simples quanto em certas áreas de conhecimento, isso faz com que não tenha a mesma facilidade em calcular as variáveis de forma exata, como se calculam ângulos e forças, porém, para o autor, isto não isenta a veracidade das ferramentas matemáticas para explicar fenômenos econômicos. Obviamente, não há possibilidade de comparação na quantidade de prazer obtido entre uma mente e outra, também não há algum denominador comum de mentes. Mas o corpo e a mente humana respondem a impulsos. “Uma mente apenas afeta a outra de forma indireta. Todo evento do mundo exterior é representado na mente por um impulso correspondente, e é pela comparação destes que a

decisão será influenciada”. (JEVONS, 1871, p.54). Isto quer dizer que há questões que podem ser indeterminadas no âmbito individual, mas não implica que estas possam ser pesquisadas de forma agregada através da observação de grandes grupos e determinação de médias, sem invalidar seus resultados. Como o exemplo mencionado pelo próprio autor: A Astronomia Física é considerada a mais exata entre as ciências, para calcular a posição dos planetas requer mensurações muito exatas. Seus métodos de mensuração são baseados em hipóteses não necessariamente verídicas, contudo, são hipóteses que são capazes de se aproximar da realidade e produzirem seus devidos resultados.

Uma vez que as ações humanas são condicionadas pelas suas necessidades infinitas, as escolhas dos indivíduos são condicionadas pelos seus sentimentos.

Hesito em dizer que os homens terão um dia os meios de medir diretamente os sentimentos do coração humano. É difícil até mesmo conceber uma unidade de prazer ou de sofrimento; mas é o montante desses sentimentos que está nos induzindo a comprar e vender, tomar emprestado e emprestar, trabalhar e repousar, produzir e consumir; e é a partir dos efeitos quantitativos dos sentimentos que devemos estimar seus montantes comparativos. Não podemos conhecer ou medir mais a gravidade em sua essência do que podemos medir um sentimento; mas, assim como medimos a gravidade pelos seus efeitos sobre os movimentos de um pêndulo, também podemos estimar a igualdade ou desigualdade dos sentimentos pelas decisões da mente humana. A vontade é nosso pêndulo, e suas oscilações são minuciosamente registradas nas listas de preços dos mercados. Não sei quando teremos um perfeito sistema de estatísticas, mas sua falta é o único obstáculo insuperável no caminho para transformar a Economia numa ciência exata. Na falta de estatísticas completas, a ciência não será menos matemática apesar de ser muito menos útil, em termos comparativos, do que se fosse exata. Uma teoria correta é o primeiro passo em direção ao progresso, ao mostrar o que necessitamos e o que podemos realizar. (JEVONS, 1871, p. 77).

A hipótese fundamental defendida por Jevons é o princípio da utilidade. Partindo da ideia de que o objetivo da economia é maximizar o prazer com o menor esforço possível, é importante salientar algumas definições explanadas pelo autor: Um bem é tido como é um objeto, substância, ação ou serviço capaz de conceder prazer ou minimizar sofrimento; Um bem pode proporcionar Utilidade, que é aquilo que é útil ao indivíduo, podendo esta, ser o montante de prazer somado ao sofrimento impedido. Por conseguinte, comprova-se matematicamente que o grau da utilidade tende a diminuir com o aumento da quantidade de um mesmo bem, dado um determinado número de consumidores – Onde a utilidade total é expressa por uma função da quantidade, a utilidade marginal de um bem é dada pela derivada primeira que, quando igualada a zero expressa o ponto de maximização da utilidade, o que

indica que uma determinada mercadoria pode ser consumida até o ponto em que o consumo não causa nenhuma utilidade. Diferente de Bentham, que defendia a utilidade total, Jevons introduziu o que conhecemos hoje como utilidade marginal.

Aproximadamente cinco anos após o nascimento de Jevons, nascia Carl Menger. O autor nasceu na Galícia, no Império Austro-Húngaro, em fevereiro de 1840. Em 1867 conclui seu doutorado na Universidade de Cracóvia. Anos mais tarde, foi professor de Economia Política da Universidade de Viena e fundador da Escola Austríaca de Economia. Sua obra principal é o livro *Princípios da Economia Política*, publicado em 1871, mesmo ano que o livro Teoria da Economia Política, de Jevons, foi publicado.

Diferente de Jevons e Walras, Menger não adota ferramentas matemáticas para explicar os fenômenos econômicos, o que é uma característica da Escola Austríaca. Para o autor, a economia deve ser vista como uma ciência humana, baseando-se na lógica dedutiva – Onde se parte de uma compreensão geral para explicar casos específicos.

Segundo o autor, todas as coisas do planeta são conduzidas pela lei de causa e efeito, sem exceções, sendo tal princípio, atrelado ao progresso humano. Em *Princípios da Economia Política* (1871) o autor menciona que “se quisermos passar do estado de necessidade para o estado de satisfação dessa necessidade, deve haver causas suficientes que levem a essa mudança de estado” (MENGER, 1871, p. 14). O que quer dizer que, este tal estado de necessidade dos humanos é dissipado por forças que podem ser oriundas do próprio organismo que são capazes de transformar o estado de necessidade em satisfação. Neste sentido, a utilidade é conceituada como aquilo que vincula a causa – ou seja, a necessidade humana à satisfação. A utilidade pode se transformar em bem, quando identificamos essa relação de causa-efeito e tem-se a oportunidade de utilizar esse determinado objeto para satisfazer as necessidades de acordo com quatro fatores: A existência de uma necessidade humana; Que o objeto tenha qualidade a ponto de se tornar um elo entre a necessidade e satisfação e essa relação seja reconhecida pelo humano e; a possibilidade deste objeto ser obtido e utilizado pelas pessoas. Segundo o autor, uma coisa não pode ser considerada como um bem, caso estes quatro fatores não sejam atendidos ou, se por algum motivo, ocorra uma mudança nas satisfações humanas a ponto do determinado objeto não proporcione alguma satisfação ou que seja impossível de ser obtido. “As necessidades derivam de nossos instintos e impulsos, e estes estão radicados em nossa natureza; o não atendimento das necessidades tem como consequência o aniquilamento, levando o atendimento insuficiente à mutilação de

nossa natureza” (MENGER, 1871, p. 259). Logo, atender as próprias necessidades é sinônimo de prosperar, viver e zelar pelo bem-estar.

A análise de Menger em relação à oferta e demanda, mostra uma conexão entre níveis de concorrência e valor das mercadorias, sendo o dinheiro uma mercadoria de categoria especial e necessária para fixar os preços.

Para Menger, o dinheiro é uma mercadoria especial e necessária para fixar os preços. Os preços e as quantidades estão inversamente relacionadas. A troca econômica, além de assegurar a importância das necessidades, garante o proveito econômico das partes. O monopolista, ao fixar os preços, pode excluir um fragmento da demanda. Os bens de consumo são os de ordem superior, enquanto que os de ordem inferior são os fatores de produção. (DIAS, 1994, p. 122).

Menger reconhece a economia como a ciência das escolhas individuais – Os bens proporcionam uma satisfação ao indivíduo e, quanto maior a quantidade obtida de um mesmo bem, menor o valor atribuído a cada unidade adicional desse bem, chegando novamente ao que conhecemos como conceito de Utilidade Marginal porém, por uma diferente trajetória de Jevons e também dos caminhos de Léon Walras.

Léon Walras, o principal responsável pela Teoria do Equilíbrio Geral, nasceu em dezembro de 1834, em Évreux – uma comuna francesa localizada na região de Normandia e faz parte do departamento de Eure, noroeste da França. Walras formou em artes em 1851 e após em Ciências, em 1853, no *Lycée de Douai*. Em 1854 inicia seus estudos em Engenharia de Minas na *École des Mines*, mas poucos anos depois abandona o curso de engenharia para se tornar colaborador autônomo de alguns periódicos, inclusive o *Journal des Économistes* e *La Presse*. A partir de 1858, se dedica aos estudos em economia. Entre seus trabalhos, um dos que levaram mais destaque na economia foi seu intitulado como *Éléments d'Économie et Politique Pure*, publicado pela primeira vez em 1874, quando desenvolve um de seus mais importantes conceitos, o Equilíbrio Geral Competitivo.

Fortemente influenciado por Vilfredo Pareto, Walras conseguiu unir a teoria da produção, da troca, do capital e da moeda incluídos num sistema matemático de dependência mútua – os preços são oriundos das necessidades humanas e, o valor dos serviços de fatores de produção é determinado a partir de seu uso. Contudo, diferente da percepção de Jevons, Walras defende que os preços (tanto dos produtos, quanto da produção) podem ser determinados de forma simultânea e isto é possível através de cálculos matemáticos robustos.

Seus resultados de análise foram considerados como comportamento padrão do mercado. Este ambiente competitivo foi caracterizado pela atuação de vários pequenos produtores e vários compradores. Este conjunto de empresas produz uma mercadoria homogênea, os preços tendem ao equilíbrio no médio prazo. Walras conseguiu reinterpretar a obra dos clássicos com seus artefatos matemáticos, o que favorece fortemente a aceitação das ideias marginalistas.

As descobertas autônomas e quase simultâneas de Jevons, Menger e Walras culminaram à Revolução Marginalista, como uma espécie de ruptura ao pensamento vigente até então. “A própria construção da ortodoxia econômica é o resultado de um movimento insistentemente buscado ao longo do século XIX: Dar fundamentos científicos à Economia Política” (Mazzucchelli, 2003, p. 2). Sobre esta transformação, sinteticamente:

A Economia Política não deveria imiscuir-se nos temas “práticos” da vida social – onde a desigualdade, os conflitos e a crise inexoravelmente aparecem – mas em se concentrar na busca dos “princípios gerais” (mais uma vez, naturais ou eternos) que suportariam e apoiariam as demais “Ciências”, essas sim voltadas aos assuntos dos homens. A conclusão que daí decorre é que o alvo principal da Economia Política não deveria ser a relação (social) entre os homens no processo econômico, mas a relação entre estes e a natureza: daí a “satisfação das necessidades”, “a maximização da utilidade”, a “alocação ótima dos recursos escassos”, “a distribuição adequada do tempo entre trabalho e lazer”, “a composição desejada entre consumo presente e consumo futuro”, “o estudo das quantidades”, etc. Trata-se, como se vê, de uma abstração falsa, que não dá conta do que é característico, particular, da economia capitalista. (MAZZUCHELLI, 2003, p. 3).

Posteriormente à publicação de *Teoria de Economia Política* (1871), *Princípios de Economia* (1871) e *Elementos de Economia Política Pura* (1874) de, respectivamente, Jevons, Menger e Walras; foi publicado no ano de 1890 os *Fundamentos a Economia Política*, considerada a principal obra de Alfred Marshall, representando um grande marco neste período de transição entre a economia antiga e a economia moderna, ao apresentar uma nova versão das antigas doutrinas econômicas, com referência aos problemas de uma nova época. Para o autor, a preocupação maior da economia é com os seres humanos que são impulsionados ao constante crescimento e mudanças que ocorrem a cada época.

Economia Política ou Economia é um estudo da Humanidade nas atividades correntes da vida; examina a ação individual e social em seus aspectos mais estreitamente ligados à obtenção e ao uso dos elementos materiais do bem-estar. Assim, de um lado é um estudo da riqueza; e do outro, e mais importante, uma parte

do estudo do homem. Pois o caráter do homem tem sido moldado pelo seu trabalho cotidiano e pelos recursos materiais que busca por esse meio, mais do que por outra influência qualquer, à parte a dos ideais religiosos. Os dois grandes fatores na história do mundo têm sido o religioso e o econômico. (MARSHALL, 1996, p. 77).

Nesta obra, o autor resgata alguns preceitos de Adam Smith e David Ricardo em conjunto com a Teoria da Utilidade Marginal ao conciliar os custos de produção e utilidade marginal, para determinar o valor das mercadorias. Além de apontar outras contribuições à teoria econômica, como especificações entre custos de produção e demanda na construção do valor, esclarecimentos sobre oferta, demanda e preços e, da introdução da variável tempo na análise econômica, ao desenvolver o que conhecemos como elasticidade preço-demanda.

Vale ressaltar que Marshall apontou que as empresas podem visar crescer para obter mais lucros. Contudo, existe um limite e, a partir dele, as empresas irão se deparar com o que é chamado de rendimentos decrescentes de escala, que podem ocorrer em qualquer mercado. Isto vai além de dizer que o crescimento é vantajoso até um determinado estágio, é diferenciar crescimento de desenvolvimento e mostrar que o crescimento sempre é possível desde que o mercado esteja também em processo de expansão. O período de análise de Marshall é um momento em que há empresas de tamanhos heterogêneos compondo uma mesma indústria, constatando a não simplicidade na análise dos custos e volumes de produção global. Entre os fatores pontuais que marcaram fortemente seu trabalho no campo empresarial podemos destacar: A empresa individual como algo complexo e similar a um organismo vivo que passa por um “ciclo de vida”, a indústria como uma estrutura heterogênea construída a partir de um conjunto de empresas que se encontram em diferentes fases de seu ciclo de vida. Estas fases podem ser expressas a partir da atuação com diferentes custos, preços e escala de produção.

Marshall é um autor de grandes contribuições à ciência econômica, sendo intitulado como líder da escola neoclássica de Cambridge e tendo seus conceitos abordados como base à microeconomia até os dias atuais.

Sinteticamente, a escola neoclássica adota como características iniciais: Ênfase na racionalidade humana, maximização da utilidade para os agentes e maximização de lucro para as empresas, tendência ao equilíbrio e, mercado em concorrência perfeita. Em qualquer situação de desequilíbrio, as forças de mercado adequarão à oferta e demanda espontaneamente, dada a obediência das demais hipóteses.

Como reflexo deste “novo tempo” escancarado ao longo do século XIX, o debate em relação ao narcotráfico passa a fazer parte da ciência no momento em que as drogas difundem o cotidiano de diversos países, em especial os Estados Unidos da América. Em meio ao aumento constante do consumo de drogas ilícitas e a revelação dos mais diversos efeitos que podem desencadear ao corpo humano, as drogas entram em cena nas mais diversas áreas de conhecimento. Na ciência econômica, a Teoria Econômica do Crime, como a proposta de explicar o fenômeno pela perspectiva ortodoxa econômica é apresentada no artigo *Crime and punishment: An economic approach*, escrito por Gary S. Becker.

1.2.2 A Teoria Econômica do Crime

O grande marco da Teoria Econômica do Crime encontra-se na obra do economista estadunidense Gary Stanley Becker, “*Crime and punishment: An economic approach*”, artigo publicado em 1968. A proposta é abordar a criminologia por uma perspectiva econômica ortodoxa, a fim de substituir as demais teorias criminalísticas. Uma vez que crime é uma atividade economicamente importante, como qualquer indústria.

Becker é um economista estadunidense, estudou Ciências Econômicas na Universidade de Princeton (1951). A partir de seu terceiro ano de graduação conciliou seus estudos com o trabalho de professor assistente, em Chicago, onde se tornou doutor com sua tese na área de economia da discriminação, defendida em 1955. Afastou-se da Universidade de Chicago por aproximadamente 11 anos, para lecionar na Universidade de Columbia – entre 1957 e 1968, compartilhando sua dedicação com suas pesquisas no *National Bureau of Economic Research*, nas áreas de comportamento humano, crime, punição, alocação de tempo e capital humano (sendo um dos economistas pioneiros nesta área). No final da década de 50, volta à Universidade de Chicago, onde lecionou no departamento de economia e sociologia.

O raciocínio de Gary Becker sobre crime e punição parte da constatação da transformação das funções do Estado que, a partir do século XIX, deixa de ser responsável apenas pela proteção da pessoa e propriedade e passa a ter responsabilidade também por medidas em prol do ideal funcionamento de atividades econômicas que, eventualmente são direcionadas a mediações do livre mercado. Embora estas atividades sejam das mais variadas formas, existem coeficientes em comum em toda legislação, uma vez que há gastos públicos e

privados realizados a fim de conter crimes e prender criminosos. A partir disso, o autor busca responder quais fatores condicionam a quantidade de uma pena, o tipo de punição e quantidade de recursos gastos até que uma punição seja efetuada, realizando uma análise na busca do equilíbrio entre gastos públicos e políticas de prevenção ao crime.

The method used formulates a measure of the social loss from offenses and finds those expenditures of resources and punishments that minimize this loss. The general criterion of social loss is shown to incorporate as special cases, valid under special assumptions, the criteria of vengeance, deterrence, compensation, and rehabilitation that historically have figured so prominently in practice and criminological literature. The optimal amount of enforcement is shown to depend on, among other things, the cost of catching and convicting offenders, the nature of punishments—for example, whether they are fines or prison terms—and the responses of offenders to changes in enforcement. The discussion, therefore, inevitably enters into issues in penology and theories of criminal behavior. A second, although because of lack of space subsidiary, aim of this essay is to see what insights into these questions are provided by our "economic" approach. It is suggested, for example, that a useful theory of criminal behavior can dispense with special theories of anomie, psychological inadequacies, or inheritance of special traits and simply extend the economist's usual analysis of choice. (BECKER, 1968, p.3).

O autor constrói um modelo explicando as condições ótimas, analisa as possíveis transformações nas relações comportamentais a partir das variáveis que avaliam as punições e despesas públicas e privadas. A análise básica trabalha com o custo do crime. Sendo a palavra crime usada não somente àqueles contra pessoa e propriedade, mas também abrange qualquer violação, como crime de colarinho branco ou narcotráfico.

O ponto de partida da análise de Becker são os dados da tabela do Relatório da Comissão do Presidente, dos Estados Unidos, publicada no ano de 1965, expondo algumas estimativas de gastos realizados em prol da segurança naquele ano – Crimes contra a pessoa, crime contra a propriedade, bens ilegais e serviços. Além de gastos públicos e privados em segurança e combate ao crime.

Tabela 1 – O Custo Econômico dos Crimes por Gary Becker

Tipo de Crime	Custo (em milhões de dólares)
Crimes contra a pessoa	815
Crimes contra a propriedade	3.932
Serviços e bens ilegais	8.075
Outros crimes	2.036
Gastos públicos com polícia, ministério público e tribunais	3.178
Punições	1.034
Alguns custos privados de combate ao crime	1.910
Total	20.980

Fonte: President's Commission (1967, p. 44) apud Becker (1968, p. 3). Adaptado.

O autor ilustra que, somente no ano de 1965 nos Estados Unidos, o montante de gastos com crime contabilizados chega a quase 21 milhões de dólares, o que representa 4% da renda dos Estados Unidos naquele ano. Visto que se trata de um quadro com estatísticas resumidas, acredita-se veemente que o crime tenha aumentado nos 30 anos anteriores à publicação destes dados, assim como o aumento dos impostos. Esta afirmação é justificada pelo aumento da liquidez que ocorreu desde o início dos anos 30, além do fato de existir crimes não descobertos que, por este mesmo motivo, não podem ser computados. A liquidez financeira é um dos fatores que influenciam na criminalidade uma vez que o dinheiro físico pode circular sem deixar rastros, auxiliando lavagens de dinheiro. E, considerando que nem todos os esforços policiais resultam em condenações, é importante o investimento em tecnologia (seja em alarmes ou detectores de mentira) para que a redução de salários seja realizada, o que para o autor é importante, visto que quase 90% dos gastos ilustrados na tabela acima são gastos relacionados à folha de pagamento. Constata-se assim, o motivo pelo o qual o crime, merece expressiva importância, como qualquer indústria.

O modelo matemático é desenvolvido para evidenciar as relações comportamentais por trás dos custos causados pelos crimes cometidos pelos indivíduos e então, determinar as

melhores ações a serem executadas para o funcionamento ideal da sociedade. Neste sentido, os custos são divididos em cinco categorias: Ofensas e custo dos crimes; número de crimes e penalidades aplicadas; número de ofensas, prisões, apreensões, condenações e gasto público em polícia e tribunais; número de condenações e custo destas punições e; número de ofensas e gastos privados em segurança.

Enquanto existir membros de uma sociedade prejudicados, existe um motivo que leva a proibição ou restrição de uma atividade. A quantidade de dano (representada no modelo como “D”) tende a aumentar, com o nível da atividade (representada por “O”), de acordo com a relação abaixo, onde a letra “H” representa o dano da determinada atividade i.

$$H_i = H_i(O)$$

$$H' = \frac{dH}{dO}$$

Dano é conceituado como crime onde há transferência de riqueza sem causar custo social, como no caso dos furtos. Os ganhos dos assaltantes (representados por “G”) também aumentam com o nível de atividade e estão sujeitos a teoria dos rendimentos decrescentes de modo que quando o crime aumenta, a partir de um determinado nível o ganho adquirido por ato criminoso se reduz.

$$G = G(O)$$

$$G' = \frac{dG}{dO}$$

Assim, o custo líquido ou dano para a sociedade é obtido através da seguinte diferença:

$$D(O) = H(O) - G(O)$$

E, ao executar um crime, os criminosos estão sujeitos a ganhos marginais decrescentes, ao mesmo tempo em que causam danos marginais crescentes:

$$G'' < 0, H'' > 0$$

$$D'' = H'' - G'' > 0$$

Em relação à variável “custo de apreensão e condenação”, há o princípio de que quanto maiores os gastos em policiais, tribunais e equipamentos de combate ao crime, maiores serão as chances de desvendar crimes e condenar criminosos, a partir da seguinte relação:

$$A = f(m, r, c)$$

$$A \cong pO$$

Onde “f” está resumindo o número de atividades do aparelho estatal de combate ao crime, variável “p” representa o número de crimes apurados pelo número de condenações. Logo, para aumentar “p” é necessário maximizar os gastos em prisões podendo também, aumentar o período da pena. A oferta de crimes (O) no tempo j é retratada a partir de uma relação entre o crime, a probabilidade de condenação (p), a punição do criminoso condenado (f) e outras causas (u):

$$O_j = O_j(p_j, f_j, u_j)$$

As pessoas se tornam criminosas não somente por conta de diferentes “motivações”, mas também porque os custos e benefícios de suas ações são particulares de cada indivíduo. Um incremento na variável p_j ou f_j induziria a uma redução da utilidade esperada em cometer uma infração.

$$O_{pj} = \frac{dO_i}{dp_j} < 0$$

$$O_{fj} = \frac{dO_i}{df_j} < 0$$

Existe uma diversidade de punições adotadas ao longo da humanidade, no entanto, a punição mais recorrentemente até então são as multas, principalmente por motivos de simplificação e por não consumirem recursos sociais. Sendo o custo de uma punição mensurado através do somatório entre ganhos perdidos, gastos relacionados à perda de liberdade e consumo do infrator detento, como gastos com agentes penitenciários ou alimentação.

Vários fatores que podem induzir o aumento da variável u_i , desde ao incremento de investimentos na educação até o aumento quantitativo nas multas ou transformação de penalidades para uma forma mais severa. É a partir de p_j ou f_j que as políticas públicas podem atuar em relação ao crime. Os custos e ganhos são compostos de acordo com o tipo de punição. Assim, há uma função que exprime o custo para a sociedade, tida como um coeficiente de transformação, ilustrado da forma: $f^s = bf$, onde f representa o custo para o criminoso, f^s é o custo para a sociedade e b dependerá do tipo de punição, podendo elas se apresentar da seguinte forma:

- a) Multas: $b \cong 0$
- b) Jovens em instituições de correção e adultos presos: $b > 1$
- c) Outros tipos de punição: $b > 0$

Sobre as condições ótimas, o modelo ilustra que é impossível chegar ao nível zero de criminalidade porque isto envolveria investimentos infinitos por parte do setor público. Por outro lado, é plenamente incabível a situação onde não existam dispêndios por parte do estado em policiais e judiciário, uma vez que causaria um nível absurdamente alto de criminalidade. Logo, o nível ótimo é aquele ponto, entre os dois extremos em que o custo bem estar da sociedade é mínimo frente a um baixo nível de danos causados esta. É como se houvessem duas forças contrárias: uma em prol da redução da criminalidade e outra que representa a redução de custos. Seguindo esta lógica, a função L entra em cena representando a perda para a sociedade, de forma que D, C e b sejam minimizados, assim nasce a seguinte relação:

$$L = L(D, C, bf, O)$$

Como nos demais mercados, onde existe uma relação influenciada pela elasticidade – nos crimes, há uma tendência a punições menos severas para ações consideradas mais impulsivas e, punições mais severas para ações graves (como o caso de estupro e assassinato) que envolvem longos períodos de prisão. Assim, o custo de apreensão depende de uma série de fatores que vai desde o salário de policiais a toda tecnologia envolvida. Porém, o fato de haver uma melhoria nos métodos policiais e na tecnologia, faz com que crimes menos severos tenham um menor custo pelo fácil diagnóstico, motivo pelo qual o autor identifica que há uma tendência à redução de punições no século XX, em relação a crimes menos severos podendo também ser expressas na forma de terapia ou liberdade condicional.

Basicamente, a análise de Becker quer dizer que cometer um crime parte da decisão individual influenciada pela aversão ao risco. O Estado não influencia diretamente nesta decisão através de políticas públicas, mas indiretamente à medida que a expansão da criminalidade pode ser minimizada através da variável “u” que pode significar aumento no nível da educação ou penas mais severas – intervindas nas variáveis p ou f.

O autor exprime que o crime é como qualquer indústria que tem seu crescimento atrelado às condições do mercado. O que leva o indivíduo a cometer um crime está relacionado às

escolhas racionais – As escolhas são condicionadas pelas expectativas de retorno, que significa que o crime será cometido se a utilidade esperada da atividade criminosa for superior à utilidade esperada em qualquer outra atividade legal. Uma pessoa se torna criminosa a partir de seus custos e benefícios particulares. E não de uma conjuntura coletiva.

A Teoria das Escolhas Racionais desenvolvida por Becker contribui nas estimativas trabalhadas por gestores públicos, no entanto não se trata de uma análise consensual na ciência econômica, motivo pelo qual, com o passar do tempo outras teorias descrevem o fenômeno por outras concepções. Nesta Pesquisa, traremos a Visão Marxista como principal alternativa exposta à Teoria Econômica do Crime.

1.2.3 A Influência da Visão Marxista nos Dias Atuais

Os estudos relacionados às causas da criminalidade se direcionaram a dois caminhos distintos: O que relaciona a criminalidade a motivações individuais – que estaria mais próximo à teoria das escolhas racionais e, uma segunda vertente que relaciona o contexto social à atividade criminosa.

A criminologia se expandiu no século passado e as ideias de Marx foram adaptadas a este fenômeno moderno. O ponto de partida da análise marxista neste tema é considerar o crime como fruto da sociedade de classes. Em *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra* (1892), Engels argumenta que a expansão fabril pode acarretar à superexploração dos trabalhadores ingleses e, conseqüentemente, à ação criminosa e individual através da destruição de máquinas, como um processo inevitável. É uma ação singular à opressão.

A corrente marxista afirma que o crime contra propriedade aumenta enquanto crimes violentos diminuem com o progresso da civilização. Neste sentido, ao eliminar as desigualdades de classes, eliminando a antítese entre indivíduo e sociedade a partir de uma sociedade comunista, seria possível extinguir a criminalidade, compreendendo que o crime tenderia a desaparecer quando as “fontes” do egoísmo humano fossem abolidas.

O sociólogo estadunidense Richard Quinney realiza uma ligação entre dívida pública e criminalidade: Os Estados, a fim de garantir sua legitimidade, investem em segurança pública,

porém o aumento da criminalidade é proveniente das próprias contradições do sistema capitalista. É como se andássemos em círculos, uma vez que a extinção da atividade ilícita se mostra como um objetivo inalcançável visto a dimensão alcançada. Nesta perspectiva, a ascensão do neoliberalismo a partir da década de 70 trouxe graves consequências para países em desenvolvimento, decorrente das grandes privatizações e com elas um elevado número de demissões nos setores público e privado – no Brasil, o fenômeno ocorreu a partir da década de 80. O grande número de desemprego direcionou muitos trabalhadores ao setor informal e, este fenômeno pode induzir a desordem psicossocial. Nas palavras de Santos e Marin:

Segundo os pressupostos básicos da Teoria Neomarxista, boa parte das pessoas, a mercê de eventos econômicos adversos, vêem-se muitas vezes, impelidas pelas forças das circunstâncias, a adotar comportamentos criminosos. Ou seja, elas não fazem uma escolha arrazoada das opções disponíveis – simplesmente agem. (SANTOS e MARIN, 2011, p. 5)

David Harvey também é um importante destaque nesta vertente de pensamento, resgatando conceitos de geoestratégia, geopolítica e imperialismo, com um olhar nos acontecimentos do século XXI. Segundo o geógrafo, os Estados Unidos pratica sua expansão de poder como uma espécie de imperialismo capitalista – quando o poder é fundamentado em estratégias políticas, militares ou diplomáticas.

“As intervenções militares são a ponta do *iceberg* imperialista. O poder hegemônico do Estado costuma ser empregado para garantir e promover arranjos institucionais internacionais e externos por meio dos quais as assimetrias das relações de troca possam funcionar em favor do poder hegemônico. É por meio desses recursos que, na prática, se extrai um tributo do resto do mundo. O livre mercado e os mercados de capital abertos tornaram-se o meio primário de criar vantagem para os poderes monopolistas com sede nos países capitalistas avançados que já dominam o comércio, a produção, os serviços e as finanças no mundo capitalista. O veículo primário da acumulação por espoliação tem sido por conseguinte a abertura forçada de mercados em todo o mundo mediante pressões institucionais exercidas por meio do FMI e da OMC, apoiados pelo poder dos Estados Unidos (e, em menor grau, pela Europa) de negar acesso ao seu próprio mercado interno aos países que se recusam a desmantelar suas proteções.” (HARVEY, 2002, p. 147)

Sumariamente, ao ignorar as causas relacionadas às escolhas racionais e à figura do *homo economicus*, a visão marxista contrapõe plenamente os preceitos básicos da teoria econômica do crime.

1.3 TRÁFICO INTERNACIONAL DE COCAÍNA E TEORIA ECONÔMICA: EMBATE EPISTEMOLÓGICO

A Teoria Econômica do Crime trouxe à tona a importância do debate criminal na ciência econômica além de facilitar estimativas referentes aos custos que o crime envolve aos setores público e privado. Ainda assim, é importante salientar algumas críticas, muitas relacionadas ao problema de simplificação de um tema de intensa complexidade analítica, que envolve muitas especificidades regionais capazes de colocar em evidência algumas conclusões do modelo elaborado por Becker, como a questão relacionada à minimização na oferta de crimes frente à maximização da pena; a prisão como meio de restringir a liberdade do criminoso e eliminando seu consumo e produção de renda; além da entrada no mundo do crime por meio das escolhas racionais.

Observa-se empiricamente que o aumento das punições não necessariamente culmina na redução da oferta de crimes. Como abordado no capítulo seguinte, a ascensão das políticas proibicionistas e as detenções de narcotraficantes seguiram na mesma tendência, indicando que a lucratividade da cocaína dentro de sua cadeia de comercialização é facilmente suficiente para que os cartéis tenham condições de se reinventar. A oferta atinge nível *record* a cada ano, influenciado por um fenômeno conhecido como *Ballon Effect*, que trata-se da capacidade desta indústria se reconstituir e redistribuir o poder dentro de uma rede internacional. Como pontua Daniela Martins Madrid: “Apesar de ter uma estrutura de comando centralizada, as atividades são gerenciadas sob a forma de células pulverizadas em rede, nas quais há muitos pequenos criminosos, tornando a repressão estatal menos eficiente, garantindo assim a continuidade das atividades ilegais.” (MADRID, 2011, p.134).

É importante considerarmos a existência do criminoso não como um fato isolado. O indivíduo infrator vive em sociedade e pode ser responsável pela geração de renda não

somente a si próprio, mas também de um determinado grupo familiar no qual possa estar inserido e, esta desestruturação familiar pode acarretar em problemas para gerações futuras. Além de existirem questões relacionadas ao sistema carcerário, problema bastante pertinente no Brasil desde a década de 90, como abordaremos brevemente no terceiro capítulo.

A partir da década de 70, a Teoria da Escolha Racional sofre críticas por cientistas políticos que negam algumas diretrizes adotadas pela ortodoxia econômica, principalmente em relação da generalização a figura do indivíduo como egoísta e racional – *homo economicus* – Este conceito passou a ser debatido por cientistas que defendem que o ser humano pode agir também por mecanismos emocionais – instintos e emoções fazem parte das ações humanas e, um indivíduo que se constitui apenas da racionalidade sofre de uma patologia à medida que busca constantemente por uma realidade abstrata. Um ser humano é capaz de sentir influenciado por sentimento de raiva, vingança, além de possuir religião, crenças, diferentes níveis de educação, experiência de vida particular de cada um, sem deixar de ser classificado como racional.

Devemos notar que a escolha racional não é um mecanismo infalível, uma vez que a pessoa racional pode escolher apenas o que acredita ser o melhor meio. Essa crença bem pode ser errônea. A pessoa pode deixar escapar algumas oportunidades ou tropeçar por engano. Não apenas errar é humano: Pode ser mesmo racional fazê-lo, se acontecer de todos os indícios apontarem na direção errada. [...] Aqui o meu ponto é simplesmente que o processo pode ser racional e ainda assim deixar de alcançar a verdade. A verdade e uma relação entre uma crença e aquilo sobre o que é a crença. (ELSTER, 1994, p. 40).

Ademais, as singularidades entre os países produtores de matéria-prima e países possuidores de grande concentração de consumidores de cocaína, mostra que existem fatores econômicos, culturais, sociais e psicológicos que inevitavelmente devem ser considerados para que o fenômeno possa ser compreendido abertamente.

No Brasil, há estudos que mostram que muitos moradores de favelas ingressam no crime por familiaridade, status e pelos mais diversos motivos que não se limitam a relações de custos, podendo o crime organizado, ter uma relação de paralelismo ou simbiose com o Estado. Numa relação de paralelismo, o poder estatal e os cartéis agem em diferentes esferas podendo existir uma espécie de diálogo ou reconhecimento mútuo entre as partes. Enquanto o caso de simbiose ocorre quando ambas as partes coexistem num mesmo ambiente. É basicamente quando os cartéis tem possibilidade de usufruir das estruturas do Estado para

gerir os negócios e instituições estatais que possam ser sustentadas pelo narcotráfico. Nas palavras de Thiago M. S. Rodrigues:

Um caso representativo é do próprio Brasil: em relação aos grupos criminosos como o PCC e o Comando Vermelho, há uma clara política de combate, enquanto nas favelas e nos territórios comandados por tais grupos persiste tanto a relação de paralelismo interrompida por políticas pontuais de combate, quanto a de simbiose em termos da existência de esquemas de corrupção no Estado brasileiro (2002, p. 104, apud SANTOS, 2011, p. 137).

A visão marxista assume uma importante posição na análise criminal ao aceitar as contradições do sistema capitalista como um dos fundamentos da criminalidade. Contudo, é importante salientar que esta não é a única fonte na explicação ao tema, visto a complexidade da própria mente humana além da dinâmica do mercado mais lucrativo do mundo. Compartilhando a afirmação de Cerqueira e Lobão:

As teorias de causação do crime, ao lançarem luz sobre determinadas variáveis e sua epidemiologia, permitem que o planejador do Estado escolha dentre inúmeras variáveis aquelas que supostamente devem ser as mais importantes. Os modelos empíricos, ao detalharem a metodologia de aferição, possibilitam a centralização das atenções e dos escassos recursos públicos em algumas poucas variáveis, que podem não explicar uma verdade universal, mas interferem decisivamente (com maior probabilidade) na dinâmica criminal daquela região onde se quer intervir. Desse modo, o planejador público que acreditar piamente em um único modelo de causação criminal (seja qual for) para tomar suas decisões e orientar suas ações e recursos estará fadado a utilizar um “leito de Procusto”, algumas vezes com êxito, outras não, a depender do “cliente” ou da situação em particular. Daí a necessidade da multidisciplinaridade: Um meio de aumentar o conjunto de instrumentos de análise e de intervenção pública para um objeto extremamente complexo. (CERQUEIRA e LOBÃO, 2004, p. 234).

De imediato, temos em mente que compreender plenamente o que leva as pessoas a se envolverem na atividade criminosa é uma tarefa árdua. Não existe consenso, uma única cultura tampouco um único processo histórico que explique o desenvolvimento socioeconômico das nações, motivo pelo qual há a necessidade de observar o tema interdisciplinarmente.

CAPÍTULO 2

A GEOPOLÍTICA DO TRÁFICO DE COCAÍNA

Em 2019, um quilograma de cloridrato de cocaína poderia sair da Bolívia por cerca de 800 dólares; na fronteira com o Brasil, chega ao preço aproximado de dois mil dólares. Em São Paulo ou no Rio de Janeiro, vindo pelas facções brasileiras, custa entre dez e doze mil dólares. Quando reexportado, pode chegar à Europa Central por 50 mil dólares ou por quase 100 mil dólares no Líbano ou um pouco mais em países como a Áustria (preço de atacado). Não existe mercadoria no planeta mais lucrativa que a cocaína.

O conceito de geopolítica foi elaborado pelo cientista político sueco Rudolf Kjellén, se desenvolveu no século XIX como uma expressão utilizada para se referir a disputas territoriais e demais discussões relacionadas a relações internacionais. Nesta sessão, serão abordadas as relações econômicas e políticas entre os países produtores de coca e o principal mercado consumidor que, fortemente influenciou no que popularmente conhecemos como “política proibicionista”.

O mercado ilegal de drogas possui particularidades, entre elas, a não regulamentação por parte do Estado, o que significa que não há leis de obediência em relação a qualquer espécie de normas trabalhistas ou controle de qualidade. A venda, e o uso e a posse de cocaína é ilícito, o que faz com que este mercado tenha caráter excêntrico, de análise não facilmente comparável às indústrias formais. Reconhecer o fenômeno; capturar dados; realizar estimativas quanto ao consumo, demanda, produção e prevalência do uso de drogas em diferentes territórios do globo terrestre são os passos iniciais para avaliar a dinâmica dos fluxos de matéria-prima e capital, além dos efeitos sociais e econômicos deste mercado.

Os dados adotados nesta pesquisa foram captados e estimados pelo *United Nations Office on Drugs and Crime* – UNODC, conhecido no Brasil como Escritório das Nações Unidas Sobre Drogas e Crimes. O UNODC é um departamento da Organização das Nações Unidas, vinculado às três grandes áreas: Saúde, justiça e segurança. Cabe a este departamento, a realização de análises e estimativas relacionadas à corrupção, lavagem de dinheiro, tráfico de drogas, tráfico de seres humanos, terrorismo e desenvolvimento econômico alternativo. (UNODC, 2019).

As estimativas auxiliam na busca de indícios de corrupção e, na busca de políticas adequadas para o combate ao crime. A ONU foi criada em 1945, com o intuito inicial de organizar novamente o sistema internacional após a Segunda Guerra Mundial assim, o UNODC surge posteriormente como resultado de uma série de encontros diplomáticos que foram impulsionados com a Conferência de Haia (1919) com intuito de universalizar o regime de controle de drogas. Tal objetivo foi ancorado com a assinatura da Convenção Única sobre Entorpecentes da ONU em 1961. Este documento estabeleceu uma lista de psicoativos, categorizando-os a partir de seu uso médico – Desse modo, as drogas que não portam utilidade médica são instigadas ao banimento, tanto de traficantes quanto de usuários.

“O regime proibicionista de controle de drogas foi completado por outros dois tratados: a Convenção Sobre Drogas Psicotrópicas (1971) que incorporou o LSD como uma substância a ser banida totalmente e, a Convenção de Viena, assinada em 1988” (MCALLISTER apud RODRIGUES, 2012 p. 7). A partir de então, as atualizações elaboradas pelas delegações dos Estados-Membros da ONU são coordenados pelo UNODC que, tem como papel principal, o incentivo à prática de diretrizes tratadas em convenções entre os países-membros.

Na análise elaborada pelo UNODC são mencionados como países produtores de cocaína: Colômbia, Peru e Bolívia. Segundo os dados disponibilizados pela ONU, a Colômbia é, historicamente, o maior país produtor no planeta. Na condição de maior mercado consumidor, os Estados Unidos ocupam esta posição, seguido da Europa.

Certos aspectos macroeconômicos se apresentam explicitamente entre os países analisados, como a relação entre atividades produtivas, nível de renda e posição que estes países ocupam na cadeia produtiva. Assim como determinados elementos microeconômicos: Inovação, comportamento dos vendedores e compradores, estrutura de mercado e formação de preços.

A proposta neste capítulo é explicar as origens da cocaína, mostrar os fatores socioeconômicos que induzem a atividade dos principais atores que trabalham nas diferentes etapas da cadeia produtiva da cocaína para, posteriormente, legitimar a relação entre narcotráfico, teoria econômica e realidade humana.

2.1 DE ERVA MILENAR À DROGA MAIS LUCRATIVA DO MERCADO: A HISTÓRIA DA COCAÍNA NO MERCADO INTERNACIONAL

Na ponta incipiente do elo da cadeia produtiva desta droga, encontra-se a *Erythroxylum coca*, popularmente conhecida como coca, insumo primário da cocaína.

Originária da América do Sul, a coca cresce em forma de arbusto na região situada ao leste dos Andes e acima da Bacia Amazônica. É da classe *Magnoliopsida*, de ordem *Malpighiales* e da família *Erythroxylaceae*. Possui flores amarelas, aromáticas, frutos avermelhados e folhas alongadas que portam 14 alcaloides (compostos de nitrogênio derivados de plantas), entre eles: Ácido ascórbico, tiamina, riboflavina, cafeína, nicotina, morfina e cocaína.

Figura 1 – A Coca em Arbusto



Fonte: Q Costa Rica News.

O arbusto é cultivado em clima tropical, em altitudes que variam entre 450m e 800m acima do nível do mar (FERREIRA e MARTINI, 2001, p. 2). Segundo estes autores, muitas lendas estão relacionadas à coca, que tem seu nome derivado a palavra *Khoka* (árvore) de origem *aimará* – Língua falada por antigos povos indígenas, que habitavam o território tido atualmente como Peru, Bolívia, Argentina e Chile. Nos dois primeiros, *aimará* é considerado idioma oficial junto com a *quíchua*. Na cultura indígena, o uso cotidiano da coca se insere na formação cultural e social da destes países, de modo que:

Para os incas, a planta (coca) era sagrada, um presente do Deus Sol (Inti), relacionada à lenda de Manco Capac, o filho do sol, que desceu do céu sobre as águas do lago Titicaca para ensinar aos homens as artes, a agricultura e para presentear-lhes com a coca. Até a chegada dos espanhóis à América, seu uso era privilégio da nobreza Inca (FERREIRA e MARTINI, 2001, p. 1).

Estima-se que a coca seja consumida para fins medicinais há aproximadamente 3.000 a.C. pelos Incas que habitavam a região dos Andes. A folha mastigada proporciona efeitos estimulantes, amenizando a fome, cansaço além de aliviar os efeitos do ar rarefeito da baixa pressão atmosférica das altas montanhas. No Peru, a coca também era utilizada para cerimônias religiosas.

Cerca de 50% da população peruana é indígena, de ascendência preponderantemente quéchua e aymara. Os habitantes das montanhas, indígenas e camponeses, distinguem-se pela conservação de tradições ancestrais, por comunicarem-se em quéchua e por sua cosmovisão. Amam profundamente a terra, definem-se como parte dela e por isso dão-lhe continuamente oferendas para honrar sua origem, bem como às forças da natureza e aos deuses. Ao lado de Inti, o Sol, Pachamama, a Mãe Terra, compõem suas principais deidades. Inti fecunda, Pachamama germina. Pachamama é o próprio tempo que se move, e o espaço onipresente. É a terra, o chão, possuidor da vida. Para falar com Pachamama, ou honrar suas entidades, o índio não necessita de recursos especiais: elas estão ao seu lado, como estão as árvores, pedras, rios, animais e tudo o mais, integrados e expostos. Quando vão iniciar o plantio, indígenas e camponeses oferecem folhas de coca a Pachamama e, antes de beber qualquer coisa, derramam um pouco à terra, agradecendo a possibilidade de mitigar sua sede. (MÓDOLO, 2006, p. 145;146)

Muitos hábitos indígenas da região resistiram ao tempo: Tanto na Bacia Amazônica quanto algumas regiões da fronteira com a Venezuela e Colômbia, indígenas costumam mascar as folhas torradas de coca misturadas a elementos alcalinos e transformadas em pó, a mistura é chamada de *epadu* ou *ipadu*. A substância é consumida principalmente por idosos, por possuir valores nutritivos e ser eficiente na busca por bem-estar e euforia.

Assim como explica Richard Bucher, “esse uso está intimamente integrado à cosmovisão dessas tribos. A palavra que designa a coca, ‘ahpi’, também denomina leite, leite materno, via láctea, e o próprio nome da nação indígena habitada pelos índios Tucanos”. (BUCHER, 1994, p. 323).

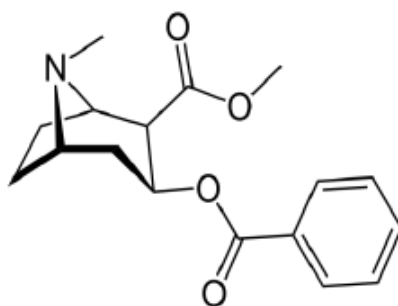
A invasão espanhola no Peru ocorreu em 1532. Acredita-se que os indígenas deixaram de consumir a coca exclusivamente para rituais e passam a ser incentivados a ingerir com o

objetivo de melhorar a respiração e desenvoltura durante o trabalho escravo nas minas de prata. Durante a colonização das Américas, o catolicismo foi instituído como religião oficial. A partir da imposição da moral cristã, catequização dos índios, além da tentativa de destruição de pertences e rituais indígenas sagrados, a coca foi considerada uma planta demoníaca pelos espanhóis, o que culminou em sua proibição em 1551 – decisão que caiu anos depois, em 1569, quando o Rei espanhol Felipe II declara a coca como algo essencial à saúde e eficiência dos índios perante pouca alimentação e extenso trabalho nas minas. Anos mais tarde, a planta é levada à Espanha para fins medicinais, porém, o uso não fora amplamente difundido entre a população.

Ao longo do século XIX os efeitos da coca começam ser disseminados pelo mundo, principalmente no continente norte americano e europeu. Em 1855, o extrato da folha da coca (*Erythroxylene*) é descoberto pelo alemão Friedrich Gaedecke. Três anos mais tarde, o também alemão Albert Neumann consegue isolar os alcalóides da coca, entre eles, o extrato da cocaína. Em 1898 foi descoberta a composição exata da cocaína e, em 1902, a cocaína sintética é produzida em laboratório pela primeira vez pelo químico alemão Richard Martin Willstätter.

A estrutura química da cocaína pode ser dividida em grupo aromático, que possui propriedades lipofílicas; extremidade amino terminal e o éster que é facilmente hidrolisado durante o seu metabolismo e excreção no organismo (SILVA et al., 2014).

Figura 2: A Fórmula Estrutural da Cocaína.



Fonte: SILVA et al., 2014.

A cocaína se torna num poderoso fármaco do século XIX. Nos EUA, era prescrita para problemas relacionados à dor e também para complexas enfermidades sendo uma possível substituta à morfina. Em 1884, Sigmund Freud publica um artigo chamado *Über Coca* (Sobre a Coca) e, como usuário por mais de uma década, o pai da psicanálise utilizava doses de 50mg ao dia e, para casos de depressão, recomendava aos seus pacientes cerca de 200mg ao dia. “A droga era indicada como anestésico local, afrodisíaco, asma, irregularidades digestivas, sífilis, além de perturbações inerentes de altas altitudes” (FERREIRA e MARTINI, 2001, p.3).

Indiretamente, Freud contribuiu para a divulgação desta droga que, anos mais tarde, foi uma importante ferramenta de estudo de Karl Koller, que percebeu o quanto o olho se torna resistente à dor após o uso da mesma, abrindo as portas para o que hoje conhecemos como anestesia local. Posteriormente, este estudo foi aprofundado por Wiliam S. Halsted – estudioso na área de cirurgia moderna e um dos fundadores da Faculdade de Medicina da Universidade Johns Hopkins, situada em Baltimore, estado de Maryland, nos Estados Unidos.

Em 1863, a partir de uma mistura entre folhas de coca e vinho, o químico Ângelo Mariani cria uma bebida chamada *Vin Mariani*, a base de 300 mg de cocaína por litro (quantidade não considerada nociva ao ser humano). O Vin Mariani rendeu uma medalha de ouro concedida pelo Papa Leo XVIII. Pouco mais de 20 anos depois, John Stith Penberton, cria uma fusão entre cocaína e noz de cola (utilizado até então como tônico para o cérebro) gerando uma bebida não alcoólica e fim de atrair a sociedade moralista norte-americana da época. Mais tarde a cocaína foi substituída por cafeína na composição e hoje este *drink* é reconhecido mundialmente como Coca-Cola.

No século XIX as folhas da coca eram exportadas da região andina para outros países como matéria-prima na produção de diversos produtos, podendo ser comercializada em farmácias ou mercearias. O médico e escritor Conan Doyle também foi uma das personalidades usuárias da cocaína, inclusive envolvendo seu personagem Sherlock Holmes como também apreciador da droga.

As regulamentações ao uso da cocaína surgiram em meados do século XX. “A somatória entre medos sociais, moralismo, xenofobia e racismo – fortalecida pelas alegações no campo da saúde pública – catalisou clamores pela criminalização da produção e consumo de drogas.” (RODRIGUES, 2012, p. 11). No ano de 1912, ocorreu na cidade de Haia, nos Países Baixos, a primeira Convenção Internacional do Ópio, considerado o primeiro tratado internacional de controle de drogas. Nos EUA, em 1914 é assinada a *Harrison Act* com

finalidade de tributar, regulamentar a produção e distribuição de derivados do ópio e da coca. Em 1919, foi aprovada como 18ª emenda da constituição estadunidense a Lei Seca que proibia a produção, circulação, comercialização e consumo de qualquer bebida alcoólica. Segundo Thiago Rodrigues (2012), esta lei foi revogada em 1933, mas este curto período foi responsável por duas grandes consequências: A ascensão de vários grupos dedicados à atividade ilegal e o modelo proibicionista que se estendeu a outras substâncias como maconha e cocaína.

O uso terapêutico da cocaína chegou a ser aplicado em três áreas: Como anestésico local oftalmológico; como anestésico em pacientes com câncer terminal (por acreditar-se que a droga seria capaz de diminuir a consciência dos pacientes), além de mostrar-se eficaz no tratamento de dores de cabeça.

O poder anestésico da cocaína está relacionado ao núcleo ecgonina e um ácido tropanol-carboxílico; do átomo de nitrogênio, que quando na forma de cátion e combinado a receptores de membrana, bloqueia a condução de íons sódio e potássio, impedindo a geração e a propagação do impulso nervoso; e ao bloqueio de receptores de dopamina que é responsável pelo aumento desta na fenda sináptica, responsável pela estimulação do Sistema Nervoso Central e Sistema Cardiovascular. (SILVA et al, 2014, p. 2).

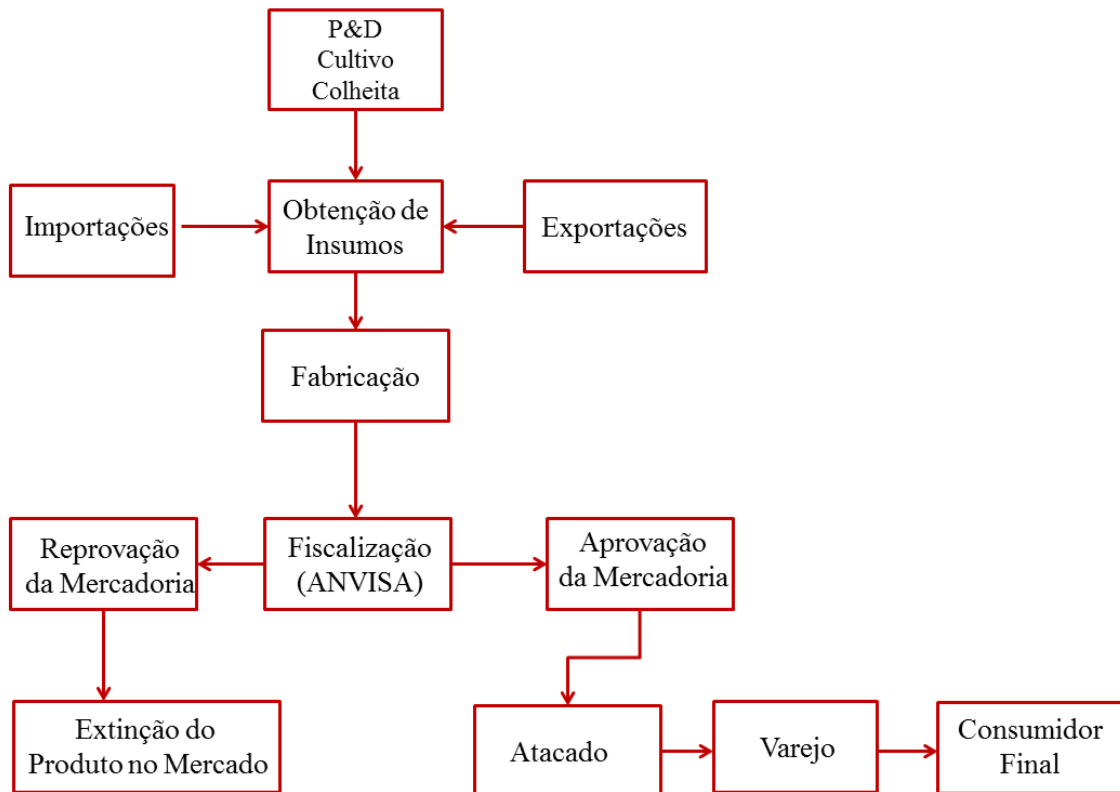
Sobre o uso abusivo, a mesma tem alto potencial de dependência, gera uma série de efeitos psiquiátricos, como: Paranoia, alucinação, delírios, agitação, violência, pensamentos suicidas e homicidas (SILVA *et al*, 2014). Assim, a partir da década de 1950, a cocaína ressurge ao mercado com propósito fortemente recreativo, alcançando dimensões transnacionais nos anos seguintes.

2.2 A CADEIA PRODUTIVA DA COCAÍNA

Em geral, uma cadeia produtiva abrange todas as etapas de transformação dos insumos até chegar ao produto final. No caso do mercado das drogas legalizadas, a cadeia produtiva passa por pelo menos seis etapas: Cultivo, aquisição de insumos, bem como o processo de pesquisa e desenvolvimento (P&D). Por conseguinte, ocorre a fabricação do produto,

distribuição e comercialização. A mercadoria passa pelo processo de fiscalização assim que é produzida. No Brasil, o órgão responsável por fiscalizar a indústria farmacêutica e de cigarros é a Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA. Após a etapa de fiscalização, a mercadoria pode ser aprovada para circulação ou impedida. Caso a mercadoria seja aprovada, poderá ser distribuída normalmente no mercado até chegar ao consumidor final. Caso contrário, a mesma deverá ser imediatamente excluída do mercado a fim de assegurar segurança para a população.

Figura 3 – A Cadeia Produtiva das Drogas Legais



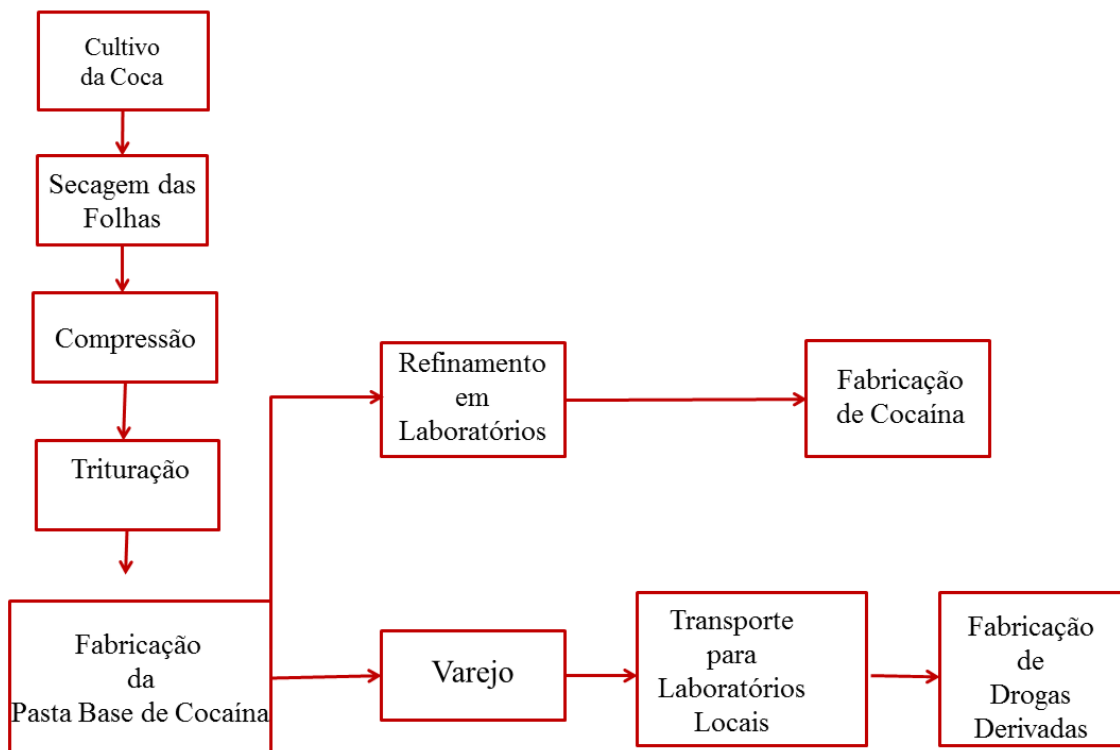
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de SOUZA, 2015.

Diferente do mercado lícito, no mercado das drogas ilegais não existe qualquer espécie de fiscalização de pureza das substâncias envolvidas, o que significa que há uma gama de pessoas comprometidas no trabalho ilícito, direta e indiretamente, que não estão sujeitas a leis trabalhistas e segurança física. O narcotráfico não acontece de forma isolada, pelo contrário:

Envolve uma série de atividades distintas, entre tráfico de armas, tráfico de pessoas, corrupção e lavagem de dinheiro.

A cadeia produtiva da cocaína se introduz com o cultivo de coca por trabalhadores rurais. Após a colheita, é iniciado o processo de secagem das folhas para ser extraído o alcaloide da coca – as folhas ficam submersas em ácido sulfúrico ou solvente orgânico, podendo este solvente ser gasolina, querosene ou óleo diesel – esta etapa é chamada de extração. Após um determinado período de tempo, as folhas começam a ser filtradas da solução e o restante é tratado quimicamente para ser transformado em pasta base. Esta etapa é realizada em laboratórios envolvendo uma mistura entre as folhas trituradas de coca, cal e cimento. Em seguida, a pasta é regada por outra solução até ficar com aspecto semelhante à “lama”. Esta combinação é deixada de repouso e em seguida passa por uma série de filtragens até atingir seu estado sólido.

Figura 4 – A Cadeia Produtiva da Cocaína



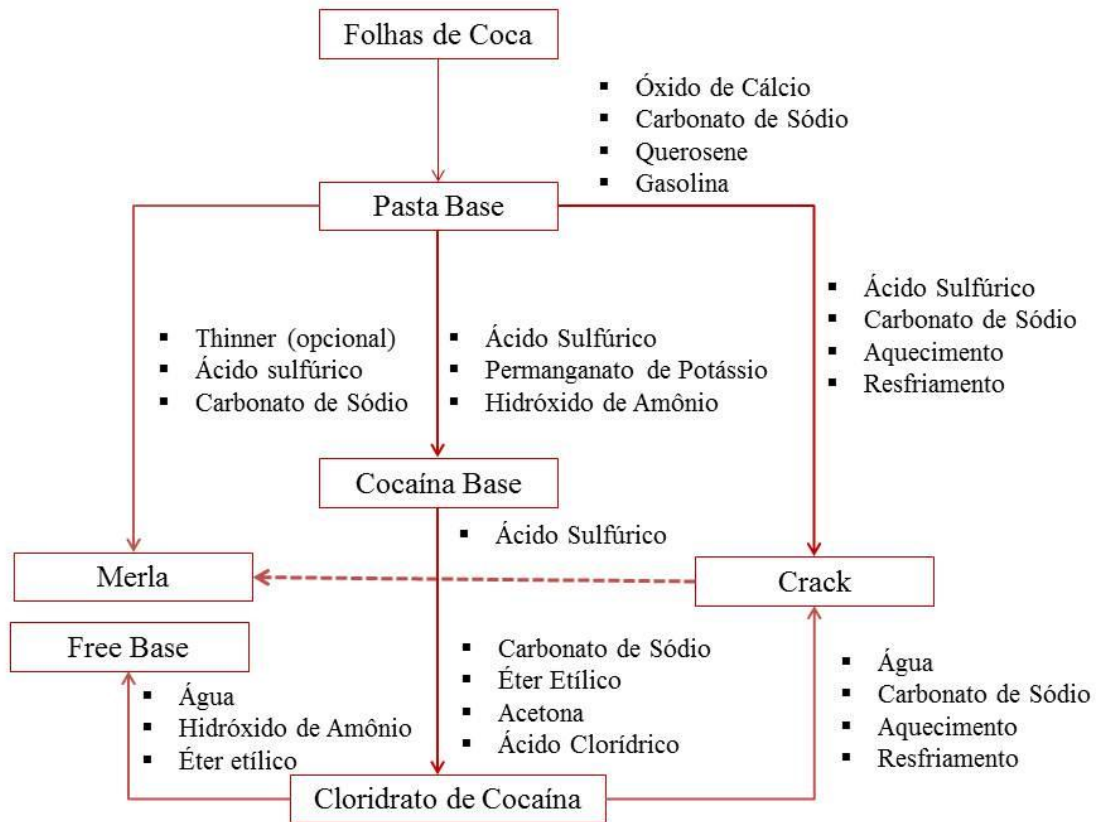
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de SOUZA, 2015.

A pasta base é fundamental na logística por mitigar o volume da matéria-prima, facilitando o transporte das áreas produtivas para os polos comerciais. A mesma é transformada em Cloridrato de Cocaína (cocaína em pó), produzida a partir da mistura entre pasta básica e outros componentes químicos. Existem diversas apresentações da cocaína que passam por outros processos químicos que incluem componentes altamente nocivos ao ser humano como: Ácido sulfúrico, acetona, bicarbonato de sódio e querosene. Por se tratar de uma mercadoria ilícita, não passa por qualquer espécie de fiscalização, culminando na adulteração, realizada em todas etapas do processo produtivo, a fim de ampliar o rendimento e garantir um lucro ainda maior. Uma das principais formas de adulteração é através da introdução de aditivos.

Esses aditivos podem ser de duas espécies: adulterantes ou diluentes. Os adulterantes consistem em substâncias não só com o aspecto, mas com alguma atividade farmacológica similar à da droga, tais como lidocaína, benzocaína, cafeína e anfetaminas. Já os diluentes são substâncias sem quaisquer atividades farmacológicas. Trata-se de compostos com características visuais próximas às da cocaína, tais como sulfato de magnésio, bicarbonato de sódio, amido e açúcares, entre outros, utilizados com a finalidade exclusiva de aumentar-lhe o volume. (OLIVEIRA e WAGNER, 2013, p. 8).

Por meio da consulta de aditivos introduzidos na cocaína é possível investigar as empresas fornecedoras de fármacos e outras substâncias utilizadas na adulteração que normalmente transitam no mercado legal. A partir deste diagnóstico é possível explorar a região onde a droga fora elaborada.

Figura 5 – Fluxograma dos Processos de Interconversão da Cocaína



Fonte: VARGAS, 2001.

O crack – cocaína em formato semelhante a pedras – é fumado pelos usuários normalmente com cachimbos. Possui efeitos mais agressivos, capaz de ser sete vezes mais potente que a cocaína em pó, proporcionando sentimentos de euforia que duram até 15 minutos causando, em sequência, intensa depressão e dependência. Pode ser facilmente mais usado em regiões periféricas, principalmente por possuir baixo custo e efeitos mais expressivos. Nas palavras de Oliveira e Wagner (2013): “É importante ressaltar que diferentes formas de apresentação não significam drogas diferentes. Assim, ao contrário do que é veiculado com frequência em alguns meios de comunicação, crack não é subproduto da cocaína.” (OLIVEIRA e WAGNER, 2013, p. 7).

Em síntese, a cocaína pode ser utilizada pelos usuários em diversas formas: Quando se encontra na forma líquida, é diluída em água para ser injetada ao organismo. Quando se apresenta em pó, normalmente é inalada (nesta forma, o organismo absorve cerca de 80% da droga, a perda ocorre devido aos vasos sanguíneos que podem limitar sua absorção). E, em formato sólido, sua pureza é mitigada ainda mais à medida que são introduzidas uma gama de outras substâncias até chegar ao consumidor final.

Figura 6 – A folha da coca, cocaína líquida, cocaína em pó, crack e merla



Fonte: Google Imagens

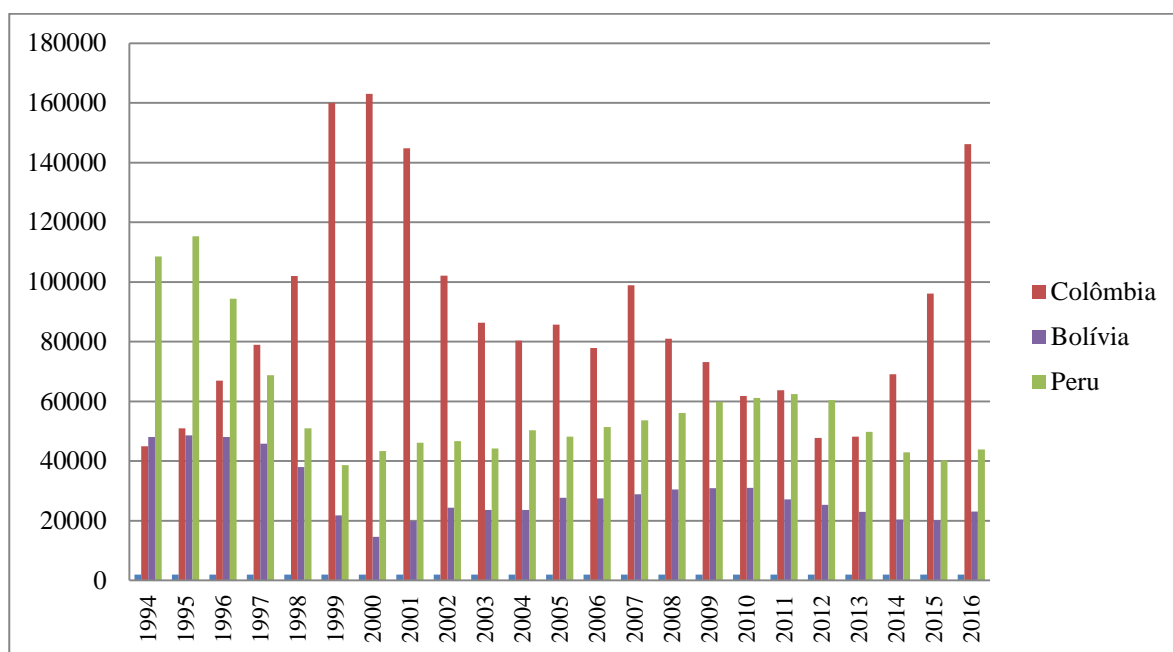
2.2.1 O Mercado Produtivo

Existe uma linha tênue que separa o cultivo ilícito da produção legalizada de coca. Considerando que nos principais países produtores subsiste a preocupação com o consumo tradicional, devido seu antigo valor cultural. Ao discutir sobre o mercado produtivo, é importante descrever brevemente sobre a formação histórica e econômica das nações envolvidas, para que seja possível compreender o fenômeno e observar como os países se estruturam frente à ascensão do mercado ilícito e se posicionaram perante os conflitos políticos proveniente das externalidades da grande indústria ilícita nos últimos 50 anos.

De acordo com o relatório mundial sobre drogas de 2019, somente na Colômbia, teve um aumento de 17% na área de cultivo da coca o que culminou num crescimento de 31% na produção de cocaína em potencial. Em 2017, a produção de cocaína alcança seu auge em pelo

menos 15 anos: 1.976 toneladas produzidas, o que representa um aumento de 25% em relação a 2016. O mercado de drogas e medicamentos também tem crescido e se diversificado como nunca antes. Colômbia continua sendo majoritariamente o maior país produtor de coca seguido de Peru e Bolívia.

Gráfico 1 – Área de Produção de Coca na Região Andina entre 1994 a 2016 – Em Hectares



Fonte: UNODC, 2019

2.2.1.1 Colômbia

Localizada no noroeste da América do Sul, a Colômbia foi habitada inicialmente por povos indígenas de origem *chibchas*, *quimbaya* e *tairona*. No ano de 2017, o país possuía cerca de 49.090 milhões de habitantes o que representa a segunda maior população da América do Sul.

A história da Colômbia é marcada por violentos conflitos políticos, desde o século XIX. Somente em 1958, na tentativa de cessar conflitos interpartidários, foi criada a Frente Nacional – Um sistema político de coalizão bipartidário que substituiu um regime militar que duraram três anos. De acordo com este sistema, durante os 16 anos seguintes, haveria a

alternância de poderes entre o Partido Conservador e o Partido Liberal. A visão inicial era aparentemente interessante e buscava a restituição da democracia, no entanto, o desfecho da história foi diferente: Havia eleições a cada quatro anos, mas não havia espaço para outros partidos, tampouco para movimentos sociais e oposição. A paz estava mascarada, enquanto muitos camponeses foram alvo de violência do Estado que buscava aniquilar qualquer rastro que aparentasse uma ameaça. A partir deste momento, grupos guerrilheiros que não se encaixavam como membros do partido liberal nem do partido conservador se organizaram para reagir contra o governo. Muitos destes grupos tiveram forte participação de camponeses, que se sentiam ameaçados pela violência do Estado e, dependiam da agricultura para sobrevivência. Assim, na pele de um programa revolucionário, nasce as FARC (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – Exército do Povo) e a ELN (Exército da Libertação Nacional) além de outros menores grupos. Em reportagem ao site Carta Maior, Mariana Serafini explica:

Estes pequenos agricultores, normalmente pobres e vulneráveis, desbravaram a selva colombiana e expandiram as fronteiras agrícolas. O Estado, com o braço armado do paramilitarismo, perseguiu e deslocou milhões de pessoas, é nesse ponto que a guerrilha conquista a simpatia popular, coube a ela ser o escudo destes trabalhadores do campo. As milícias paramilitares, criadas lá no início dos anos 60, só passaram a ser vistas como uma questão a ser combatida em meados dos 80. Na sua fundação, oficial e institucionalizada, cabia aos comandantes militares locais montar uma organização não militar paralela que deveria ser financiada pelos “notáveis do local”. Os “notáveis” eram, ora empresários do ramo do agronegócio, ora narcotraficantes e, obviamente, o paramilitar passa a obedecer ordens não só do Estado, mas também de quem o financia. Por isso a perseguição aos trabalhadores do campo foi tão intensa. (SERAFINI, 2017).

Em 1968, é assinado o decreto 3398 e a Lei 48, permitindo que exércitos e organizações de autodefesa pudessem ser organizados e formados pela população colombiana. O resultado desta medida fora a formação de diversos grupos, muitos de cunho anticomunista, apoiados pelas Forças Armadas da Colômbia, e financiados por narcotraficantes. Nas palavras de Caixeta e Mendonça:

Como consequência, na década de 1970, foram formados grupos armados, em sua maioria de ideais conservadores, tradicionais e anticomunistas, que deram origem às associações paramilitares, apoiadas pelas Forças Armadas e pela elite econômica colombiana. Esses, assim como todas as outras camadas da sociedade civil da Colômbia, também viram no narcotráfico uma oportunidade de dominação de territórios, de manifestação de seu poder e de financiamento do aparato de guerra

utilizado nos confrontos. Era uma via de mão dupla: os paramilitares viam utilidade no narcotráfico, enquanto os narcotraficantes identificavam nos serviços dos paramilitares as mesmas oportunidades de ganho territorial, combate às guerrilhas e controle populacional. (CAIXETA e MENDONÇA, 2018, p.7).

À vista disso, o Estado colombiano perde monopólio de forças armadas e coesão física. O fenômeno da violência prossegue ascendentemente, assim como a corrupção e a desigualdade social.

Cabem duas observações a respeito deste período. Diferentemente de grande parte dos Estados latino-americanos, a Colômbia não passou por um regime ou Estado populista. Com isto, na sociedade colombiana não havia uma série de regulamentações ou avanços trabalhistas que já eram realidade na América Latina, tais como direitos sociais, leis trabalhistas, desenvolvimento contundente de indústria nacional ou políticas econômicas protecionistas com o objetivo do desenvolvimento de produção e mercado internos. Ademais, apesar de os sindicatos colombianos existirem, estes eram de reduzido número, pequenos e com pouca capacidade de negociação, diálogo e penetração social. De acordo com Pécaut (2014), o rechaço ao populismo é fundacional na Colômbia, pois isto foi fundamental para a manutenção de uma tardia oligarquia, que esteve no poder até a segunda metade do século XX: a ausência do reconhecimento do povo como sujeito político unificado e a ausência de um nacionalismo contundente propiciaram que as velhas elites permanecessem no poder até fins da década de 1970, sob um mesmo modelo de produção e as mesmas práticas de clientelismo e caudilhismo características do século XIX (PÉCAUT, 2014). Frente a isto, a Colômbia adentra nas décadas de 1970 com uma estrutura estatal consideravelmente diferente do resto da América Latina: a manutenção dos grandes latifúndios, conjugado com permanência da estrutura oligárquica de poder, ganha traços dramáticos com o aumento das práticas de terror político. (CLOSS, 2017, p. 4).

A economia da droga circula nas articulações do conflito armado. No fim dos anos 70, o país era território de produção de maconha, papoula e coca – que se expandiu posteriormente para o Peru e Bolívia. A produção de maconha era predominante até que o mercado da cocaína mostrou-se como o mais vantajoso. Nos início dos anos 80, o país fora responsável por pelo menos 60% da produção mundial de cocaína. “O mais dolorosamente especial é que o narcotráfico veio potencializar outros fenômenos presentes na vida colombiana: a violência das guerrilhas e dos paramilitares, o clientelismo, a corrupção, a cultura do jeito e a desinstitucionalização do país.” (VALENCIA, 2005, p. 6).

Os altos índices de violência na Colômbia poderiam ser provenientes basicamente por três fontes: Delinquentes comuns, narcotraficantes e por motivação política relacionada a guerrilhas e grupos paramilitares. Essas “fontes de violência” estavam contidas em diferentes esferas de dinâmicas, mas nos anos 90 começariam a se articular de forma que os camponeses

produtores de coca eram controlados por grupos guerrilheiros que lhe cobravam impostos e processam a folha da coca que posteriormente passam para o domínio de narcotraficantes que criaram grupos paramilitares para proteger seu negócio à margem da legalidade. “A guerra mudou de aparência. Com a articulação da violência do narcotráfico e da delinquência comum com a violência política, o conflito armado deu um grande salto, emitindo um claro sinal de que o Estado podia entrar em colapso.” (VALENCIA, 2005, p. 131).

O fim dos anos 80 estremeceu o país com uma onda de terrorismo, a Colômbia se tornara um caso excêntrico no mundo, havia uma linha tênue que separava o Estado do tráfico de drogas. Um dos fatores que mostram essa relação é o episódio ocorrido no ano de 1994, quando foi à tona um escândalo envolvendo o então presidente recém-eleito Ernesto Samper Pizano, que teria recebido dinheiro oriundo do narcotráfico para sua campanha presidencial. Ernesto foi em seguida absolvido e, a partir deste caso, percebeu-se que o narcotráfico estava intimamente relacionado ao corpo político da nação. Frente ao violento cenário colombiano, a oferta de cocaína se ampliava assim como suas exportações, chamando ainda mais atenção do governo estadunidense, principal mercado consumidor do mundo que, em consequência disto, intensificou sua estratégia de guerra contra as drogas.

Eliminar o mercado da cocaína e da maconha torna-se algo delicado à medida que, na ponta do elo da cadeia produtiva encontram-se pequenos agricultores e camponeses que economicamente dependem do cultivo ilícito, mesmo que a riqueza destinada a camponeses seja bastante inferior, ainda é muito mais alta que qualquer mercado legal. Motivo pelo qual grandes narcotraficantes da Colômbia já estiveram no topo do ranking das pessoas mais ricas do mundo, como Pablo Escobar e Gilberto Rodríguez Orejuela.

Pablo tinha perfil ambicioso e iniciou sua carreira na ilegalidade na adolescência vendendo diplomas falsos da escola onde também fora aluno. Seu primo Gustavo Gaviria fora um importante parceiro desde o início de sua carreira. Sua primeira lambreta foi comprada com os recursos obtidos com a venda de produtos de higiene, oriundos de uma carga de um caminhão no qual eles roubaram. A seguir, a dupla começa um negócio de vendas de lápides para túmulos em seguida, perceberam a vantagem em roubar as lápides vendidas para vender novamente a outras famílias. Depois migraram sua atuação para bilheterias de cinema e, por conseguinte, a roubos de carros e, por este motivo, em 1974, Pablo foi detido na prisão de La Ladera.

Levaram-no para a prisão de La Ladera, onde conheceria a figura-chave em sua carreira do crime: Alberto Prieto, o grande *capo* do contrabando da época, conhecido pelo apelido “O Padrinho”. [...] A proximidade com o “Padrinho” o levou a descobrir que em algumas casas de fazenda dos municípios de Caldas, La Estrella, Guarne e San Cristóbal, todos perto de Medellín, existiam pequenos lugares em que se processava uma pasta trazida do Equador, do Peru e da Bolívia, que ia se transformando num pó branco chamado cocaína.

Inquieto, meu pai logo localizou Atelio González, um homem já mais velho, e perguntou-lhe como poderia se envolver no negócio. Atelio contou que era responsável de um desses lugares, conhecido como “cozinha”, onde misturava o produto trazido de fora do país com altas substâncias químicas, como éter e acetona, e o fervia em altas temperaturas para secá-lo. Disso resultava a cocaína.

Tendo se inteirado do básico do negócio, meu pai não teve dúvidas: Convocou Gustavo e partiram para a primeira viagem de carro até o porto de Guayaquil, no Equador, onde compraram os primeiros cinco quilos de pasta de cocaína. [...] Atelio González processou os cinco quilos de pasta e deles tirou um quilo de cocaína, que venderam a um comprador por seis mil dólares. (ESCOBAR, 2015, p. 123).

No ano de 1975, Pablo e Gustavo iniciam suas carreiras no tráfico de drogas. Por conseguinte, em 1977 é formado o Cartel de Medellín, quatro anos depois Pablo entra na vida política e, em 1982 toma posse como deputado pelo partido MRL (*Movimiento Revolucionario Liberal*). Pablo Escobar tinha pretensão de ser Presidente da Colômbia, mas sofre grandes ataques da oposição até que sua real fonte de riqueza fora exposta e arruína de vez sua carreira política. “Em 25 de agosto de 1983, o jornal ‘*El Espectador*’, coloca na sua capa a imagem de Pablo sorridente em foto feita pela polícia quando o prendeu em 1976, mostrando assim uma explicação mais plausível para sua fortuna, qual seja: o tráfico de drogas.” (CARELLO e CACHAPUZ, 2016, p. 85). Pablo Escobar foi uma das figuras mais marcantes no narcotráfico colombiano. Fundador do Cartel de Medellín, que funcionara entre os anos 1972 até 1993, operou em Honduras, Peru, Bolívia, Canadá, Brasil, na Europa e, principalmente, nos Estados Unidos. O Cartel de Medellín também foi responsável pela fundação do grupo paramilitar chamado MAS (*Muerte a Secuestradores*) que causou ondas de terror pelo país com sequestros e morte de jornalistas, políticos e traficantes rivais. “Em seu auge, o Cartel de Medellín controlava 80% da cadeia global de cocaína e, por dia, transportava cerca de quinze toneladas da droga, faturando mais de 70 milhões de dólares; Escobar chegou a ter mais de 21 bilhões de dólares como fortuna pessoal.” (CLOSS, 2017, p.11).

Enquanto isso, Gilberto Rodríguez Orejuela fundara o Cartel de Cali, em 1977, com José Santacruz Londoño e, mais tarde, passou a chefiar o grupo com seu irmão Miguel Rodríguez Orejuela. Diferente de Pablo Escobar, Gilberto não tinha tamanha popularidade,

agia de forma discreta, mas não menos violenta. O Cartel de Cali foi caracterizado por intensos atos terroristas. Entre os mais expressivos, um grupo chamado “grupo de limpeza social” onde minorias eram assassinadas friamente, como moradores de rua, homossexuais e prostitutas. O cartel de Cali foi um dos principais financiadores na tecnologia usada na busca por Pablo Escobar, que culminou na sua captura e morte, em 1993. Após este fato, o Cartel de Cali dominara um vasto novo território, antes comandado por Pablo Escobar. Até que Gilberto Orejuela foi capturado e extraditado para os Estados Unidos em dezembro de 2004.

No choque entre Escobar e o Estado, e entre Escobar – que comandava o Cartel de Medellín – e os Rodríguez Orejuela – que chefiavam o Cartel de Cali –, milhares de pessoas morreram. Em algumas cidades, os edifícios explodiam em pedaços com a detonação das poderosas bombas dos narcotraficantes, os aviões eram espaços de medo. Não há neste mundo quem não se assombre ao saber que quatro candidatos presidenciais, de diferentes tendências políticas, sucumbiram nesse choque. A sociedade foi toda assediada. (VALENCIA, 2005, p. 129).

Estas importantes apreensões a narcotraficantes tiveram influência direta dos Estados Unidos a partir da segunda metade do século XX. O país reagiu após perceber que a cocaína estava intensamente presente em seu território, assim como os demais problemas atrelados a esta droga. Estima-se que no final dos anos 80, treze milhões de estadunidenses já eram viciados em cocaína. “Cinquenta mil cidadãos que morrem todo ano no seu território devido ao tráfico de drogas; e esse país precisou preocupar-se com o fato de que 80% da cocaína e 50% da heroína que ingressa no seu território provêm da região andina.” (VALENCIA, 2005, p. 133)

O auxílio militar se deu pela perspectiva de que era necessário agir diretamente no setor produtivo a fim de mitigar a oferta da droga, ao enxergar as drogas como uma ameaça à segurança nacional. Em contrapartida, o problema não se isola neste âmbito. Na região andina, ainda existiam uma considerável quantidade de camponeses que dependiam da renda proveniente do trabalho no campo. O combate à guerrilha e ao crime organizado passa a ser combatido por parte do governo federal somente a partir do primeiro mandato de Álvaro Uribe, em 2002, através da “Política de Segurança Democrática” além da abertura do *Plano Colômbia*, também com amparo direto dos EUA.

Segundo o Relatório Mundial Sobre Drogas (2019), existem 24 departamentos de exploração da coca na Colômbia: Putumayo, Nariño, Norte de Santander, Cauca, Caquetá,

Antioquia, Guaviare, Meta, Bolivar, Cordoba, Chocó, Valle Del Cauca, Vichada, Amazonas, Vaupés, Santander, Magdalen, Cesar, Guainía, Boiacá, Arauca, Caldas, La Guajira e Cundinamarca. Sendo eles: Putumayo, Santader e Norte de Santander, responsáveis pela produção de 63% da coca colombiana. Enquanto os departamentos Santander, Magdalena, César, Guainía, Boyacá y Arauca tiveram a produção de coca erradicada desde 2014.

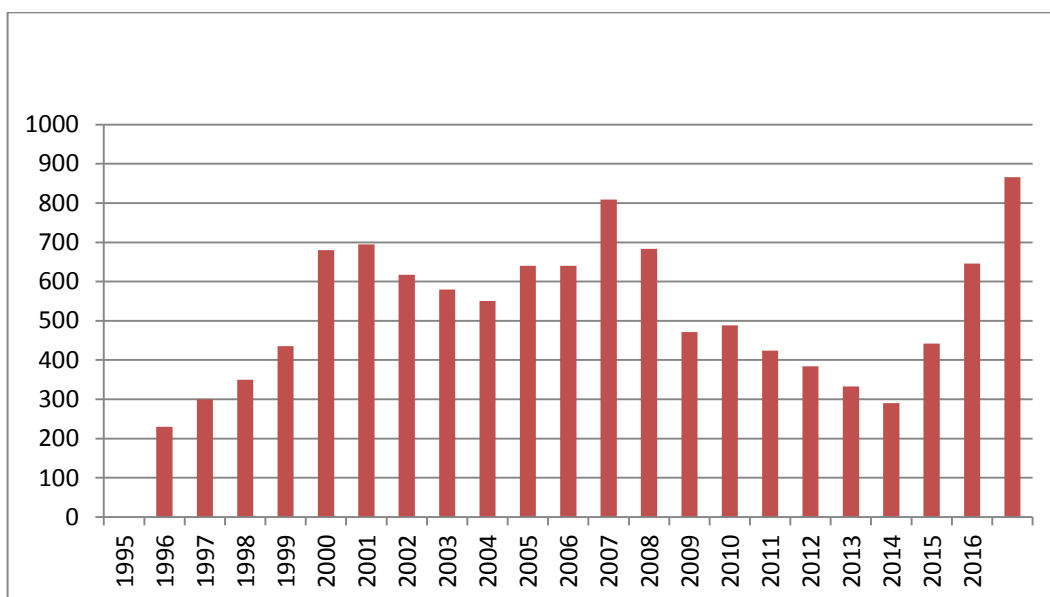
Os relatórios oficiais mostram também que as áreas mais produtivas do país são as mesmas dos últimos 10 anos e, houve um aumento na quantidade de áreas atingidas pelo mercado ilegal. Isto se deve principalmente a reativação de antigos territórios que já tiveram sua produção erradicada no passado e voltaram a produzir com ainda mais força. Sobre estes territórios, acredita-se que sejam zonas de fronteira, saída de droga ou que integram diferentes fases da cadeia produtiva. As zonas de produção que se fortaleceram estão majoritariamente localizadas no ocidente da Cordilheira dos Andes, enquanto o crescimento da produção ilegal foi menos expressivo nas regiões de La Orinoquia y Amazonía (leste da Bolívia). O que pode ser explicado pelos intensos conflitos do país: O leste da Colômbia está associado à presença das FARC e, o ocidente colombiano é marcado pela presença de grupos de extrema direita, em particular o eixo Bajo Cauca, Sur de Bolívar e Catatumbo (UNODC, 2017). Importante salientar que, 30% da produção de coca colombiana estão localizadas a menos de 20 km das regiões de fronteira.

As estimativas são realizadas considerando que toda coca colombiana produzida é destinada à produção da cocaína. Um fator importante na compreensão da posição dos países no nível de produção são os estudos referentes ao rendimento das folhas da coca. O governo da Colômbia em conjunto com o UNODC desenvolve um estudo para desvendar os “fatores-chave” da produtividade e principais características das unidades de produção agropecuária com coca realizados na *Unidad de Producción Agropecuaria* (UPA), que se trata de uma unidade econômica responsável pelo desenvolvimento de atividades agrícolas em todo país. Este trabalho iniciou em 2005 e neste momento, iremos considerar o último relatório, elaborado em 2015.

As pesquisas publicadas neste último ano de análise indicam que os lotes encontrados na região de Putamayo, Nariño e Norte de Santander – na Colômbia, apresentam maior densidade foliar, isto significa que estas folhas possuem maior biomassa e conseqüentemente maior concentração do alcaloide necessário na produção da cocaína, culminando num aumento da produtividade e rendimento na produção colombiana. O segundo fator determinante no aumento da produção – que passou de 454.050 toneladas de coca em 2015

para 606.130 toneladas em 2016 – está na expansão da área produtiva em 31,6% (Colômbia - Monitoramento de Territórios Afetados por Cultivos Ilícitos, 2017). A partir destes dados, estima-se que a produção de pasta base de cocaína passou 797 toneladas em 2015 para 1.069 em 2016 que podem ser transformadas em Cloridrato de Cocaína no próprio país ou ser exportada como matéria-prima. O UNODC informa que um laboratório considerado de alto porte é capaz de produzir cerca de 400 kg de Cloridrato de Cocaína ao dia, com aproximadamente 40 trabalhadores.

Gráfico 2 – Fabricação de Cocaína na Colômbia (em toneladas métricas)



Fonte: Colômbia - Monitoramento de Territórios Afetados por Cultivos Ilícitos, 2017.

Vale salientar que a folha da coca é considerada um bem perecível, podendo deteriorar-se em aproximadamente dois dias. Em consequência disso, a rapidez na logística torna-se primordial, motivo pelo o qual, as negociações são realizadas com antecedência com intuito de garantir a validade da matéria-prima.

A Colômbia também é um dos maiores países especializados em refinação da pasta base de cocaína. Enquanto o cultivo e a colheita são etapas realizadas por mão-de-obra camponesa, o refino é realizado majoritariamente em laboratórios pelos carteis. Estima-se que apenas 1% destes camponeses trabalham no processo de transformação em pasta base de

cocaína, podendo ser transformada em Cloridrato de Cocaína em laboratórios situados em outros países.

Tabela 2 – Relação de Preços na Colômbia (em peso colombiano \$COP)

	Preços - 2015	Preços – 2016	Variação
Folha da Coca Fresca	3.000/kg	2.900/kg	- 3,3%
Pasta Base de Cocaína	2.005.700/kg	1.895.700/kg	- 5,5%
Cloridrato de Cocaína	4.747.300/kg	4.984.600/kg	+ 5%

Fonte: Colômbia - Monitoramento de Territórios Afetados por Cultivos Ilícitos, 2017.

Em relação aos preços, nos últimos seis anos neste país, as folhas da coca registraram uma queda acentuada, a pasta base continua com preços estáveis e, o cloridrato de cocaína tem preços ascendentes. Uma possível explicação ao fenômeno é a existência de uma relação direta entre: Incremento da produtividade, aumento das áreas de produção, minimização de riscos e possibilidade de negociação com o Estado através de políticas de substituição e garantia de lucros.

2.2.1.2 Peru

Peru, o terceiro maior Estado da América do Sul, conta com uma população de 31,99 milhões, já foi considerado o maior produtor de coca do planeta. “Ao final do ano de 1986, a narcoeconomia se expandiu como resultado da crise econômica que o país passara, com a desvalorização dos preços das principais commodities exportadas, a saber, o petróleo e o café.” (SANTOS, 2011, p. 122).

O processo de redemocratização no Peru é recente. Somente após a Assembleia Constituinte de 1979, chega ao fim o governo revolucionário das forças armadas, tornando Fernando Belaúnde Terry o primeiro presidente civil desta nova era, no ano de 1980, seguido

de Alan García, que presidiu o estado entre os anos 1985 a 1990. O cenário econômico neste período é devastador: Desemprego, vulnerabilidade externa além do crescimento de diversos movimentos guerrilheiros rurais, entre eles *Sendero Luminoso* (SL) e *Movimiento Revolucionario Túpac Amaru* (MRTA).

Somente a partir do início dos anos 2000, o Peru vivencia um notável quadro de expansão econômica, ao presenciar um aumento de 8,3% no emprego formal e superávit fiscal de 2,1%. Esta desenvoltura na economia peruana foi impulsionada principalmente pela economia mineira. Atividade que o país herdara do século XVI, da invasão espanhola que, Enrique Carlos Natalino caracteriza como “dominação baseada em administração patrimonialista, concentração de terra, exploração de mão de obra indígena e exportação de matérias primas”. (NATALINO, 2009, p. 18). Mesmo após a independência o país não mudou drasticamente suas estruturas econômicas, concentrando-se não somente na mineração, como também na agricultura de subsistência.

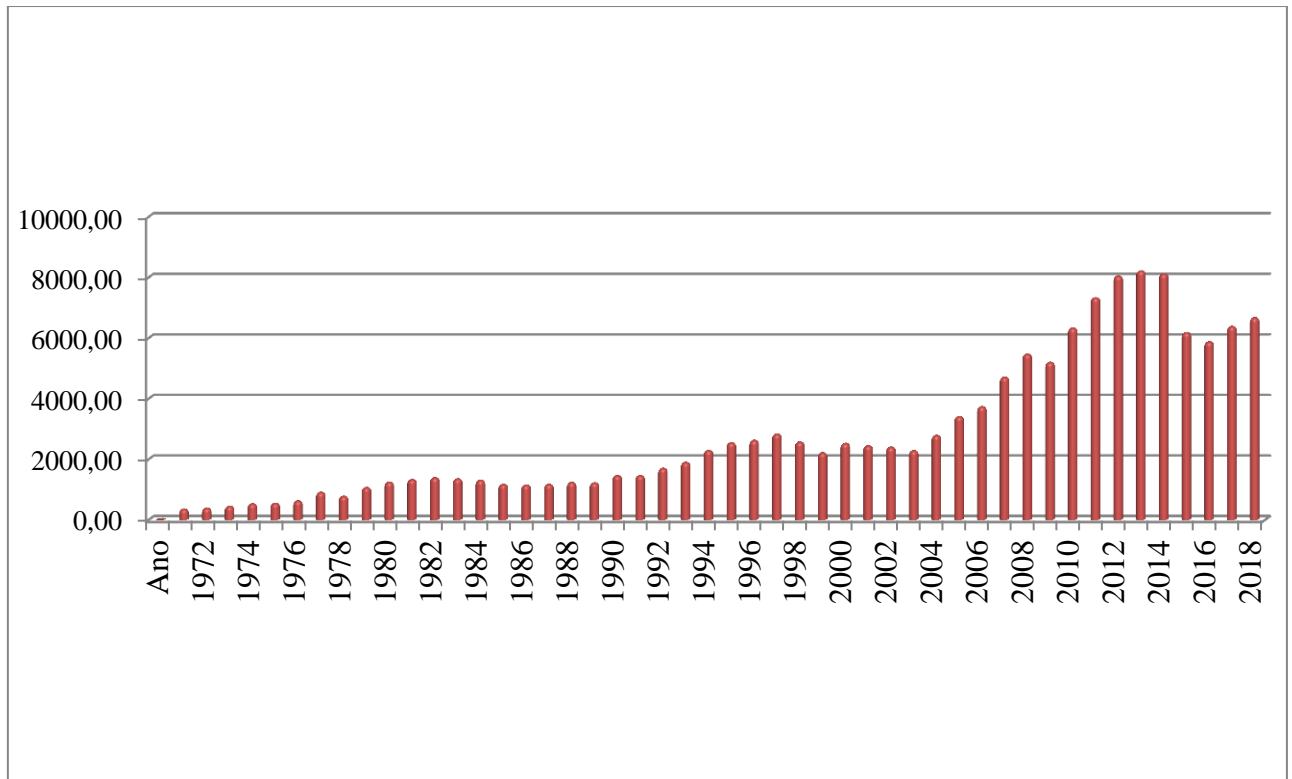
No ano de 2001, foi eleito como presidente Alejandro Toledo. A fim de investigar o que ocorreu nos tempos de guerra interna no Peru (1980-2000), o governo realiza a *Comisión de La Verdad y Reconciliación* (CVR). O relatório final, concluído em 2003 mostrou os seguintes dados: Aproximadamente 69.280 mil mortos e desaparecidos, grande maioria oriundos de áreas pobres e rurais, 54% desses crimes foram relacionados ao *Sendero Luminoso*, 54% indicam responsabilidade das Forças Armadas e, 75% das vítimas pertenciam a comunidades indígenas *quéchuas* e *ashánincas*. O relatório indicou poder irrestrito e sem controle das Forças Armadas e, aos governos de Fernando Belaunde Terry, Allan García e Alberto Fujimori, coube responsabilidade moral e política por esta série de conflitos internos.

Líder latino-americano na produção de prata, ouro, chumbo e zinco, o Peru tem um setor de mineração que foi responsável por 59% das exportações do país em 2008. Esta desenvoltura foi resultado de uma estratégia que une fatores internos e externos. Os fatores internos são resultado primordialmente de ajuste macroeconômico, de cunho neoliberal que vinha sendo introduzido desde o governo de Alberto Fujimori (1990-2000). Os investimentos privados foram atraídos pela redução de tributos a investidores e várias privatizações. No âmbito internacional, a prosperidade da economia chinesa e indiana impulsionaram as exportações de minerais peruanos, além do desenvolvimento tecnológico na área geológica.

Esta fase positiva ilustrada nos índices econômicos iniciou no governo de Alejandro Toledo, em 2000. Entretanto, uma análise minuciosa dos dados indica uma disparidade deste desenvolvimento que, de perto concentrou seu progresso nas regiões urbanas do país.

Os tempos de bonança econômica nos governos de Alejandro Toledo (2001-2006) e de Alan García (2006-...), capitaneados pelas exportações de matérias-primas, têm sido acompanhados de protestos populares contra esses governos e de crescentes conflitos nas regiões mineiras e de hidrocarbonetos, com distintos níveis de violência. Ainda que os indicadores macroeconômicos apontem aumentos nos índices de crescimento econômico, com expansão dos postos de trabalho, elevação do consumo privado e redução do nível de pobreza de 48,6% para 36,2% no período 2004-2008. O mal-estar social vem crescendo de forma significativa, principalmente nas dispersas áreas da Serra rural e da Selva, onde persistem os históricos níveis extremados de pobreza e de desigualdade. Tornando evidente que os benefícios do crescimento econômico atingiram, em maior escala, as regiões mais ricas da Costa urbana. De acordo com o *Instituto Nacional de Estadística e Informática (INEI)* (2009), órgão do governo peruano, a pobreza no Peru atingiu 36,2% da população no ano de 2008, sendo que 12,6% dessas pessoas viviam em estado de pobreza extrema. Os índices de pobreza por região do país eram os seguintes: a região da Costa possuía 21,3% da população vivendo em pobreza, sendo que 2% dessas pessoas viviam em extrema pobreza; a região da Serra (Cordilheira dos Andes) apresentava 56,2% da população vivendo em pobreza, sendo que 27,3% dessas pessoas viviam em extrema pobreza; a região da Selva tinha 40,9% da população vivendo em pobreza, sendo que 14,5% dessas pessoas viviam em extrema pobreza. (SANTOS, 2011, p. 7).

Como uma via de mão dupla, de um lado as empresas almejam um ambiente estável para realizar seus investimentos. E, de outro lado, há as comunidades locais que são atingidas pela preocupação com o impacto ambiental na região, que traz más consequências à economia local, apoiada na agricultura e pecuária. As medidas adotadas pelo então governo são embasadas no modelo econômico de livre-mercado e incentivo a exportações, em prol da garantia da estabilidade fiscal para atrair investimentos externos, em detrimento de medidas ambientais e socioeconômicas na região, abrindo espaço ao surgimento de diversos conflitos rurais e atividade ilícita.

Gráfico 3 – Peru: Evolução do Produto Interno Bruto Per Capita (1971-2018)

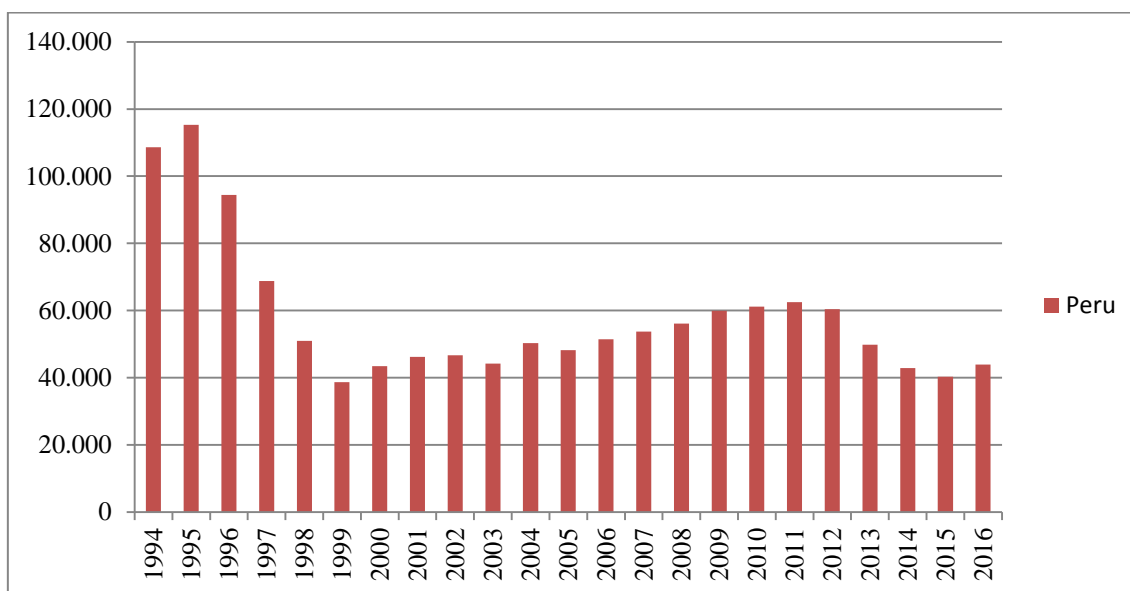
Fonte: Banco Mundial, 2020.

No Peru e na Bolívia o consumo da coca compõe a cultura de antigos povos da região andina, tem origem milenar, motivo pelo o qual estes países possuem leis que normalizam o cultivo da coca. No Peru, é criada em 1949, uma empresa gerenciada pelo Estado e responsável pela administração da produção de coca lícita, chamada ENACO (*Empresa Nacional de la Coca*), a única empresa no mundo neste ramo de atuação. Na responsabilidade da ENACO, cabem as seguintes funções: Indicar as terras propícias para o cultivo, fiscalizar os produtores lícitos, comprar, comercializar e industrializar a folha da coca e seus derivados. Os produtores possuem uma licença e devem dispor toda sua produção de coca ao ENACO. Folhas de coca com anis, menta, camomila estão entre as mercadorias comercializadas para fins medicinais.

Com um território produtivo de aproximadamente 43.900 hectares, produção potencial de 105.960 toneladas de folhas de coca, o Peru aparece nas estimativas como o segundo maior país produtor de coca no mundo em tempos atuais. Assim como na Bolívia, parte da coca produzida é direcionada ao consumo tradicional coexistindo com a produção ilícita, destinada a narcotraficantes, o que ainda desafia o Estado. No país, aproximadamente 10.728 toneladas

são direcionadas ao mercado legal, enquanto o restante (aproximadamente 95,069 toneladas) está ligado ao narcotráfico. O ano de 2016 representou um ano de ascensão. O território de produção de coca aumentou 9% e a produtividade aumentou 10%.

Gráfico 4 – Peru – Área de Produção de Coca



Fonte: Peru - Monitoramento de Territórios Afetados por Cultivos Ilícitos, 2017.

No Peru, a produção de coca é dividida em 13 departamentos, são eles: Cusco, Ayacucho, Puno, Junín, La Libertad, Huánuco, Amazonas, Ucayali, San Martín, Cajamarca, Pasco e Madre de Dios. Tais departamentos abrangem pelo menos 12 zonas identificadas de produção, como: VRAEM, La Convención – Lares, Inambari – Tambopata, Alto Huallaga, kcosñipata, Marañón, Bajo Amazonas, Putumayo, Aguaytía, Alto Chicama, Sán Gabán e Pichis-Palcazú-Pachitea. Somente VRAEM é responsável por 70% da produção nacional com 105.970 toneladas produzidas em 2016.

Sobre os preços agrícolas, em 2016 houve uma queda de 21% em relação ao ano anterior. Contudo, estima-se que no mercado ilícito, o preço da folha seca de coca é pelo menos 35% superior ao preço ofertado pelo Estado, chegando a 3.627 kg de folhas secas de coca por hectares.

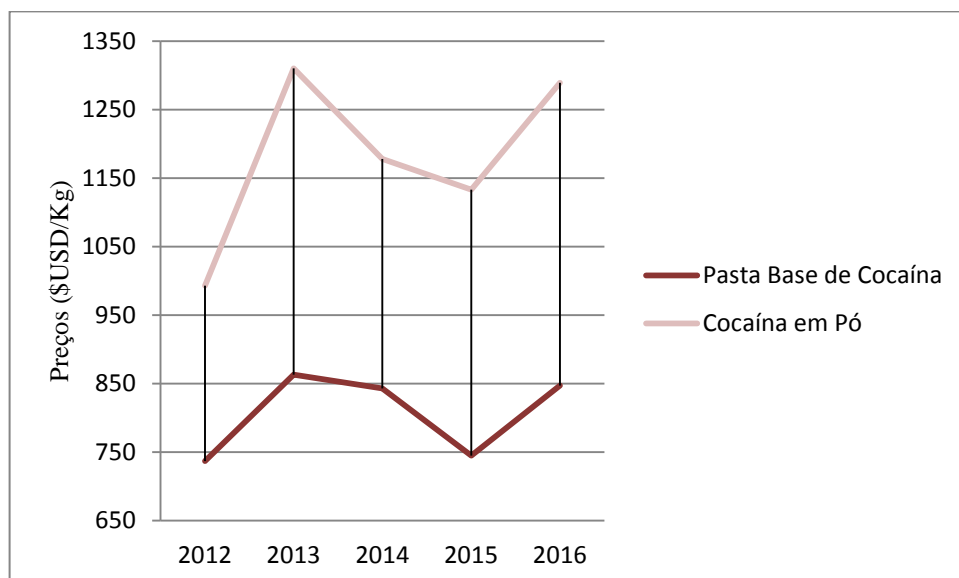
Figura 7 – Peru: Evolução de Preços Médios da Folha Seca em Território Nacional (USD/Kg)



Fonte: Peru - Monitoramento de Territórios Afetados por Cultivos Ilícitos, 2017.

No que tange à pasta base de cocaína e cloridrato de cocaína, os preços se maximizaram em pelo menos 14% no ano de 2016, em relação ao ano anterior. Os maiores preços de pasta base no mundo estão localizados na região de VRAEM.

Gráfico 5 – Peru: Evolução de Preços: Pasta base e Cloridrato de Cocaína (2012-2016)



Fonte: UNODC - Peru - Monitoramento de Territórios Afetados por Cultivos Ilícitos, 2017.

Tabela 3 – Peru: Relação de Preços (\$USD/Kg)

	Preços - 2015	Preços – 2016	Variação
Folha da Coca Fresca	3.000/kg	2.900/kg	- 3,3%
Pasta Base de Cocaína	745	847	- 5,5%
Cloridrato de Cocaína	1.133	1.289	+ 14%

Fonte: Peru - Monitoramento de Territórios Afetados por Cultivos Ilícitos, 2017.

O *Valle Del Rio Apurímac, Ene y Montaro* (VRAE) concentra pelo menos 60% da produção da coca. A produção de coca ilícita não para de crescer desde os anos 80. Nesta região existe uma relação delicada: Houve uma drástica queda nos preços de produtos tradicionais como café, cacau e cana, enquanto os preços da coca ilícita mantêm-se acima dos demais produtos agrícolas. Situação que favoreceu a presença de grupos guerrilheiros além da criação de *Comités De Defensa Civil Antisubversiva* (DECAS) que se vincularam ao mercado cocaleiros. Ademais, o relevo montanhoso, difícil acesso, pobreza expressiva e o fato do Estado não possuir monopólio da força armada aumentou o potencial de conflito.

Somente em 2006, é colocado em prática o Plano VRAE. O plano teve como objetivos primordiais: Combater o narcotráfico, promover a paz e lutar contra os membros remanescentes do *Sendero Luminoso*. Num período de dois anos, foi encaminhado ao programa aproximadamente 248 milhões de soles, destinados à ação militar (maior orçamento), estratégia policial (combate ao narcotráfico), desenvolvimento social e infraestrutura (que abrange a disponibilização de água potável à população, saneamento básico, condições acessíveis de transporte, entre outras medidas de desenvolvimento).

No ano de 2009, o regime militar é implantado na região de VRAE a fim de facilitar a logística militar e auxiliar nos projetos alternativos. Em meio deste mesmo ano, militares caem numa emboscada que resulta na morte de 14 soldados. Neste momento fica evidente o

problema relacionado ao combate ao tráfico via ferramentas de guerra: Em três anos, maior parte do orçamento foi destinada a ação militar que, por um momento foi vitorioso por recuperar o território de Vizcatán – importante área do *Sendero Luminoso* – mas o resultado agregado não foi convincente. A força militar do estado atua com baixo serviço de inteligência, ferramentas obsoletas baixa tecnologia em comunicação. Em contrapartida, os guerrilheiros têm grande aparato e tecnologia bancada pelos narcotraficantes. Percebeu-se que a guerra não trouxe a cura do problema.

Após este episódio, o Plano VRAE é recuperado com ênfase em três eixos: Desenvolvimento econômico e social, comunicação e participação. Passa a ser reconhecida a importância em combater as causas estruturais do narcotráfico. O primeiro resultado positivo é proveniente de uma parceria do governo peruano com a Alemanha, chamado “*Proyecto de Desarrollo Alternativo Tocache-Uchiza*” (*PRODATU*):

O projeto é executado pelas instituições de cooperação alemãs *Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit (GTZ)* e *Kreditanstalt für Wiederaufbau Bankengruppe (KfW)*, e também conta com a participação da *Comisión Nacional para el Desarrollo y Vida Sin Drogas (DEVIDA)*¹⁰. O *PRODATU* é baseado numa estratégia de inserção da população local numa economia legal e sustentável que serve de base para a estabilidade social. Nessa perspectiva, os gestores do projeto estabelecem uma relação de confiança e cooperação com a população local, na qual a consulta aos agricultores e autoridades locais é constante e não se coloca como condição para o desenvolvimento rural a diminuição dos cultivos de coca (CUBAS, 2008). Iniciativas como a assistência técnica e financeira aos agricultores ligados aos produtos alternativos (óleo de palma, arroz, cacau, mel e atividades orgânicas dos rebanhos animais), a assessoria na busca de mercados para os produtos, o fortalecimento das instituições políticas locais, a melhoria da infra-estrutura e a capacitação de pessoal compõem o quadro principal das atividades do projeto. (SANTOS, 2011, p. 20).

Na província de Leoncio Prado, localizada no sul do Valle do Alto Huallaga, o cenário é marcado pela ausência de políticas de erradicação do cultivo ilícito de coca e raros programas de desenvolvimento. Nesta região, é ascendente o cultivo ilícito de coca assim como a presença de grupos guerrilheiros, entre outras ações relacionadas ao narcotráfico.

Apesar disso, o Monitoramento Nacional de Cultivos de Coca do Peru (2017) indica resultados otimistas. O Programa de Erradicação da Coca cumpre com suas metas pelo menos desde 2012 – quando foram erradicados aproximadamente 135.406 hectares que anteriormente eram território de cultivo de coca ilícita no país.

2.2.2.3 Bolívia

Na Bolívia o narcotráfico foi pouco expressivo até meados da década de 60, momento em que o país passa por uma forte crise econômica impulsionada pela queda dos preços do estanho. Historicamente dependente da exportação de commodities de baixo valor agregado, a Bolívia se tornara um país muito sensível às transformações na economia internacional.

Durante os anos de 1970, grandes grupos agrícolas da região oriental do país, departamentos de Santa Cruz, Pando e Beni, inseridos numa estratégia de produção em massa para exportação, capitalizaram o desenvolvimento e os programas de assistência bolivianos, dificultando os projetos de reforma agrária na região central, principalmente na província do Chapare, localizada no departamento de Cochabamba. (LEICHTMAN, 2000, p. 82).

Durante o governo de extrema direita do General Hugo Banzer (1971-1977), a produção de coca alcança larga escala, formando uma estrutura ancorada por extensos recursos desviados para esta atividade por parte do Estado. No ano de 1977, Jimmy Carter vence as eleições presidenciais nos EUA, dando segmento às políticas de repressão ao narcotráfico, provocando uma intensa crise política na Bolívia que culminou na queda do governo de Banzer devido aos altos índices de corrupção de seu governo. A democracia e a liberdade da imprensa não duraram mais que três anos – em julho de 1980, o país passara novamente por um violento Golpe Militar.

A ditadura boliviana foi liderada por Luis Garcia Meza Tejada. Seu programa para conter o narcotráfico foi baseado em organismos de repressão militar, na tentativa de construir alguma credibilidade com os EUA. “Os organismos de repressão foram acusados de invasão ilegal, violação à propriedade privada, apropriação indébita de bens econômicos e financeiros, além de torturas e cessação de privacidade.” (FERNANDEZ E MALDONATO, 1999, p. 4). Marcando a ditadura boliviana não o bastante pela violência, mas também pelo fortalecimento do narcotráfico que ganhou autonomia concretizada pela corrupção em diferentes níveis de poder. Garcia Meza é forçado a sair do cargo em agosto de 1981, após os Estados Unidos impulsionar um embargo econômico internacional à Bolívia.

Em 1982, inicia o governo de Hernán Siles Zuazo, com uma nova agenda em meio ao cenário de grave crise econômica, ampla corrupção e crise social. Este governo entra em cena com uma proposta ligada a industrialização e a comercialização legal da folha de coca. Entretanto, a instabilidade política e econômica foi forte suficiente para que as políticas fossem incapazes de conter o crescimento acelerado da produção ilegal de coca. A instabilidade persistiu de forma que a inflação chega a 20.000% ao ano, enquanto o PIB real cai 10% no país, pelo menos até o governo seguinte.

Em 1985 é eleito Victor Paz Estensoro. O presidente foi eleito com uma proposta neoliberal para conter a histórica instabilidade no país. Até certo ponto funcionou, a inflação reduziu-se de 28.000% ao ano para 60% no ano seguinte e, em 1967, alcançou 10% a.a. A dívida fiscal também foi minimizada com a queda dos gastos do governo e aumento da tributação. Enquanto aos produtores de coca, instalara-se uma ação repressiva, a partir da proposta de um convênio entre os produtores de Cochabamba, que seriam beneficiados por programas de desenvolvimento no qual daria a possibilidade de substituição de produção da coca por outros produtos agrícolas, com intuito de reduzir a produção cocaleira em cerca de 1.000 hectares ao ano. Todavia, por parte do Estado, o acordo não foi cumprido. “A partir de 1986, devido às pressões do governo norte-americano, começam a chegar à Bolívia aviões, helicópteros e pessoal militar norte-americano para, junto com o exército boliviano, combater o narcotráfico.” (FERNANDEZ E MALDONATO, 1999, p. 141). Tal operação foi chamada de *Blast Furnace*, baseando-se na repressão militar em principais regiões constatadas como produtoras de coca no Peru: Yapacani, Yungas e Chapare, além de laboratórios da região amazônica.

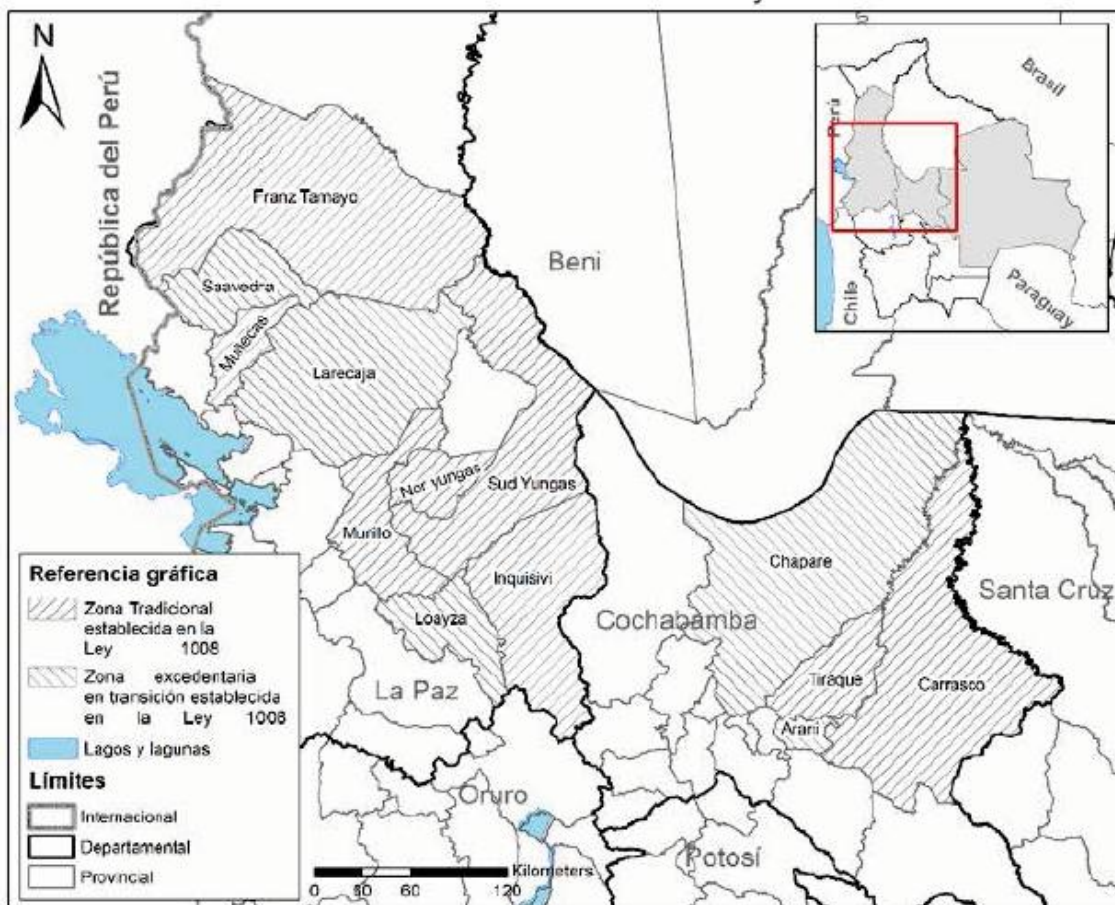
No dia 19 de julho de 1988, foi aprovada pelo congresso boliviano, a lei nº 1008 – Lei do Regime da Coca, considerada a mais completa da América Latina neste assunto. “Esta lei proclamava a redução e erradicação de coca ‘excedentária’, classificava as zonas de produção legal e ilegal, regia os planos de substituição-da folha de coca por outros produtos agrícolas, controlava o tráfico, introduzindo severas punições.” (FERNANDEZ e MALDONATO, 1999, p.142).

Visto que a coca faz parte de antigos rituais indígenas em toda região andina, tornou-se necessário uma discussão mais realista frente o assunto. Considerando este fato, a Lei do Regime da Coca, nº 1008, discrimina a produção de coca em estado natural (não nociva ao ser humano, chamada de produção necessária), da coca *inter criminis* – destinada à produção da

cocaína e também chamada de *produção excedentária*. Esta lei foi considerada como uma das mais completas da América Latina.

No início da década de 90, a pressão norte-americana continua de forma expressiva na Bolívia. Com intuito de colaborar e acelerar o processo de captura de traficantes, o então presidente da Bolívia Jaime Paz Zamora edita o *Decreto do Arrependimento* (de 19 de julho de 1991) que assegurava o direito de não extradição de cidadãos ligados ao narcotráfico, para estes, terem a possibilidade de se entregar e auxiliar nas investigações. Zamola foi eleito em 1989, também trabalhou na defesa da produção de coca lícita, criticando a atuação de países industrializados, como os Estados Unidos, ao negar uma repressão ao comércio de armas, entorpecentes, lavagem de dinheiro além de meios de transporte sofisticados presente em seu território e essencial ao funcionamento do narcotráfico. À luz da lei 1008, atualmente são identificadas três zonas de produção de coca no país: Zona tradicional, zona excedentária em transição e zona ilícita (UNODC, 2017):

Mapa 1 – Bolívia: Províncias de Cultivo de Coca de Acordo com a Lei 1008



Fonte: UNODC – Monitoramento Nacional de Cultivo de Coca, 2017.

A produção de coca ilícita foi identificada nas seguintes regiões: Yungas de La Paz, Trópicos de Cochabamba e Províncias del Norte de La Paz. Em 2016, a produção nacional alcança um território correspondente a 23.100 hectares, que representa um aumento de 15% em relação ao ano anterior.

Gráfico 6 – Bolívia: Produção Regional de Coca, 2006-2016 (em hectares)



Fonte: UNODC – Monitoramento Nacional dos Cultivos de Coca, 2017.

A produção e comercialização da coca lícita na Bolívia é monitorada pelo *Viceministerio de Coca y Desarrollo Integral* (VCDI), a fim de autorizar, supervisionar a circulação, logística e, registro dos os preços da coca comercializada na cidade de La Paz e Cochabamba. O órgão responsável é conhecido como *Dirección General de la Hoja de Coca e Industrialización* (DIGCOIN). A partir dos preços avaliados pelo DIGCOIN e toda

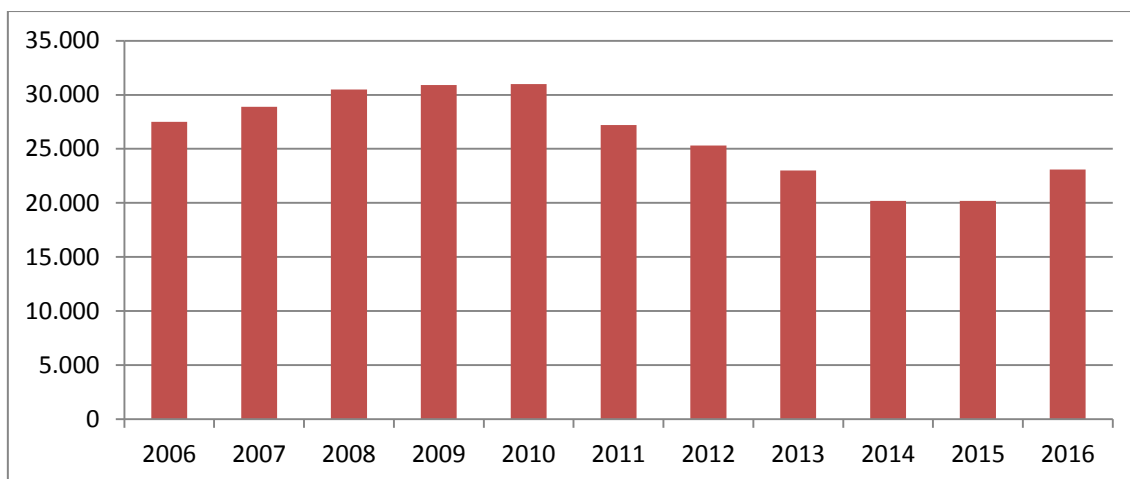
produção estimada no país, podemos calcular o valor econômico da coca na Bolívia, expondo a seguintes resultados:

Tabela 4 – O Valor Econômico da Coca na Bolívia

Mercados/Regiões	Preço Médio no Mercado Lícito (USD/Kg)	Produção Nacional Total (toneladas)	Valor Total da Folha da Coca (Milhões de dólares)
Vila Fátima, Yungas e Norte de La Paz	8,3	20.700	172
Sacaba, Trópico de Cachabamba	6	17.300	104
TOTAL		38.000	276

Fonte: UNODC - Monitoramento Nacional dos Cultivos de Coca, 2017.

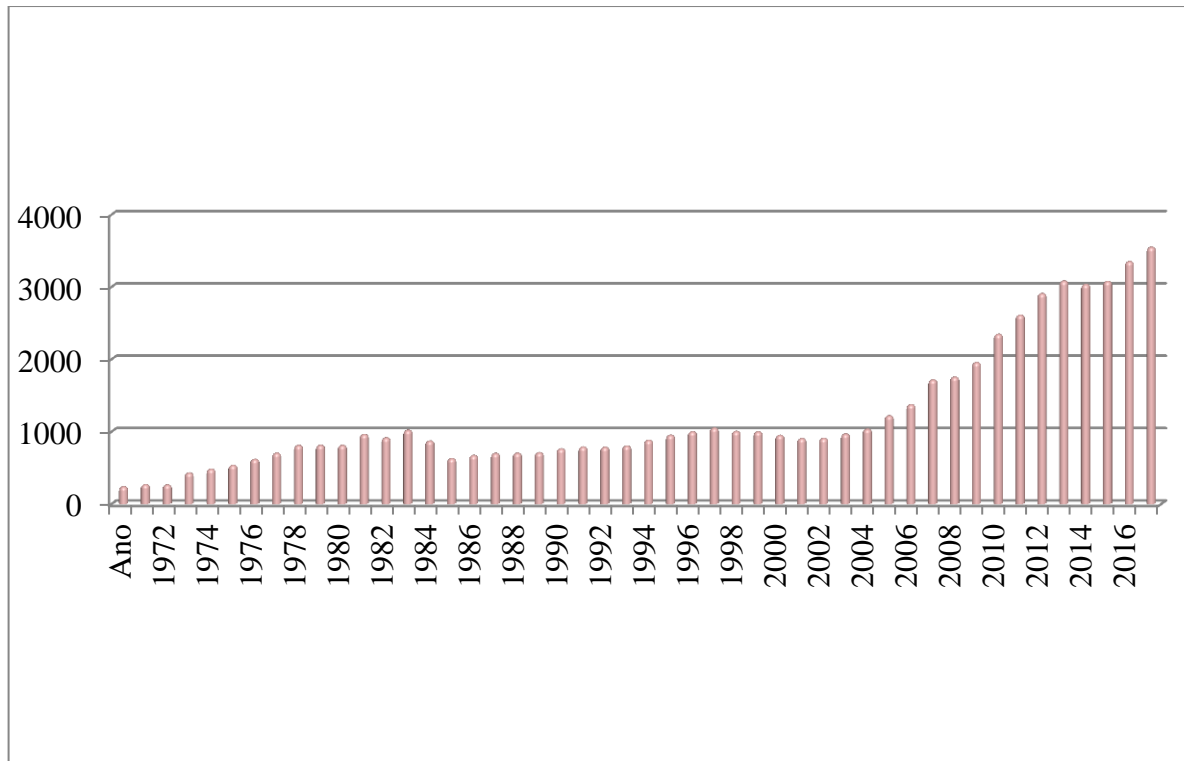
Segundo o Monitoramento Nacional de Cultivo de Coca realizado pelo UNODC em 2017, no ano de 2016 a Bolívia apresentou um aumento geral em sua produção nacional de coca ilícita de pelo menos 14% em relação ao ano anterior. A região que apresentou maior desenvoltura no último ano de análise é a Província del Norte de La Paz, com crescimento de 60%, o que corresponde a um salto de 90 hectares, em um ano.

Gráfico 7 – Bolívia: Produção Nacional de Coca Ilícita, 2006-2016 (em hectares)

Fonte: Bolívia- Monitoramento Nacional dos Cultivos de Coca, 2017.

A Bolívia foi o primeiro país que recebeu ajuda militar estadunidense, no início da década de 90. A erradicação da coca causou um impacto negativo no PIB e tensão nas relações sociais, visto a ausência de alternativas de fonte de renda de famílias camponesas. Nos anos seguintes, houve um resultado desastroso ao desenvolvimento boliviano. Sobre a ascendência da oposição ao governo boliviano.

O movimento dos cocaleiros foi, ao longo desses anos, a maior força de oposição, no interior do país, a toda a política de erradicação e de militarização da questão das drogas. Movimento social, com organização forte e de base advinda da histórica luta dos camponeses bolivianos, a qual desencadeou, na década de cinquenta, uma ampla reforma agrária no país, seu posicionamento frente às políticas mantidas pelos sucessivos governos elevou-o à condição de vanguarda na luta contra a posição imperialista estadunidense. Por seu caráter de organização de cunho público e legal, reconhecida pelo seu não-envolvimento com os plantios para fins ilícitos da coca, a legitimidade e a autoridade que os cocaleiros gozam no país foram elementos fundamentais para evitar uma repressão mais direta por parte do governo na sua empreitada pela erradicação. (FRAGA, 2017, p. 78)

Gráfico 8 – Bolívia: Produto Interno Bruto Per Capita (bilhões/USD)

Fonte: Banco Mundial, 2020.

Como principal resultado da atuação do movimento dos cocaleiros, em 2008 é eleito o primeiro presidente indígena por voto popular sem ratificação do congresso, Evo Morales. Representando um rompimento com a intervenção militar estadunidense no país, após duas décadas de governos neoliberais.

Embora o plantio e consumo de coca na região andina em geral e no território da atual Bolívia em particular seja milenar, o movimento cocaleiro boliviano, como o conhecemos hoje, tem suas origens no processo de implantação das reformas neoliberais durante a redemocratização dos anos 1980. O fechamento de diversas minas e a demissão de milhares de mineiros após as políticas de estabilização monetária implementadas durante a presidência de Victor Paz Estenssoro (1985-89) levou a muitos desses mineiros (bem como a trabalhadores de outros setores da economia igualmente afetados pelas políticas anti-inflacionárias de caráter recessivo) a emigrarem para a região do Chapare e buscarem na coca uma importante fonte substituta de ocupação e renda (STEFANONI; ALTO, DO, 2006, p. 40). Além disso, ao emigrarem ao Chapare muitos desses mineiros levaram consigo suas experiências de organização e luta sindical, contribuindo decisivamente com a organização política dos agricultores da região. (CUNHA, 2011, p. 158).

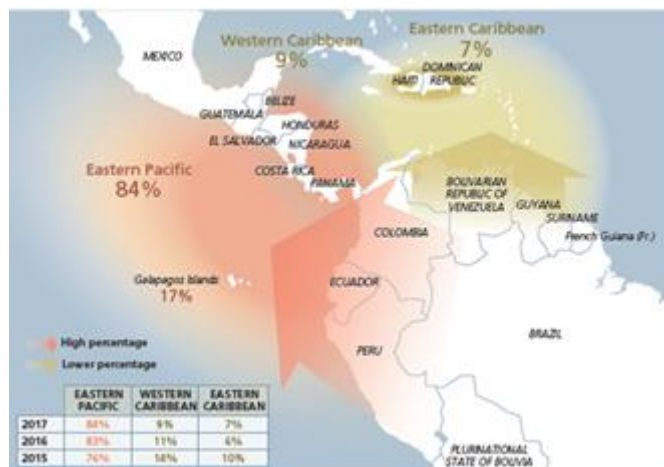
Ambos os países andinos possuem como característica em comum a economia frágil, dependente da exportações de commodities e a consequente alta sensibilidade ao mercado internacional. Frente à crise econômica mundial, os trabalhadores do campo sofreram graves consequências que findaram, inclusive, em ataques à própria democracia.

2.3 ROTAS DE TRÁFICO INTERNACIONAL

As rotas de tráfico de drogas ilícitas são constantemente transformadas a fim driblar o monitoramento das forças de segurança. São frequentemente utilizados aeroportos clandestinos, pistas de aterrissagem em diversos pontos isolados, assim como caminhões e automóveis, com “fundos falsos” que transportam outras variadas mercadorias. “A pasta básica que entra no Brasil através do Paraguai é produzida e processada em localidades de cultivo e colheita da coca; após o processamento das folhas seu peso se reduz, facilitando o transporte por via aérea, fluvial ou terrestre.” (PROCÓPIO e VAZ, 1997, p. 92).

Maior parte da cocaína apreendida nos Estados Unidos é de origem sul americana: 93% da Colômbia, 3% do Peru e o restante tem procedência desconhecida. Acredita-se que o Oceano Pacífico é mais utilizado no contrabando de drogas. O contrabando terrestre para os EUA é realizado via fronteira sudoeste do México. No Canadá, 90% da cocaína também é de origem colombiana.

Mapa 2 – O Destino da Cocaína Sul-americana



Fonte: UNODC, 2017

A Europa representa o segundo maior destino das exportações de cocaína, somente em 2017 foram apreendidas 171 toneladas na Europa Ocidental, enquanto no ano de 2013 foram apreendidas 65 toneladas. A Colômbia é o principal exportador para a Europa Central e Europa Ocidental, com 60% das exportações. O segundo maior país exportador é o Peru com 21% e a Bolívia é responsável por cerca de 4% da cocaína que entra no continente. O Brasil entra em cena como rota de contrabando da cocaína fabricada na Bolívia e Peru.

Na África, as quantidades apreendidas em 2017 foram de 3,4 toneladas, porém os dados ainda são bastante limitados. Acredita-se que o tráfico de cocaína para a África seja por via marítima e aérea, com possíveis mudanças de ano a ano. Calcula-se que cerca de 86% da cocaína que chega ao Marrocos seja pelo mar, saindo do Brasil.

Segundo o último relatório do UNODC, na Ásia, o número de apreensões constatadas também foi pouco expressivo: Aproximadamente 6,8% em 2016. Aparentemente, a rota utilizada pelos contrabandistas é majoritariamente aérea com exceção da China, onde grande parte do contrabando é realizado pelo mar. O Brasil é um dos países mais mencionados na rota de transferência de cocaína para o continente asiático.

Mapa 3 – Principais Rotas de Tráfico



Fonte: UNODC, 2020

No Peru, o órgão responsável por executar e planejar ações contra o tráfico ilícito de drogas é a *Dirección Ejecutiva Antidrogas* – DIREJANDRO. Segundo as informações disponibilizadas por esta instituição, as drogas saem do país principalmente por via marítima, terrestre, fluvial e aérea. Por via marítima sai 40% da cocaína em pó fabricada no país. Através do Rio Amazonas é transportada a cocaína que passa pelo departamento de Loreto com destino à Manaus, no Brasil – O trajeto é conhecido como Trapézio Amazônico. Por terra, acredita-se ser a rota mais intensa para o sul do país, passando pela região de Cusco e Puno e, por diferentes regiões da Bolívia para, ao final, chegar ao Brasil. Segundo o Monitoramento Nacional dos Cultivos de Coca (2017), entre 2011 e 2015 os pequenos aviões com capacidade entre 350 kg a 500 kg, tiveram uma intensa atuação, transportando pasta base e cocaína em pó transpassando a bacia do Estado Plurinacional da Bolívia e Brasil, com destino final à Ásia e África.

Em geral, o Brasil aparece neste cenário como uma das principais rotas de transferência, podendo a droga chegar por via terrestre, fluvial, marítima e aérea, escoando do país para os demais continentes do mundo. Segundo PROCÓPIO e VAZ (1997), existe uma rota conhecida como “rota caipira” onde a pasta básica que entra no Brasil para ser processada no Acre, Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins e Goiás, passando por cidades interioranas de São Paulo e Minas Gerais antes de serem despachadas nos portos do Paraná, Espírito Santo e litoral paulista.

Até meados dos anos 80, o Brasil era o único fabricante de éter e acetona na América do Sul – insumos utilizados no refino da cocaína. Após forte pressão exercida pelo DEA na América, a exportação destes itens foi mitigada e parte da cocaína destinada ao consumo brasileiro e à reexportação, passou a ser refinada em território brasileiro. Nada obstante, ainda não foram encontrados dados exatos referentes à quantidade de cocaína refinada em território nacional. Lembrando que, devido ao caráter ilegal deste mercado, as rotas se alteram incessantemente, podendo ser esquecidas e rearticuladas periodicamente. A natureza ilícita exige constante mutação.

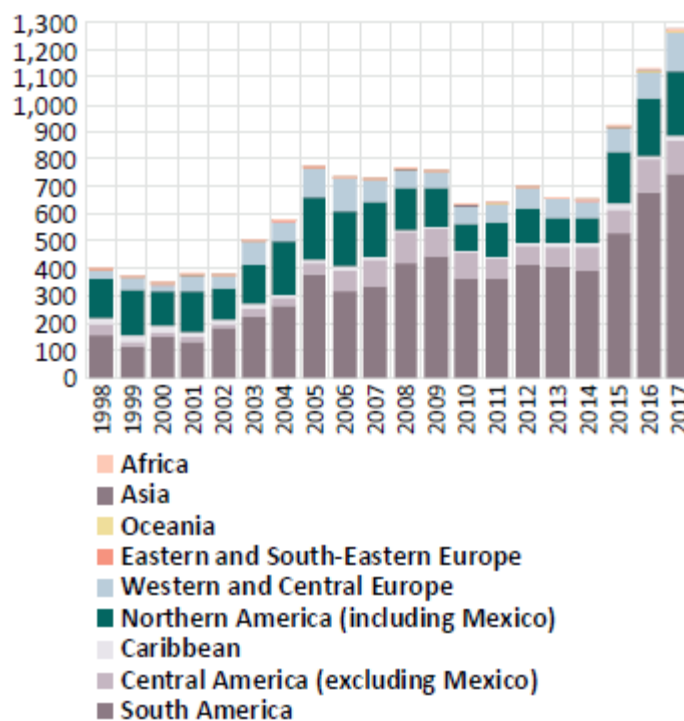
2.4 A ESTRATÉGICA GUERRA CONTRA AS DROGAS

Na condição de grande mercado consumidor, são apontados os Estados Unidos da América seguido do continente europeu. Os Estados Unidos é o principal autor da “guerra contra as drogas”. Como elucidado por Thiago Rodrigues (2012) o discurso de guerra às drogas permitiu aos EUA a posição de vítima de grupos ilegais estrangeiros e, em nome da defesa do Estado e da sociedade, praticou tanto ações de plano interno (como penas mais rígidas a traficantes), quanto ações de cunho internacional, o que explicaria as intervenções policial-militares. Neste sentido, foi criada em 1974, a *Drug Enforcement Administration* (DEA) a fim de centralizar as ações de planejamento das ações antidrogas.

As primeiras ações do DEA acontecem no Caribe e no México e, posteriormente nos países andinos, formando uma “coligação” com as forças armadas destes países. Durante os dois governos de Ronald Reagan (1981-1989), este processo se intensificou ainda mais quando foram identificadas relações entre guerrilhas de esquerda e o tráfico de cocaína: Na Colômbia, as FARC e no Peru o Sendero Luminoso. A estratégia foi reforçada no governo de George Bush (1989-1993), que possuía em seu currículo o cargo de ex-coordenador das políticas antidrogas e ex-vice-presidente de Reagan, direcionando maior atenção aos países produtores de cocaína (Colômbia, Peru e Bolívia). Esta política foi intitulada como “Estratégia Andina” e pretendia ir além do apoio militar estratégico, auxiliando as economias destes países, evitando a dependência da produção da coca. A controvérsia maior está no fato do documento ser redigido sem impor recursos para este fim, requisitando apenas fundos para assistência militar, ampliando a atuação do DEA.

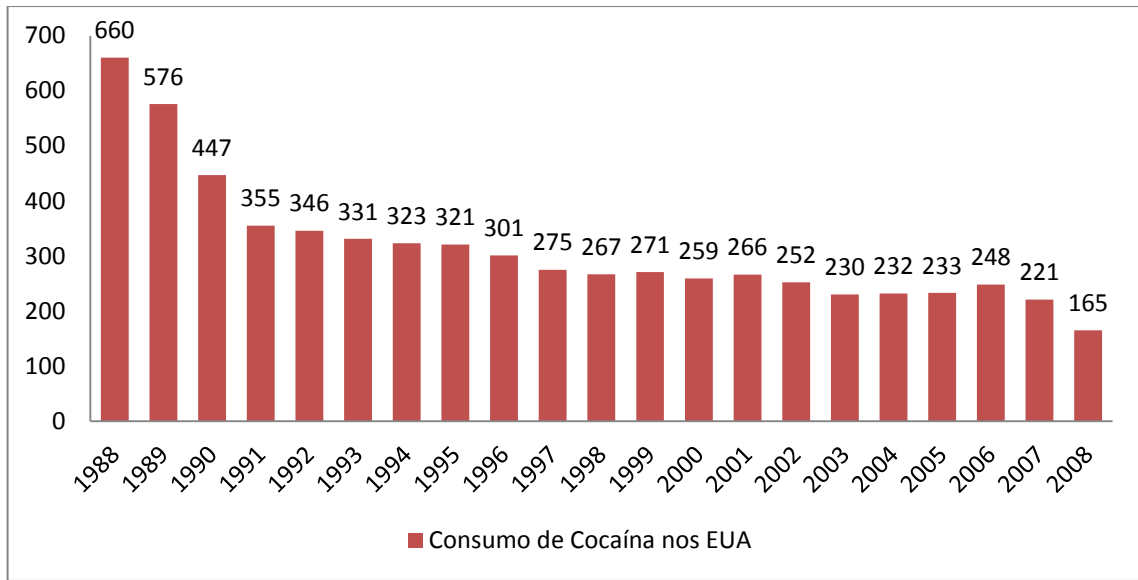
Em 2017 ocorre o maior número de apreensões dos últimos dez anos, de aproximadamente 1.275 toneladas. Em relação à cocaína, em 2013, foram apreendidas 94 toneladas na América do Norte e, quatro anos mais tarde, este número sobe para 238 toneladas, sendo os EUA responsáveis por 94% destas apreensões – o país é considerado líder do ranking internacional de consumo de cocaína, seguido da Europa. Fato visto como reflexo do aumento de quase 50% na produção da droga. Segundo o *World Drug Report 2019*, acredita-se que nas Américas encontram-se pelo menos de 34% de usuários. Em síntese, o aumento da quantidade produzida da droga ainda é bastante superior às apreensões.

Figura 8 – Apreensões de Cocaína no Mundo (1998-2017)

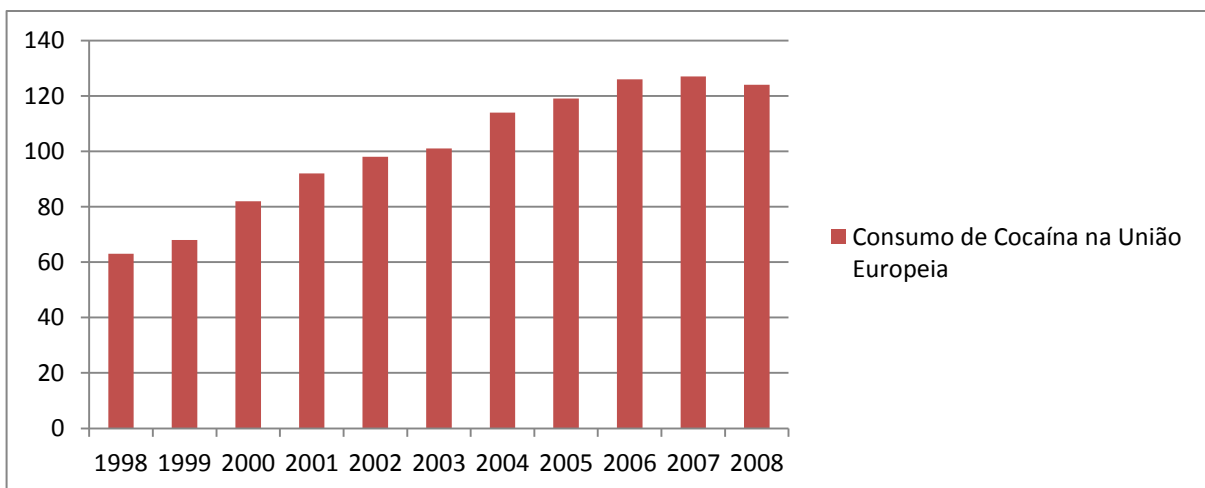


Fonte, UNODC, 2017

Em relação ao mercado consumidor de cocaína, as estimativas da ONU mostram que 0,4% da população global entre 15 a 64 anos, é usuária de cocaína. Os Estados Unidos da América se apresenta como o maior centro consumidor do mundo historicamente. Em 2016, os usuários estadunidenses correspondiam a 2,5% da população do país, enquanto no Canadá este índice é de 1,5% e, no Reino Unido, o número de usuários representa 2,3% da população. Em 2015, 2,5% dos usuários europeus de cocaína residiam na Espanha e, 1,9% nos Países Baixos. A Europa é o segundo maior destino das exportações da cocaína vinda da região andina.

Gráfico 9 – Consumo Anual de Cocaína nos EUA (em toneladas)

Fonte: Seminário América Latina: Temas da Agenda do Século XXI, 2011; 103.

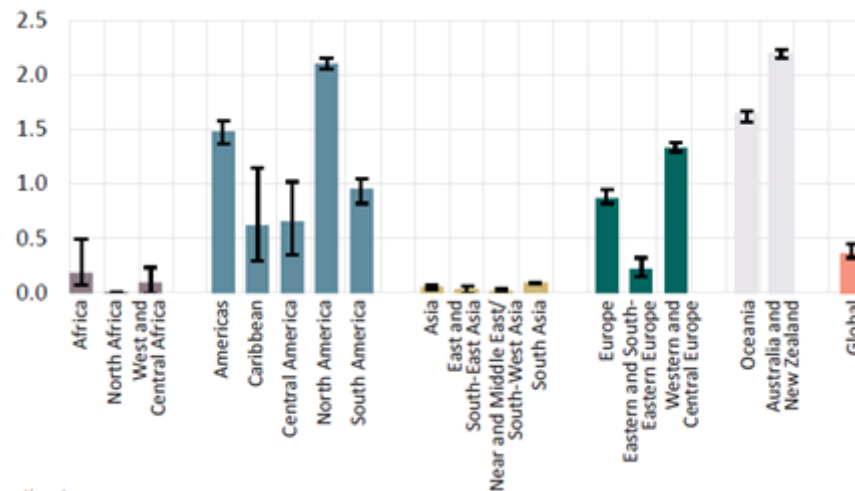
Gráfico 10 – Consumo Anual de Cocaína na União Europeia (em toneladas)

Fonte: Seminário América Latina: Temas da Agenda do Século XXI, 2011; 105.

O consumo anual estadunidense apresenta uma queda substancial, deixar a liderança no *ranking* de consumo global de cocaína. A Europa mantém consumo ascendente e, na América do Sul o consumo é bastante inferior. Fato que ilustra uma relação de não

proporcionalidade entre preços e consumo, visto que os preços tendem a aumentar à medida que as dificuldades logísticas se somam.

Figura 9 – Consumo de Cocaína em Sub-Regiões – Prevalência Anual (%)



Fonte: UNODC, 2019

Os países produtores e seus vizinhos tem o consumo substancialmente inferior frente os países norte-americanos e europeus. A Europa Central e Europa Ocidental comporta ¼ dos usuários do mundo. No ano de 2017, o cultivo global de arbustos de coca esteve em torno de 213 mil hectares representando um aumento de 36% em relação ao relatório construído em 2013. No mesmo ano houve 1,129 toneladas de cocaína apreendidas – equivalente ao aumento de 23%. Isto significa que apesar das apreensões, o narcotráfico continua intensamente presente em todas as nações, sem sinais de crise.

O mercado da cocaína apresenta uma característica especial ao relacionarmos nível renda e mercado consumidor: A cocaína em pó tem maior valor agregado, espelhado nos preços. Coincidentemente, os países que se encontram na condição de maiores centros de consumo não estão na condição de subdesenvolvidos, a relação é inversa ao se tratar dos países que estão no âmbito de maiores ofertantes. O crack, já considerada como uma droga derivada da cocaína, muito mais barata e com efeitos mais devastadores, está presente em centros urbanos e usado majoritariamente entre a população de classes mais baixas, inclusive, seu uso é frequente entre moradores de rua.

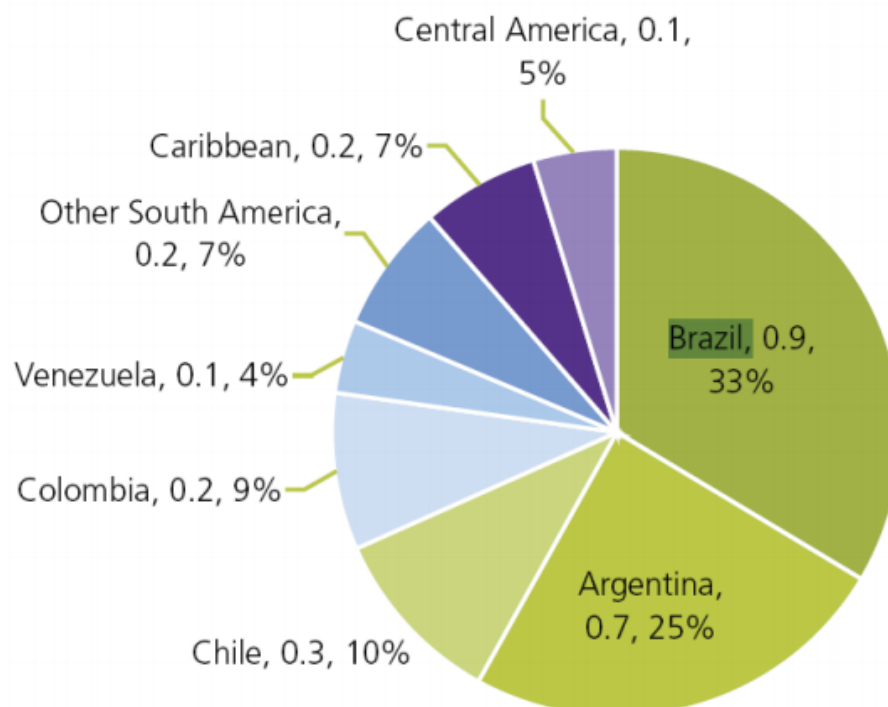
Neste momento, a geopolítica do tráfico ilustrou que tão importante quanto às escolhas racionais efetuadas no presente, encontra-se a conjuntura política que induz as escolhas dos indivíduos que fazem parte de uma determinada comunidade.

CAPÍTULO 3

O BRASIL NO ÂMBITO INTERNACIONAL DO TRÁFICO

Na condição de país litorâneo, ocidental, atlântico e sul-americano, o Brasil possui um vasto e diversificado território de 8.511.000 km² de extensão e aproximadamente 209,5 milhões de habitantes. É o maior país da América do Sul. Não tem solo propício para o cultivo da coca, mas conta com o maior mercado consumidor em potencial da América do Sul e privilegiada posição geográfica ao narcotráfico. O tema é relativamente recente como objeto de estudo nas universidades brasileiras, o que não significa que não seja fonte de preocupação à sociedade, que vem sendo fortemente atingida pelas mais diversas implicações relacionadas ao seu rápido desenvolvimento nos últimos 30 anos.

Gráfico 11: Consumo de Cocaína na América Latina



Fonte: UNODC, 2019

A partir de 1976, com a lei nº 6.368/1976 é incorporada na legislação brasileira, reprimindo o tráfico e uso de drogas ilícitas. Em 1986, é criado o Fundo de Prevenção e Combate às Drogas de Abuso (FUNCAB) à luz da lei nº 7.560 que estabelece o destino de bens obtidos com capital provenientes do tráfico. Atualmente, é conhecido como Fundo Nacional Antidrogas (FUNAD).

As políticas antidrogas no Brasil são elaboradas e executadas pelo Ministério da Justiça. Através da Secretaria Nacional de Entorpecentes (criada com a lei nº 8.764, de 20 de dezembro de 1993), é realizado todo suporte técnico em atividades relacionadas à fiscalização, repressão e prevenção ao uso indevido de substâncias que causam dependências. Também no comando do Ministério da Justiça, havia o Conselho Federal de Entorpecentes (CONFEN). Em 1998, o CONFEN é transformado em CONAD (Conselho Nacional Antidrogas) simultaneamente, é criada a Secretária Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD), responsável por coordenar as ações do governo federal em prol da minimização da demanda por drogas. Após esta transformação, ambos os órgãos deixam de fazer parte do Ministério da Justiça e passam a ser vinculado à Casa Militar da Presidência da República. Em 2011, o SENAD retorna ao Ministério da Justiça, permanecendo até os dias atuais, atuando com o auxílio do Ministério de Relações Exteriores, na mediação de acordos bilaterais e multilaterais de cooperação, contando com a atuação de organismos internacionais. Enquanto a Agência Brasileira de Inteligência (ABI) atua em prol da obtenção de informações técnicas sobre o tráfico no país e, o Departamento de Polícia Federal (DPF) pode trabalhar em conjunto com a polícia civil, militar e Forças Armadas em função a repressão da oferta de drogas.

A cocaína que chega ao Brasil pode ser de origem peruana, boliviana ou colombiana. Maior parte dela é destinada a reexportação e outra parcela para o consumo interno. Podendo chegar por veículos terrestres de fundo falso, via aérea através de aeroportos clandestinos, por via fluvial. Por sua natureza ilícita, o narcotráfico assume característica de constante inovação refletindo em suas rotas – ao mesmo tempo em que rotas precisam ser criadas, outras são esquecidas e, com o passar do tempo podem ser reutilizadas.

Normalmente a pasta básica chega nesta forma para ser processada no Brasil, visto que o país também é produtor de acetona e éter. Após, é transportada para regiões interioranas, antes de chegar nos principais portos marítimos do país. Como mencionado por Procópio

Filho e Costa Vaz (1997): “O maior problema para os produtores de coca em 1995 e 1996 esteve na dificuldade de obtenção de ácido sulfúrico e querosene. Nos anos oitenta, esses produtos entravam e saíam do Brasil por Tabatinga, no Estado do Amazonas, fronteira com a cidade colombiana de Leticia.” (PROCÓPIO FILHO e VAZ, 1997, p. 92).

Inicialmente, existem dois principais segmentos no narcotráfico no Brasil: O tráfico voltado à exportação e, o setor de distribuição e venda interna. O setor voltado à exportação de drogas ilícitas envolve poucas pessoas nas negociações e alto montante de lucros – geralmente estes indivíduos possuem alto nível de renda, podendo possuir empresas que mascaram a atividade ilícita e realizam conexões entre contrabandistas e cartéis internacionais. Enquanto no setor de venda e distribuição, há um grande número de pequenos traficantes, com margem de lucros reduzida, atuando de forma aparentemente multipolarizada e, trabalhando diretamente no varejo.

A magnitude política e econômica que envolve o narcotráfico em dimensão internacional cobra atenção às autoridades brasileiras. O enfraquecimento estatal, desemprego e subemprego – que aumentaram drasticamente nos últimos anos – além do crescimento desenfreado de centros urbanos, são fatores relacionados à deterioração econômica e social de parcela da população, o que culmina na intensa presença de drogas e alto índice de criminalidade no país. O consumo de drogas ilícitas que durante um longo período se restringia a população de classe média e alta, chega ao alcance popular. Tais fatores, em conjunto com a posição geográfica do país, fazem do Brasil não somente um dos grandes consumidores de cocaína da América do Sul, como um território de privilegiada rota de narcotráfico internacional com propícias condições para atuação de traficantes.

As características estruturais do narcotráfico no Brasil se desenvolveram inicialmente a partir de sua condição primordial de país de trânsito, que o diferenciou dos países produtores ou eminentemente consumidores. Essa característica voltada para uma atividade meio, o trânsito, faz com que grupos atuantes neste segmento do narcotráfico, como no caso brasileiro, estejam operacionalmente vinculados às estruturas e organizações nas duas pontas do processo. Ou seja, vínculos com países produtores e consumidores. Por consequência, ligações com os grandes cartéis internacionais, como aquelas existentes nos principais centros de consumo e produção às demais estruturas de contravenção associadas ao narcotráfico. De todas elas, os narcotraficantes brasileiros recolhem e adaptam experiências em processo de contínuo aprendizado, permitindo-lhes definir formas eficazes de atuação. Isso gera capacidade adaptativa às mudanças que ora o mercado, ora as ações repressivas introduzem. (PROCÓPIO e VAZ, 1997, p. 87).

O que começou como mero país de trânsito, com vínculo cooperativo entre países produtores e maiores consumidores do planeta, sofreu uma grande mutação ao longo dos últimos 30 anos. A onda neoliberal que também chegara ao Brasil no início da década de 90 não desenvolveu de imediato um sistema monetário eficaz contra a lavagem de dinheiro. Tínhamos um cenário em que o desemprego e subemprego emergem, enquanto o sistema carcerário brasileiro escancara antigos sinais de colapso. Diante deste cenário, de dentro do cárcere, nascem as maiores facções criminosas do Brasil que, em alguns anos, abriram espaço para a apresentação do primeiro cartel brasileiro.

A discussão sobre o tema no Brasil se apresentou atrelada a fatores de semelhante importância, sejam eles: Pobreza, criminalidade, violência, corrupção política, sistema financeiro e Forças Armadas. São considerados, nos últimos anos, como principais centros de negócio de drogas no país, as cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Rondônia. Historicamente, a repressão no Brasil se concentra nas capitais, onde as estimativas mostram um maior número efetivo de consumidores, pequenos traficantes (que atuam no varejo) e incidência de lavagem de dinheiro.

Ao longo de muitos anos o Brasil seguiu as recomendações do DEA, concentrando seu trabalho em repressões nos aeroportos e portos marítimos, para que a mercadoria não saia para seu destino de exportação. No entanto, para que o fluxo de drogas seja efetivamente contido, é necessário lembrar que a mesma entra e transita em regiões interioranas.

A constituição brasileira descreve o tráfico de drogas ilícitas como crime inafiançável, prevê confisco de bens e expropriação de terras de traficantes, cabendo ao Estado, o dever de realizar programas de prevenção ao uso de drogas e assistência aos usuários.

3.1 AS ORIGENS E O DESENVOLVIMENTO DAS PRINCIPAIS IDENTIDADES CRIMINOSAS NO BRASIL

Diferente dos grupos guerrilheiros andinos, as facções criminosas no Brasil não tem origem camponesa e, foram fundamentadas dentro de instituições estatais: Os presídios. Em contrapartida, historicamente, o Estado compreende o cárcere como principal solução para problemas criminais.

O primeiro presídio brasileiro foi inaugurado em 1850, apresentado como Casa de Correção do Rio de Janeiro (posteriormente conhecido como Complexo Penitenciário da Frei Caneca, extinto em 2010). A violência é fator persistente no sistema carcerário no Brasil que iniciara na metade do século XIX. A insólita extensão do problema não é recente, tanto em relação aos problemas estruturais quanto às vagas insuficientes. Sobre a história do sistema penal brasileiro, Santis e Engruch sintetizam:

Em 1830, com o Código Criminal do Império, a pena de prisão é introduzida no Brasil em duas formas: a prisão simples e a prisão com trabalho (que podia ser perpétua); com o novo Código Criminal a pena de prisão passa a ter um papel predominante no rol das penas, mas ainda se mantinham as penas de morte e de galés (trabalhos forçados e também poderia ser perpétua). [...] No ano de 1850 e 1852 as Casas de Correção do Rio de Janeiro e de São Paulo seriam inauguradas, respectivamente. Foram influenciadas pelo estilo panóptico de Jeremy Bentham, notável era a preocupação em criar um ambiente favorável para o cumprimento das penas que o Código de 1830 trouxe (prisão simples e prisão com trabalho) e para o Sistema de Auburn, que foi escolhido para as duas prisões, elas continham oficinas de trabalho, pátios e celas individuais. (Santis e Engruch, 2012, p. 144).

As grandes transformações econômicas e sociais no Brasil entram em cena neste período, não somente pela passagem da monarquia para o regime republicano, mas também pela transição do trabalho escravo ao assalariado, essencial para o êxito da nova ordem capitalista. “Primeiramente, o poder público regulamenta a posse das propriedades aos latifundiários através da Lei de Terras de 1850. Esta transformava a terra em uma mercadoria de compra e venda e elevou o seu preço a tal custo que a tornou inacessível aos trabalhadores.” (CARVALHO, 2006, p. 4). Já a libertação dos escravos foi formalizada pela Lei Áurea, em 1888. No entanto, não previa nenhuma garantia de acesso à educação, moradia, liberdade cultural ou qualquer participação política. Muitos negros passaram de escravizados para desempregados – formando assim, um grande exército industrial de reserva que buscara meios alternativos de sobrevivência. A nova ordem não se restringe ao sistema trabalhista, mas também em novas formas de dominação, reforçando antigos valores da classe dominante.

Desamparados pelo poder público e de apoio do restante da sociedade, o liberto se viu responsável por si e pelos seus dependentes sem ter condições materiais para cumprir esta tarefa. O poder político desprezou o drama material e moral que o negro sofria, deixando-os livres para viverem nas penosas condições que poderiam criar para si e para os seus dependentes nas novas condições socioeconômicas. [...] Ao transformar o liberto em força de trabalho assalariada, se solucionava a ameaça que o negro livre representava. Garantindo assim o controle das camadas populares

que, conscientes de seus deveres, não ameaçariam a propriedade, além, é claro, de assegurar a mão-de-obra para o mercado de trabalho capitalista. No entanto: Tal esquema não encaixava a população que não se articulou as novas relações de produção. Construíram formas autônomas de sobrevivência, exerciam subempregos que não eram reconhecidos pelo aparato público por afetar a moral estabelecida. Assim, oscilavam entre a legalidade e a ilegalidade. Ambulantes, trapeiros, ratoeiros, entre outras situações de subempregos, eram os que mais apareciam nas estatísticas criminais. Este quadro despertou à preocupação do poder público, pois colocava novamente em perigo a ordem pública. As pessoas que não eram absorvidas pelo modo de produção hegemônico transitavam pela cidade sem alguma ocupação contundente com a nova ideologia vigente. O que afetava a perpetuação da lógica capitalista, devido à ameaça que a mão-de-obra ociosa representava. Nesta conjuntura surgiu um novo personagem na capital da República: o vagabundo. (CARVALHO, 2006, p. 5-6).

A construção da identidade da vadiagem como atividade marginalizada é um fruto do capitalismo que acabara de se instalar no Brasil, excluindo a parcela da população que até então fora escravizada e na subsistência criaram uma série de ocupações que, apesar disso, feriam a moral dos bons costumes. Àqueles não compreendidos no sistema, enquadrara-se o artigo 399 do Código Penal de 1890 – A Lei da Vadiagem. Como informado pela Agência Câmara de Notícias, a extinção da pena de prisão por vadiagem (e mendicância) é aprovada pela câmara dos deputados apenas no ano de 2008.

Em consonância aos demais fatores atrelados à criminalização da pobreza e racismo estrutural, as favelas também são frutos das grandes mutações do século XIX:

As favelas começaram a marcar a paisagem urbana em um momento em que as autoridades da época estavam preocupadas em tornar a cidade do Rio de Janeiro uma grande força do capital. Foi a época de expansão da cidade, de seu comércio, modernização. Em 1888, é abolida a escravatura e essa população negra, que foi roubada de seus países do continente africano e escravizada no Brasil, quando “liberta” continua a lutar por outros direitos, entre eles o de moradia [...] Além da população negra que ocupou este espaço favelado e outros moradores da cidade do Rio de Janeiro, migrantes principalmente do nordeste brasileiro e de outras cidades fluminenses passaram a ocupar os morros da cidade. Sem cidadania, moradia, educação e saúde, as favelas passaram a ser uma solução para falta de direito à moradia para essas populações. Os favelados só construíram seus barracos, vida cultural e o trabalho alternativo ao longo do tempo. (MARTINS, 2019, p. 20-21).

A primeira favela nasceu no centro do Rio de Janeiro a partir da ocupação do Morro da Providência, onde ex-soldados da Revolta de Canudos foram abrigados. Posteriormente, a ocupação ficou conhecida como Morro da Favela. “Por abrigar pessoas que haviam tomado parte naquele conflito, o Morro da Providência foi popularmente batizado de Morro da Favela. O apelido pegou, e na década de 1920, então as colinas tomadas por barracões e

casebres passaram a ser conhecidas como favelas.” (CARUSO e REZENDE, 2009, p. 5). Cidadãos de baixa renda e criminosos da região residiam nas favelas, assim, tornam-se territórios de pouco comprometimento por parte das autoridades. Lembrando que naquela época a cocaína era comercializada em drogarias, somente a partir de 1921, sua venda passou a ser proibida no Brasil.

Após a Segunda Guerra Mundial inicia-se um período conhecido popularmente como Guerra Fria, mais precisamente entre 1945 até 1991. Este período representou uma corrida ideológica em que Estados Unidos e União Soviética procuraram expandir sua atuação no mundo por meio de amparo e financiamento a governos e partidos políticos. Personagens como Olga Benário e Luiz Carlos Prestes tiveram apoio soviético enquanto os Estados Unidos amparavam regimes de direita. No final da década de 1960 a esquerda revolucionária se estruturara no Brasil, tendo o ano de 1968 como marco, com grandes greves operárias em Belo Horizonte e Osasco (SP). Esses grupos foram fortemente influenciados por guerrilheiros latino-americanos do Peru, Venezuela, Colômbia e, pela Revolução Cubana (1959). O Partido Comunista Brasileiro (PCB) já atuava neste período, mas era contra a luta armada. Àqueles que acreditavam que somente o confronto armado seria capaz de conter a ditadura militar vigente no Brasil, uniram-se e formaram a Aliança de Libertação Nacional (ALN). Neste mesmo período surgiram também outros grupos, como a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), formada por militares de esquerda. No dia 1 de abril de 1964 iniciara-se a ditadura militar no Brasil e, no dia 13 de dezembro de 1968 foi publicado o Ato Institucional número 5 (AI-5), reconhecido como o mais severo do Regime Militar. A partir dele, o presidente da república teve condições de fechar o congresso nacional, cassar mandatos políticos e agir com ainda mais violência. Muitos militantes de esquerda desapareceram, foram mortos, presos, torturados e severamente perseguidos.

Numa tentativa de despolitizar o movimento de esquerda e deixar os presos políticos mais expostos à violência, estes foram alocados em diversos presídios, nos mesmos espaços dos demais presos. O resultado não foi exatamente o esperado pelo governo militar, pois desta convivência entre presos políticos e a massa carcerária, gerou um importante fruto – a consciência de classe em parte da massa carcerária, chegando nas mãos daqueles presos despossuídos de experiência acadêmica, o conhecimento sobre arte, guerrilhas e direitos fundamentais – que lhes pode caber lutar.

3.1.1 Comando Vermelho: História, Desenvolvimento e Influência Nacional

Atualmente como uma das maiores organizações criminosas do Brasil, atuante em todos estados do país, engana-se quem pensa que o Comando Vermelho é fruto de um evento pontual. De imediato, o Comando Vermelho não surgiu de uma revolução, mas de um longo processo, formado de uma antiga troca de experiências entre presos políticos e presos comuns, a partir da década de 1960.

Nas palavras de William Lima da Silva, um dos primeiros nomes relacionados ao Comando Vermelho:

Em 1964 começaram a chegar os primeiros presos políticos atingidos pelo golpe militar. De início, eram alguns militantes sindicais, mas o contingente logo engrossou com a chegada dos participantes da rebelião militar de Brasília, conhecida como Revolta dos Sargentos, movimento deflagrado antes do golpe para protestar contra a inelegibilidade dos sargentos para cargos eletivos. A eles, se juntaram depois os integrantes da Associação dos Marinheiros, liderada em 1964 pelo cabo Anselmo, hoje desmascarado como agente provocador.

Presos comuns têm, no mundo inteiro, certa tradição de adesão a movimentos revolucionários. Aqui no Brasil, por exemplo, a massa carcerária extraiu muitas lições do contato havido na década de 1930 com os membros da Aliança Nacional Libertadora encarcerados na Ilha Grande. Quando os presos políticos se beneficiaram da anistia que marcou o fim do Estado Novo, deixaram nas cadeias presos comuns politizados, questionadores das causas da delinquência e conhecedores dos ideais do socialismo. Essas pessoas, por sua vez, de alguma forma permaneceram estudando e passando suas informações adiante. Sua influência não foi desprezível.

Na década de 1960 ainda se encontravam presos assim, que passavam de mão em mão, entre si, artigos e livros que falavam de revolução. De vez em quando apareciam publicações do Partido Comunista, então na ilegalidade. Lembro-me, por exemplo, do velho João Batista, que, na rua, batia carteiras e, na prisão, ficava lendo e escrevendo pelos cantos do pátio, sempre disposto a orientar e ajudar os demais. Lembro-me também de Mardoqueu, que desde a época do Estado Novo frequentava a cadeia, onde alternava as atividades de encadernador de livros e divulgador de ideias de esquerda. Havia pequenas bibliotecas dos próprios presos, e os pátios serviam como locais de encontro para a troca de ideias. (LIMA, 2001, p. 36).

Comando Vermelho, designado como tal, teve seu nome inicialmente apresentado por policiais que titulavam assim, um grupo de presos da Ala B, do presídio de Cândido Mendes (conhecido como “fundão”) que se organizaram internamente formando uma espécie de código de conduta entre os mesmos, em prol da união, combate à barbárie carcerária e a

conquista de direitos básicos aos presos. Vale lembrar que, a influência dos presos políticos se restringe no campo das ideias e conhecimento político. Nenhum fundador do então Comando Vermelho foi efetivamente preso político.

Eles não se misturavam (os presos políticos), rompendo assim, talvez sem saber, uma velha tradição das cadeias, em que revolucionários e presos comuns, ao compartilharem o mesmo chão e o mesmo pão, cresciam juntos num mesmo ideal. Tinham suas razões, mas não éramos obrigados a aceitá-las.

Para esvaziar a luta pela anistia, a ditadura negava a existência de presos políticos no país. Nesse contexto, interessados em garantir sua visibilidade para a opinião pública nacional e internacional, os membros das organizações armadas dos anos 70 lutavam para isolar-se da massa, comportamento considerado elitista por nós. Seu discurso era coerente, mas frágil: a existência ou não de presos políticos no Brasil não seria uma questão decidida pelo fato de eles estarem isolados, mas pela força do movimento de oposição à ditadura. O desejo de isolamento indicava, entre eles, a hegemonia da classe média, cujos espaços de reintegração no sistema voltavam a se abrir, no contexto da política de distensão do regime. Nós não tínhamos essa perspectiva, nem nos seria dada essa chance. Nosso caminho só podia ser o oposto: a integração na massa carcerária e a luta pela liberdade, contando com nossos próprios meios. (LIMA, 2001, p. 57).

Com o passar dos anos, o que meramente começou como um código de conduta entre alguns presos de Ilha Grande, se desenvolveu e se expandiu entre os mais diversos presídios brasileiros, influenciando-se pela participação de diferentes perfis de presidiários, de presos perigosos aos mafiosos mais experientes. Na década de 1980, Comando Vermelho é oficialmente uma facção criminosa financiada, sobretudo pelo tráfico internacional.

O Brasil tem expressiva participação na ponta final da cadeia produtiva da cocaína, em que envolve uma gama de pequenos traficantes que atuam no varejo. Seria mera ilusão certificar que o tráfico está presente exclusivamente nas favelas, mas é nelas que sua dinâmica está tragicamente circundada entre intensa ação estatal e violência, facilmente compreendida como uma antiga guerra, envolvendo um significativo número de envolvidos.

Na comunidade carente, os chefões do crime organizado são pessoas bem vistas, tratadas até com certo carinho. É que, para ter negócios lucrativos, o tráfico de drogas precisa de tranquilidade. Com a polícia subindo o morro todo dia, ninguém consegue ganhar dinheiro - nem os fornecedores da droga, nem os distribuidores que a levam para a sociedade refinada do asfalto, para os jovens ricos da Zona Sul. O tráfico não é compatível com a desordem na favela. E é justamente por isso que a "segurança" das bocas-de-fumo termina atuando como estranha polícia no morro. (AMORIM, 1994, p. 12).

Na hierarquia do tráfico presente nas favelas, *falcão* é o jovem responsável por vigiar a favela. *Capu* é o menor de idade que vende a droga no varejo. A “mercadoria” – pó ou maconha – é chamada de carga. O vendedor que fica num determinado ponto estratégico (chamado de boca) é denominado como *vapor*. Para a proteção do vapor, há um *contenção*, que observa a possível chegada de policiais ou inimigos, avisando imediatamente seus aliados, normalmente através de fogos de artifício. Na condição de vapor, falcão e capu, crianças são recrutadas, muitas não sobrevivendo até o final da adolescência.

Como uma espécie de novo modelo de dominação ilícita, as milícias emergem inicialmente no estado do Rio de Janeiro. Conceituadas como um grupo de policiais militares, bombeiros, agentes penitenciários (ativos ou aposentados) as milícias agem com a promessa de oferecer segurança a comunidades ameaçadas pelo tráfico. “Observando seu teor, percebe-se que as milícias se diferenciam do tráfico pela sua fonte primária renda. Cano (2008) mostra que na maioria das denúncias as milícias são acusadas de extorsão, enquanto o tráfico, evidentemente, vende drogas”. (CARUSO e REZENDE, 2009, p. 6).

Há um termo conhecido entre alguns autores por “Violência Lenta”, como menciona Berkeley Kershnik (2012), este termo sugere que a violência não se trata de uma imediata consequência da ditadura militar, mas de algo que foi estruturado ao longo do processo histórico. A falta e saneamento básico, educação, sistema de saúde e, a consequente presença da violência cotidiana em regiões isentas de políticas públicas em prol do bem estar dos cidadãos que lá residem, gerou um “vazio de gerência”, preenchido pelo narcotráfico ou milícias. Fenômeno que se estende nas favelas de todos estados brasileiros.

A favela é uma comunidade sem cidadania, nos termos em que a conhecemos. A miséria coloca os homens à margem da vida, mas a história e a sociologia ensinam que não pode existir agrupamento humano sem regras, sem leis e sem um regime de prêmios e punições. O crime organizado ocupa o espaço e dita o regulamento para o convívio social. (AMORIM, 1994, p. 14).

3.1.2 O Primeiro Comando Capital: A História do PCC

O sistema carcerário que na década de 1960 já apresentava sinais de desumanidade, nos anos seguintes seus indicativos não são positivos. Em 1990 eram 90 mil presos, vinte

anos depois este número aumenta para aproximadamente 760 mil carcerários – já no ano de 2019 o Conselho Nacional de Justiça registra 812 mil presos, o que indica um aumento de mais de 900%. Estima-se que há um crescimento aproximado de 8,3% da população carcerária ao ano, o que significa que em cinco anos serão mais de um milhão e meio de presos, enquanto a capacidade dos presídios brasileiros não chega a 400 mil. Os números expõem um diagnóstico preocupante nos presídios: A existência de superlotação carcerária, falta de assistência médica, ausência de auxílio jurídico, precariedade das instalações e a frequente violação de direitos humanos, o que induziu a formação de uma grande revolta, que inicia de dentro do cárcere e gera frutos em toda sociedade. É neste cenário que nascem e desenvolvem-se continuamente facções criminosas nas diversas regiões do Brasil.

Por trás do tráfico de drogas, sequestro, entre outros crimes, existe uma estrutura organizada oriunda de uma demanda interna entre os presidiários, de onde são articuladas ordens e seus objetivos determinados. Pelo menos até 2011, eram duas, as maiores facções criminosas no Brasil: Comando Vermelho (CV) e Primeiro Comando da Capital (PCC).

Quando ocorre o massacre do Carandirú, em 1992, escancara-se a drástica e antiga situação carcerária no Brasil. O ocorrido no Carandiru foi uma espécie de guerra entre presos e policiais com resultados trágicos. A ideia de lutar pelo massacre, mudou a percepção de vários presos onde muitos deles passaram a ser simpatizados por encorajar-se em mudar o sistema.

Os presos considerados mais perigosos eram destinados ao mesmo cárcere (cadeia considerada como “castigo”). Na época, a principal cadeia destinada a isto em São Paulo era a Casa de Custódia de Taubaté, também conhecida como “masmorra” por ser a cadeia mais segura e intensamente violenta, onde alguns presos sobreviventes do Massacre do Carandirú foram encaminhados – Num anexo chamado de “piranhão”, foram abrigados os presos mais famosos do Brasil, como o Bandido da Luz Vermelha e Pedrinho Matador. Em 1993, encontravam-se entre os detentos da Casa de Custódia: José Marcio (Geleião), Cezar Augusto Roriz (Cezinha), Idemir Carlos Ambrósio (Sombra) – os fundadores do Primeiro Comando Capital. Em depoimento ao documentário *PCC: Primeiro Cartel da Capital*, Geleião relata:

Em 1993, eu estava preso na Casa de Custódia de Taubaté, famoso piranhão, lugar horrível e massacrante. Eu estava disposto a mudar o sistema. Lá haviam entre nós os presos da capital e do interior. O diretor autorizou que a gente criasse um campeonato de futebol, era nossa chance de pegar aqueles caras, dei o nome do nosso time de PCC – Primeiro Comando da Capital, mas não deu muito certo porque

eles não jogavam com nós, era em outra galeria. Então tive uma ideia: Coloquei outros sentenciados pra saírem em nosso lugar. Ficamos esperando pra sair com a turma da galeria de baixo, os caras que a gente queria pegar. Aí chegou o dia. Quarta-feira, uma da tarde, 31 de agosto de 1993, saímos para o pátio. O primeiro sou eu, o segundo o Israel, da fé, bicho feio. Dudu, Cezinha, Zé Cachorro e Esquisito. Depois soltaram Severo e Garcia, chefe da turma de baixo. Quando viram nós, os outros não entraram. Assim que Severo e Garcia entraram no pátio nós ficamos em posição, aí começou a matança. Com um soco estourei a cabeça do Garcia, Colocaram linhas no pescoço do Severo e o enforcaram no meio do pátio. Quando tudo acabou, chamei todos para o meio da quadra. E ali, com as mãos sujas de sangue, falei: ‘Aqui, neste momento, está fundado o Primeiro Comando Capital, vamos combater os corruptos, opressores do sistema prisional.’ (PCC: Primeiro Comando Capital. Direção de João Wainer. São Paulo: MOV, 2019).

O PCC emerge como uma espécie de partido que visou unir os presos em prol de seus ideais. Vale lembrar que nesta época, o Diretor da Casa de Custódia de Taubaté foi José Ismael Pedrosa, mesmo direto do Carandiru, em 1992. Pedrosa foi assassinado em 2005, após sua aposentadoria. Juízes, agentes penitenciários e promotores também foram executados. Deixando evidente que o alvo do PCC é o Estado. Em 1997 é fundando o estatuto do PCC:

Quadro 1 – Estatuto do PCC

	Definição
1	Lealdade, respeito e solidariedade acima de tudo ao Partido.
2	A Luta pela liberdade, justiça e paz.
3	A união da Luta contra as injustiças e a opressão dentro da prisão.
4	A contribuição daqueles que estão em Liberdade com os irmãos dentro da prisão, através de advogados, dinheiro, ajuda aos familiares e ação de resgate.
5	O respeito e a solidariedade a todos os membros do Partido, para que não haja conflitos internos, porque aquele que causar conflito interno dentro do Partido, tentando dividir a irmandade será excluído e repudiado do Partido.
6	Jamais usar o Partido para resolver conflitos pessoais, contra pessoas de fora. Porque o ideal do Partido está acima de conflitos pessoais. Mas o Partido estará sempre Leal e solidário a todos os seus integrantes para que não venham a sofrerem nenhuma desigualdade ou injustiça em conflitos externos.
7	Aquele que estiver em Liberdade 'bem estruturado' mas esquecer de contribuir com os

	irmãos que estão na cadeia, serão condenado à morte sem perdão.
8	Os integrantes do Partido tem que dar bom exemplo a serem seguido e por isso o Partido não admite que haja: Assalto, estupro e extorsão dentro do Sistema.
9	O partido não admite mentiras, traição, inveja, cobiça, calúnia, egoísmo, interesse pessoal, mas sim: a verdade, a fidelidade, a hombridade, solidariedade, e o interesse comum ao Bem de todos, porque somos um por todos e todos por um.
10	Todo o integrante tem que respeitar a ordem e a disciplina do Partido. Cada um vai receber e acordo com aquilo que fez por merecer. A opinião de todos será ouvida e respeitada, mas a decisão final será dos fundadores do Partido.
11	O Primeiro Comando da Capital – P.C.C. fundado no ano de 1993, numa luta descomunal e incansável contra a opressão e as injustiças do Campo de concentração "anexo" à Casa de Custódia e Tratamento de Taubaté, tem como tema absoluto "a Liberdade, a Justiça e a Paz".
12	O Partido não admite rivalidades internas, disputa do poder na Liderança do Comando, pois cada integrante do Comando sabe a função que lhe compete de acordo com sua capacidade para exercê-la.
13	Temos que permanecer unidos e organizados para evitarmos que ocorra novamente um massacre, semelhante e ou pior ao ocorrido na Casa de Detenção em 02 de outubro de 1992, onde 111 presos foram covardemente assassinados, massacre este que jamais será esquecido na consciência da sociedade brasileira. Porque nós do Comando vamos sacudir o Sistema e fazer essas autoridades mudar a prática carcerária, desumana, cheia de injustiça, opressão, torturas, massacres nas prisões.
14	A prioridade do Comando no montante é pressionar o Governador do Estado a desativar aquele Campo de Concentração "anexo" à Casa de Custódia e Tratamento de Taubaté, de onde surgiu a semente e as raízes do comando, no meio de tantas lutas inglórias e a tantos sofrimentos atroz.
15	Partindo do Comando Central da Capital do Estado, as diretrizes de ações organizadas e simultâneas em todos os estabelecimentos penais do Estado, numa guerra sem trégua, sem fronteira, até a vitória final.

16	<p>O importante de tudo é que ninguém nos deterá nesta luta porque a semente do Comando se espalhou por todos os Sistemas Penitenciários do Estado e conseguimos nos estruturar também do lado de fora, com muitos sacrifícios e muitas perdas irreparáveis, mas nos consolidamos a nível estadual e a médio e longo prazo nos consolidaremos a nível nacional. Em coligação com o Comando Vermelho - CV e PCC iremos revolucionar o país dentro das prisões e o nosso braço armado será o Terror "dos Poderosos" opressores e tiranos que usam o Anexo de Taubaté e o Bangu I do Rio de Janeiro como instrumento de vingança da sociedade, na fabricação de monstros. Conhecemos a nossa força e a força de nossos inimigos Poderosos, mas estamos preparados, unidos e um povo unido jamais será vencido. LIBERDADE! JUSTIÇA! E PAZ!!! O quartel General do PCC, Primeiro Comando da Capital, em coligação com Comando Vermelho CV. UNIDOS VENCEREMOS!</p>
----	--

Fonte: BIGOLE e BEZERRO, 2014, p. 72.

Assim, encaminha-se o movimento de expansão do PCC. As autoridades pulverizaram os presidiários mais violentos, mas o efeito foi reverso: Quando os membros do PCC foram transferidos para cadeias de outras regiões do país, seus ideais de expandiram pelo país. Quando Geleirão e Cezinha foram transferidos para Bangu I, coligaram-se a Fernandinho Beira Mar, formando a coligação entre PCC e Comando Vermelho. A popularização do celular foi fundamental neste processo.

Além dos aliados, o “PCC” contou com um alto escalão de soldados que, recrutados um a um, juram fidelidade ao estatuto da organização e, em troca, recebem a “solidariedade do partido”, que fornece aos detentos meios para se viver melhor na cadeia (artigos de higiene, roupas, mantas, alimentos, etc.), além de prestar auxílio aos familiares do recluso. O dinheiro para bancar todo esse companheirismo, vem do crime. Caso a solidariedade do partido não seja motivo suficiente para a lealdade, a severidade das punições para com os integrantes da facção que violem o estatuto, que pode ser até a morte, certamente é um bom pretexto. (BIGOLE e BEZERRO, 2014, p. 76).

Em 2002, o PCC sofre uma grande transformação, Geleirão é substituído na liderança do PCC por Marco Willians Herbas Camacho (Marcola), na época conhecido por sua sapiência e considerado um dos maiores assaltantes de banco do estado de São Paulo. Após sua entrada, o PCC passa a agir de forma mais estruturada e com objetivos mais sólidos.

Marcola o foi responsável por introduzir o PCC ao tráfico de drogas para financiar a estrutura da facção. Assim, o PCC introduzira um acordo com traficantes bolivianos. Enquanto os bolivianos necessitavam que sua cocaína chegasse a seus principais destinos, o Comando entrara no acordo garantindo a chegada da cocaína ao mercado brasileiro, reexportando aos outros continentes e dominando os principais portos marítimos. Por conseguinte, por um confronto com criminosos paraguaios, o PCC consegue dominar a rota paraguaia. Com domínio da produção, transporte e exportação de cocaína boliviana, o PCC torna-se o primeiro cartel do Brasil.

Com uma espécie de tribunal, nenhum membro pode matar sem autorização. Muitos presos que saíram da prisão levaram estes preceitos a suas comunidades, de forma a perceber que, com a redução de estratégias violentas, atrairia menos atenção das forças policiais, evitando desgastes conflituosos.

Os novos líderes conscientizaram os seus soldados de que a briga não deveria ocorrer entre eles e após eliminarem seus inimigos, as rebeliões serenaram. Ato contínuo, embora os roubos e furtos continuassem a incidir, os assassinatos pelas ruas diminuíram significativamente. (BIGOLE e BEZERRO, 2014, p. 78).

A reestruturação do PCC levou a resultados expressivos no número de homicídios em São Paulo. Como mencionado também por Bigole e Bezerra:

O jornal Folha de São Paulo divulgou em 09 de junho de 2006 (um mês após a crise de maio/2006) que Marcola havia confirmado um acordo feito entre o “PCC” e as autoridades em depoimento prestado à “CP ” do Tráfico de Armas. No suposto acordo, autoridades teriam fornecido dois aparelhos celulares para que ele ligasse a outros presos e dissesse que estavam bem, na tentativa que paralisasse, mas rebeliões que tinham como um dos motivos, o mau tratamento que os detentos transferidos estavam recebendo, passando frio e fome na nova penitenciária. Há ainda, rumores de que a atual quietude do “PCC” se deve a um suposto acordo junto ao Governo, onde em troca da diminuição de rebeliões e assassinatos, os presídios adotem políticas menos agressivas onde houver a predominância da facção. No entanto, são especulações sem provas concretas. (BIGOLE e BEZERRO, 2014, p. 80).

Acredita-se que, em relação à lavagem de dinheiro, o PCC se encontra numa fase embrionária. O promotor Lincoln Gakiya em depoimento ao documentário *PCC – O Primeiro Cartel da Capital* (2019) menciona que, por exemplo, os presos da Lava Jato que realizavam operações financeiras ilegalmente, estão sendo condenados em segunda instância, fato que

pode demonstrar que é uma questão de tempo para estes terem contato com os presos comuns membros de facções.

Também conhecido como “1533”, o Primeiro Comando Capital (PCC) nasce oficialmente em 1993, em São Paulo, na cidade de Taubaté. Iniciou de dentro da cadeia com seis filiados. Em 2019 a facção conta com 33 mil afiliados no Brasil, oito mil somente no Estado de São Paulo. Estima-se que atualmente existam cerca de 70 facções criminosas no Brasil, de acordo com o Ministério da Segurança. O PCC é a maior facção do país presente em 23 estados, seguido do Comando Vermelho que se encontra em sete estados brasileiros. Logo, estamos diante de um grande dilema: Enquanto há encarceramento em massa, as facções criminosas resistirão.

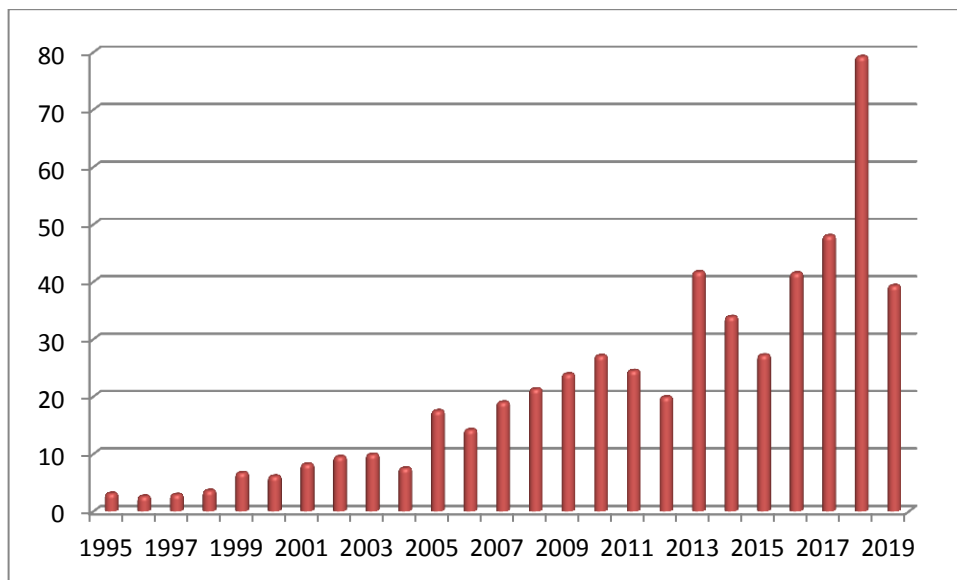
3.2 POLÍTICA PROIBICIONISTA: OS REFLEXOS DA GUERRA CONTRA AS DROGAS NO BRASIL

Dia 11 de abril de 2019, foi publicado o decreto mais recente, referente à Política Nacional sobre Drogas. Entre os pressupostos da política nacional antidrogas, encontram-se: A busca incessantemente por uma sociedade protegida de drogas; reconhecer as diferenças entre usuário, dependente e traficante; conscientizar a população; execução de ações de combate à oferta de drogas; reconhecer a necessidade de conscientização da população.

O Brasil utiliza como principal ferramenta para combater os problemas relacionados ao tráfico de drogas ilícitas, as forças policiais. Por trás deste método, existe a ênfase em conter a oferta, a fim de induzir um aumento dos preços e, por conseguinte, a minimização da demanda. A posição geográfica, o vasto território e a abertura econômica são fatores que aumentaram consideravelmente o fluxo de capitais, pessoas e bens entre as fronteiras nacionais. O que faz com que o Estado tenha sensíveis dificuldades na imposição de um sistema robusto de segurança entre suas divisas. Por influencia do DEA, o Brasil tem forte dedicação à fiscalização dos portos. Entretanto, é importante lembrar que o ciclo se inicia pela “porta de entrada” entre os países vizinhos. Assim, as facções criminosas tem potencial para trazer as drogas ao Brasil, além de reexportar a outros continentes.

Desde 1995, as apreensões de cocaína estão em fase ascendente. Assim como sua demanda, apesar do aumento contínuo de preços. O que indica que o Proibicionismo e o mercado ilícito de drogas ilícitas, seguem em caminho contínuo e ascendente.

Gráfico 12: Apreensões de Cocaína no Brasil



Fonte: Polícia Federal, 2020.

O envolvimento das Forças Armadas no combate ao crime se concretizou no Brasil com a Operação Rio I e Rio II, em 1994 e 1995, respectivamente. Ambas as operações buscavam em restituir a presença do Estado em regiões onde o narcotráfico estava presente – ocupando 13 favelas em dias de confronto armado. A partir dos anos 2000 outras operações semelhantes ocorreram no Rio de Janeiro e São Paulo. A presença do exército nas favelas frequentemente ocasiona vítimas.

Alguns casos foram bastante destacados pela mídia. Em 2019, pelo menos seis crianças foram mortas por balas perdidas no Rio de Janeiro, em comunidades. No caso de Ághata Félix, foi atingida por uma bala de fuzil – testemunhas relatam que um soldado do exército dispara em direção a Kombi, onde a menina se encontrava com o avô, sem haver confronto. Em São Paulo, conforme uma reportagem do Portal G1, somaram-se 716 mortes causadas por policiais, somente em 2019. No Rio de Janeiro, este número sobe para 1.546, somente nos dez primeiros meses do ano.

O pretexto viabilizador da já distante “Operação Rio” e das vigentes ocupações militarizadas de favelas como se fossem territórios “inimigos” conquistados ou a serem conquistados foi e é uma pretensa “pacificação” (estranhamente fundada na guerra) daquelas comunidades pobres alegadamente dominadas pelo “tráfico de drogas”. Com efeito, é exatamente a proibição às arbitrariamente selecionadas drogas tornadas ilícitas o motor principal da militarização das atividades policiais, seja no Rio de Janeiro, no Brasil, ou em outras partes do mundo. No início dos anos 1970, a política de proibição às arbitrariamente selecionadas drogas tornadas ilícitas, globalmente iniciada no início do século XX, intensificou a repressão a seus produtores, comerciantes e consumidores, com a introdução da “guerra às drogas” que, formalmente declarada pelo ex-presidente norte-americano Richard Nixon em 1971, logo se espalhou pelo mundo. (Karam, 2013, p. 3).

O termo “guerra às drogas” ganha destaque nas agendas estatais no início do século XXI, mas ainda está trazendo resultados trágicos e aparentemente muito longe de seus objetivos: As estatísticas oficiais da ONU mostram que Brasil, Chile e Argentina somam pelo menos dois terços dos usuários de cocaína na América do Sul. O diagnóstico brasileiro inicial é semelhante à análise realizada com os países andinos, produtores de coca: A guerra está sendo aplicada contra as consequências do narcotráfico e, não contra as suas causas estruturais.

Há pelo menos quatro séculos existe o ato de proibição de elementos e práticas que até um determinado período foram consideradas naturais e cotidianas que, a partir de acordos e convenções internacionais passam a ser abolidas, comumente por se apresentarem como uma ameaça à ordem pública, economia ou desenvolvimento social.

A pirataria, por exemplo, uma prática legal e estratégica para promover o declínio de nações inimigas e para intensificar o monopólio territorial no sistema internacional, foi criminalizada aos poucos e deixou de ser um exercício comum aos Estados por conta de sua capacidade de promover a instabilidade comercial por meio dos mares, como se estes fossem áreas sem lei, anárquicas. (CAIXETA e MENDONÇA, 2018, p. 9)

Assim como o exemplo da pirataria, também foi com o tráfico negreiro. Negros de todo continente africano tiveram sua vinda forçada para as Américas, foram explorados escravizados a fim de atender a demanda de mão-de-obra em colônias de países europeus. Esta prática foi criminalizada no século XIX – No Brasil, o fim da escravidão foi influenciado primordialmente por fins políticos e econômicos visto que, após a Revolução Industrial, a Inglaterra – berço do capitalismo moderno – impôs o aumento de seu mercado consumidor

mundial, induzindo a transição do trabalho escravo ao assalariado. Em 1888, a Lei Áurea é instituída no Brasil, os escravizados foram libertos da escravidão, porém largados à própria sorte frente a uma nova fase do capitalismo.

Não podemos também isolar o período após 1888, quando o escravo foi transformado em trabalhador "livre" Isto porque, o sistema de relações era aquele que fora institucionalizado em mais de dois séculos de uso, baseado não só na legislação portuguesa e brasileira, como consolidado em uma série de usos e costumes, respeitados como se emanassem da própria lei. Mesmo as modificações de infraestrutura, que ocorrem com maior rapidez, não alteram de imediato, mas à longo prazo, as estruturas legais, sociais e, sobretudo, ideológicas. O escravo, mesmo liberto, continuava sendo encarado pela classe dominante como se fosse um escravo e ele próprio se sentia marcado por sua condição anterior. Mesmo após a abolição, com a extinção do sistema escravocrata do ponto de vista legal e social, muitas vezes as relações entre senhores e ex-escravos continuavam a se pautar pelo sistema que estava cristalizado. É fácil mudar uma lei do que mudar uma mentalidade. A mudança não se faz sentir integralmente com a simples promulgação da lei, mas lentamente, quando os velhos hábitos e costumes vão sendo desativados. (ANDRADE, 1983, p. 72).

No caso da proibição de drogas ilícitas, esta discussão recebe notoriedade a partir de conferências internacionais realizadas ao longo do século XX. A cocaína invade os Estados Unidos da América intensamente a partir dos anos 80. Para muitos consumidores, a substância era familiarizada por ter sido comercializada legalmente em tempos anteriores. Em vista disso:

Como analisa Farrat (2014), a Escola de Copenhague traz uma alternativa aos estudos realistas em relações internacionais com a Teoria da Securitização, sob a qual um tema internacional que ameace a segurança e a existência de Estados e que tenha caráter de urgência, requer medidas externas e intervenções interestatais justificadas a fim de resolver uma situação que determinado país não tenha sido capaz de solucionar por meio de suas próprias medidas políticas.

O narcotráfico, desde a segunda metade do século XX, também passou a ser considerado um crime organizado transnacional passível de securitização, sendo ele responsável pela manutenção da segunda maior indústria do mundo: a de drogas ilícitas (logo atrás da indústria armamentista). Asplund (2004) acrescenta ainda que uma das maiores características dessa atividade é a capacidade de, além de coordenar uma parte considerável das economias de países como a Jamaica, a Birmânia e a Bolívia – por se tratarem de Estados economicamente mais fracos – afetar países que não estão diretamente envolvidos com a produção ou consumo de narcóticos, o que intensifica a justificativa da internacionalização do tráfico de entorpecentes. (CAIXETA e MENDONÇA, 2018, p. 10)

A figura do Estado Intervencionista agindo em prol da guerra contra as drogas é protagonizada pelos EUA, ao constatar que maior parte da cocaína que entrava no país era proveniente da região andina. Possivelmente, o exemplo mais expressivo esteja expresso na relação com a Colômbia que, na década de 1990, se apresentava como um estado frágil ao mesmo tempo em que as áreas de cultivo de coca aumentaram consideravelmente, assim como a dificuldade em conter o grande Cartel de Medellín, Cartel de Cali e posteriormente, vários outros carteis menores pulverizados por todo país, intensificando a violência, corrupção e atuação de guerrilhas. Diante desse cenário, abrem-se as portas para os programas de cooperação norte americanos na região andina.

Assim como no Peru e na Bolívia, o Estado colombiano foi induzido a aceitar ajuda da comunidade internacional no século XX. A interpretação do problema por parte dos governos sul americanos se mostrou de forma distinta dos Estados Unidos. Sumariamente, os países andinos compreendiam que para garantir a paz é necessário ir além do combate às guerrilhas – sendo necessário o fortalecimento da economia, acesso à saúde e à educação como forma de reintegração social, pela consciência de que, acima de tudo, o problema do narcotráfico tem raízes socioeconômicas. Na prática, este posicionamento seguiu em segundo plano.

Um dos planos estadunidenses mais ambiciosos na região andina foi o Plano Colômbia, firmado no ano de 1999, na Colômbia. Inicialmente o plano teve um orçamento aprovado no congresso dos Estados Unidos de US\$1,32 bilhões, com estimativa futura de investimento de US\$7,5 bilhões – 4 bilhões seriam arrecadados pela Colômbia via empréstimos internacionais e privatizações de empresas estatais. O então presidente colombiano Andrés Pastrana, em 1999, firmou o Plano com intuito de obedecer aos seguintes princípios: Combater o narcotráfico, estabilizar as instituições e reestabelecer o desenvolvimento econômico e social. Uma das medidas desenvolvidas por Andrés Pastrana foi a Rede de Apoio Social (RAS), “*Famílias em Acción*”, um dos programas realizados pelos RAS e auxiliou cerca de um milhão de crianças, além de outros programas que foram intensificados até o ano de 2005, auxiliando a alimentação e educação principalmente em comunidades carentes.

O Plano Colômbia teve um redirecionamento a partir de 2001, quando ocorre nos Estados Unidos, o ataque às Torres Gêmeas. O terrorismo passa a ser a maior ameaça aos Estados e, com aparato no novo presidente colombiano Alvaro Uribe, o Plano Colômbia sofre mudanças em sua estratégia, agindo fortemente no combate militar, por meio da intervenção

das Forças Armadas. Os demais países andinos sofreram um reflexo dessas medidas intervencionistas e também macroeconômicas.

A cocaína peruana é considerada pelo DEA como a mais pura da região andina. Para combater a produção ilícita, o país promove a erradicação voluntária e forçada (de inspiração estadunidense e duramente criticada pelo sindicato de cocaleiros peruanos). O sindicato de cocaleiros no Peru é mais frágil e fracionado, comparado ao boliviano, mas tem conseguido fomentar protestos e eleger representantes no parlamento peruano. A erradicação voluntária é coordenada pela *Comisión Nacional para el Desarrollo y Vida Sin Drogas (DEVIDA)* e, a erradicação forçada é financiada principalmente pelos EUA, com apoio militar. Enquanto na Bolívia, a interferência estadunidense começa a ser contestada apenas a partir de 2008.

O Proibicionismo em conjunto com a estratégia de intervenção militar é legitimado pela percepção da necessidade de exterminar a oferta nos grandes centros de produção, que culminaria num aumento de preços e consequente queda no consumo. Diretrizes que podem facilmente ser relacionadas à visão ortodoxa econômica – que, na criminalidade, estão agregadas na Teoria Econômica do Crime, explanada no primeiro capítulo que, também expõe a importância das apreensões para mitigar a oferta de crimes, visto o criminoso como um ser que age de forma isolada e puramente racional.

A soberania nacional e efetividade de políticas apoiadas no confronto armado é colocada em questão. Do ponto de vista econômico, os produtores devem substituir a produção da coca ilícita por uma atividade legal sem desvalorizar seus valores étnicos e suas atividades agrícolas. Ao longo de toda cadeia produtiva da cocaína, é necessário que muitas pessoas estejam envolvidas principalmente durante a plantação e colheita da coca, onde maior parte da população economicamente ativa da região andina é envolvida de forma direta e indireta. Ao comparar a qualquer produto agrícola, o cultivo ilícito da coca é amplamente o mais rentável: “Duas vezes superior ao rendimento do arroz, três vezes maior que da laranja, cinco vezes superior à do café e dez vezes mais elevada que a renda da banana.” (FERNANDEZ e MALDONATO, 1999, p. 145).

Em toda região andina, existem camponeses que dependem economicamente do cultivo de coca para o próprio sustento, em virtude disso, são coagidos pelos cartéis – responsáveis também pela fabricação e distribuição da cocaína – a manter-se na produção de coca ilícita. Enquanto na outra ponta do elo, existem vários pequenos traficantes, presentes no mundo todo, responsáveis pela venda ao consumidor final.

De imediato, observa-se uma grande particularidade em comum entre os principais países produtores de coca, certificada na Reunião de Cartagena, em 15 de fevereiro de 1990, entre George Bush e os representantes dos países andinos. Jaime Zamora, junto com o então presidente da Colômbia Cesar Gaviria, expôs a existência de outros setores essenciais na sobrevivência do narcotráfico, sendo fortemente participantes da economia dos Estados Unidos, como o setor de armas e bancário. Na Carta de Cartagena, a Colômbia solicita o reestabelecimento dos preços de seus produtos tradicionais no mercado internacional, para que sua economia seja reestabelecida, enquanto os EUA propõem a destruição total da coca e política de militarização como meio de solução ao narcotráfico. Prevalece então, a proposta estadunidense.

A ascensão da produção da cocaína no mundo também coincidiu com a ascensão das políticas neoliberais na América Latina. Enquanto anos de 1980, houve uma intensa queda nos produtos agrícolas em toda região andina, na Bolívia ocorreu o encerramento de atividades de várias minas que acarretou na demissão de aproximadamente 23 mil operários públicos em virtude de diversas privatizações, além da permissão de sigilo bancário sem regulamentações robustas (medida que durara até a entrada do governo de Evo Morales). No Peru, as plantações de coca chegam a 200 mil hectares, grande parcela da população encontrara-se pobre e analfabeta em regiões isoladas – fator predominante desde os anos de 1970 no país, enquanto na década seguinte, o banco agrário e o crédito aos agricultores são abortados. A Colômbia passara por dificuldades em financiar importações – durante o governo de Afonso López (1974-1978), o Banco Central autoriza recebimentos em moeda estrangeira para qualquer pessoa sem exigir dados de origem – medida conhecida como *Ventanilla Siniestra*. Na década de 1990, o ex-presidente peruano Alberto Fujimori permite a livre circulação de moeda estrangeira; a fim de aumentar as importações, sobrevaloriza a moeda nacional o que culmina num déficit comercial que foram financiados por remessas estrangeiras de dólares – *Hot Money*.

Também é necessário conhecer o caminho do dinheiro. Normalmente, todo dinheiro de operações realizadas em dólar entre diferentes países deve passar pelos Estados Unidos – país emissor da moeda-padrão, motivo pelo o qual, muitas *offshore companies* centralizavam suas operações em bancos estadunidenses, onde o capital ilícito é redistribuído por “Operações de Cabo” em várias subcontas no país para retornarem lavados ao país de origem. O sociólogo Ney Jansen Ferreira Neto explica:

As *off shore* e os paraísos fiscais são o exemplo de entidades e Estados “legalmente constituídas” sob o capitalismo e sob os quais os capitalistas e governos ao seu serviço não estão interessados se tais entidades e Estados servem a proliferação do crime organizado. Uma sociedade *off shore* seria uma sociedade localizada num território externo gerida à distância a partir do país de onde se tomam as decisões com relação à gestão dessas empresas. As “*offshore company’s*” são entidades sujeitas a “regimes legais diferenciados”, uma verdadeira válvula de escape para o capital, com proteção de identificação aos seus integrantes, liberdade cambial, sem restrições para compra e venda de moedas, permissão de depósitos em moedas fortes (dólar) e que se instalam em regiões conhecidas como “paraísos fiscais”. [...] Os paraísos fiscais são a galinha dos ovos de ouro para a criminalidade transnacional pois tem como característica ocultar a origem e os proprietários dos fundos e geralmente recusam-se a cooperar judicialmente. Esses territórios possuem como características: Segredo bancário rigoroso; pouco ou nada de taxa de impostos, sobre rendimentos, lucros e patrimônio; grande facilidade de instalação e criação de sociedades; cooperação judiciária limitada.

Com relação à reduzida carga fiscal, outro atrativo dos paraísos fiscais, a busca pela redução de impostos está articulada com a visão do “Estado mínimo” promovida pelos políticos que seguiram a cartilha liberal –chamada também de neoliberal- a partir dos anos 1970. (NETO, 2012, p. 73)

Basicamente, a lavagem de dinheiro passa por três etapas: Colocação, lavagem e integração. A primeira etapa se trata do depósito do dinheiro em espécie em algum banco – normalmente os depósitos são feitos fracionados. A segunda etapa seria uma espécie de “acomodação” deste dinheiro a partir de transferências bancárias e; a integração é quando este dinheiro é reinvestido na economia legal. Em regiões de diversificada atividade econômica e, grande número de movimentações financeiras, o dinheiro ilícito é mais difícil de ser identificado.

A visão ortodoxa é considerada como predominante desde o século XX, não obstante, a análise realizada a partir dos dados estatísticos mostram que as apreensões não exterminaram a ação ilícita que, movimenta um alto nível de capital a ponto de se reinventar após cada momento de repressão. O que indica que o aumento de apreensões não culmina na minimização na oferta de crimes, o “efeito balão” continua acontecendo em toda região andina – como uma realidade não mencionada pela Teoria Econômica do Crime. Ainda é necessária uma estratégia eficaz capaz de enfatizar as causas estruturais do problema, podendo estar ligadas à exclusão social e pobreza. Fatores que atuam como um impasse ao desenvolvimento econômico, principalmente em países subdesenvolvidos como Brasil.

No Brasil, não houve a formação de grupos guerrilheiros aos moldes peruanos e bolivianos, mas houve a formação das facções criminosas, com semelhantes fundamentos, basicamente, em busca da liberdade daqueles que eram excluídos, até menos pelos direitos humanos no país.

O neoliberalismo que trabalha as questões relacionadas às escolhas individuais ignora a existência de diferentes classes sociais. Como abordado anteriormente, as favelas no Brasil foram formadas principalmente por escravos libertos, porém, tal liberdade não foi acompanhada de oportunidades, diferente da situação dos imigrantes europeus. Muitos sobreviveram à margem da miséria, numa sociedade que crescera desenfreadamente, mas que não desenvolvera a ponto de abandonar antigos preconceitos, refletido no racismo presente nos dias atuais.

A superpopulação carcerária é espelho de uma política que compreende que se deve excluir da sociedade os infratores, e excluí-los também de direitos básicos ao ser humano. Os últimos índices publicados pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública mostram que a taxa de ocupação de presídios brasileiros são de 197,4%. Entre os presidiários, 75% não tem ensino médio, menos de 1% possui graduação, a grande maioria é presa por tráfico de drogas e, aproximadamente, 65% da população carcerária brasileira é negra. Nos Estados Unidos a taxa de ocupação é de 103,9% e, na Rússia 79%. O Brasil ocupa a posição de terceiro país no mundo com maior número de presos. De imediato, os dados mostram que, a pobreza e as prisões no Brasil têm cor e classe social.

A partir da análise da geopolítica do tráfico, constata-se uma característica inicial, presentes na política proibicionista ancorada às políticas ortodoxas: Ineficiência. Visto a experiência tida por estes países descritos até então, a intervenção militar mostrou-se intensamente violenta a população local e, incapaz de curar as causas estruturais do problema, estando relacionada a uma estratégia imperialista. A atuação do Estado mostra-se decisiva na mediação de conflitos e na busca por uma sociedade igualitária, além de ser responsável por gerenciar as medidas macroeconômicas ao país. A alta desigualdade social também pode induzir a violência e criminalidade que, se apresenta como um grave empecilho ao desenvolvimento das nações.

Como na experiência obtida nos países vizinhos, a política proibicionista não minimizou o mercado de drogas ilícitas. Se do lado da oferta, apontamos a desigualdade social como principal motor, é importante salientar e pesquisar os motivos que levam o ser humano a ser dependente de drogas, sejam elas lícitas ou ilícitas. A guerra contra as drogas se apresenta como um método esgotado, moralista e ineficiente.

ANÁLISE CONCLUSIVA

O drástico aumento da criminalidade e violência combinadas ao aumento dos gastos públicos e privados com segurança dos tempos atuais chama atenção da ciência econômica que possui também como papel, a compreensão de fenômenos da sociedade. Este trabalho realizou uma discussão entre o tráfico internacional de cocaína e seus efeitos na sociedade, expondo a complexidade do tema. De imediato, a primeira conclusão a se destacar é a necessidade de mais estudos econômicos a respeito do tema de forma a não negar a desenvoltura regional e interdisciplinaridade, visto que o narcotráfico toma importância crucial ao desenvolvimento econômico e social.

O primeiro capítulo mostrou como o tema foi discutido na ciência ao longo da história, explicar como surgiram as hipóteses adotadas Pela Teoria Econômica do Crime, assim como as críticas teóricas, destacando brevemente a visão marxista. O intuito inicial de Gary Becker é propor uma teoria econômica ortodoxa que substitua as demais teorias sobre criminalidade, baseada na descoberta de um ponto de equilíbrio entre gastos públicos com combate e prevenção a crimes, considerando as infinitas necessidades humanas e escassos recursos. Em contrapartida, os marxistas defendem que análise não deve ser realizada exclusivamente a partir das escolhas racionais do *homo economicus*, mas considerando as particularidades do sistema político vigente, visto a criminalidade como um produto do sistema capitalista capaz de gerar uma imensa desigualdade social, concentração de renda e pobreza. A partir da análise dos dados adotados nesta pesquisa, constata-se que existe uma grande divergência entre as premissas da Teoria Econômica do Crime e o tráfico internacional de cocaína.

Na análise da geopolítica do tráfico, foram constatadas particularidades regionais entre as principais nações envolvidos no narcotráfico de cocaína. A queda dos preços de commodities a partir da década de 70 no mercado internacional induziu ambos os países da região andina a uma intensa crise econômica, que culminou em demissões em massa, conflitos sociais, somados a falta de governabilidade, desemprego e extensa pobreza. Assim, a deterioração econômica dos trabalhadores do campo contribuiu para a entrada dos mesmos num mercado de maior rentabilidade, a plantação de coca, esta podendo estar ligada aos exércitos paramilitares financiados por narcotraficantes; além dos conflitos de cunho ambiental, visto a atuação das mineradoras.

No Brasil, não há registros de plantações de coca em seu território, mas os efeitos do tráfico são evidentes ao longo do território nacional: A formação econômica do país foi

marcada pela exclusão social e marginalização de parcela da sociedade. Dos presídios, nasceram as maiores facções criminosas do país, ligadas ao tráfico de internacional de drogas. Sendo assim, alcançamos a segunda conclusão, chegando perto do objetivo geral desta pesquisa: Os dados mostram um aumento nas apreensões de cocaína, no entanto, a produção e a demanda continuam estáveis (os preços agrícolas apresentaram uma breve queda, porém ainda mais rentável que qualquer outro produto agrícola). Logo, na prática, o aumento de prisões e apreensões não auxiliou na redução de crimes, como descrito na Teoria Econômica do Crime.

A realidade considerada por Gary Becker está bastante distante da dos fatos cotidianos na América Latina. Assim como no Peru, o Brasil também passa por crimes ambientais por parte de grandes mineradoras, comprometendo a atividade econômica de parcela da população local. A mobilidade entre o mercado legal e ilegal, implicitamente mencionada na Teoria Econômica do Crime, torna-se inviável pela negação do fato de que muitas pessoas têm dificuldades em entrar no mercado de trabalho, por exemplo: Ex-presidiários.

O encarceramento em massa é um antigo problema brasileiro, muitos criminosos, ao iniciar sua pena em regime fechado, são induzidos a entrar em facções que possuem como principal fonte de financiamento, o tráfico de drogas. De imediato, concluímos que existe incompatibilidade na Teoria Econômica do Crime na descrição do comportamento humano: O ser humano não vive de forma isolada, as escolhas ditas como racionais não são influenciadas apenas pela utilidade envolvida o momento presente, mas também por ações instintivas, visto que seu corpo reage a impulsos emocionais, inclusive à fome e contexto social. Sendo assim, a pobreza, o desemprego, a violência e a histórica desigualdade social mostraram-se como fatores decisivos nesta análise, provando que a sociedade e seu contexto histórico cultural, auxiliam na formação moral do indivíduo.

Assim chegamos a resposta do problema dessa pesquisa: A alta rentabilidade da cocaína é capaz de fazer este mercado se reinventar a cada momento de repressão; as flexibilizações monetárias são capazes de facilitar o processo de lavagem de dinheiro. A pobreza e o fato de que há uma parcela da sociedade que sobrevive em consonância à violência, possibilita a coragem daqueles indivíduos que se enxergam à margem a sociedade. Enquanto, do lado da demanda, há outra parcela da população, pelos mais diversos motivos psicológicos, mantêm seu consumo de drogas constante, não somente de drogas ilícitas. Há fatores financeiros, mas também psicológicos, políticos e sociais permitindo que a cocaína seja a droga mais lucrativa do mercado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMORIM, Carlos. **Comando Vermelho: A História Secreta Do Crime Organizado**. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 1994.

ANDRADE, Manuel Correia de. Transição para o Trabalho Escravo ao Trabalho Livre no Nordeste Açucareiro: 1850/1888. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 1, n. 13, p. 71-83, jan. 1983.

ANDRÉ, André Luís. A MILITARIZAÇÃO URBANA E AS FRATERNIDADES DO CRIME: CV e PCC.: **Akrópolis: Revista de Ciências Humanas da UNIPAR**, Foz do Iguaçu, v. 23, n. 1, p. 49-58, fev. 2015.

BARBIÉRI, Luiz Felipe. CNJ registra pelo menos 812 mil presos no país: 41,5% não têm condenação. : 41,5% não têm condenação. **G1: Globo.com**. Brasília, p. 1-2. 17 jul. 2019.

BECKER, Gary S. Crime and punishment: An economic approach. **The Journal of Political Economy**. 1968, 76 (2), p. 169-217.

BIBLIOTECONOMIA Digital: **Informação, Tecnologia e Desenvolvimento. Informação, Tecnologia e Desenvolvimento**. 2018. Disponível em: <<https://www.biblioteconomiadigital.com.br/>>. Acesso em: 12 out. 2018.

BOITEUX, Luciana. O antimodelo brasileiro: proibicionismo, encarceramento e seletividade penal frente ao tráfico de drogas. : Proibicionismo, encarceramento e seletividade penal frente ao tráfico de drogas. **Nueva Sociedad**, Rio de Janeiro, v. 255, n. 1, p. 1-2, nov. 2015.

BIGOLI, Paula dos Santos; BEZERRA, Eduardo Buzetti Eustachio. Facções Criminosas: o caso do pcc - primeiro comando da capital. : O Caso do PCC - Primeiro Comando da Capital. **Colloquium Humanarum**, Presidente Prudente,, v. 3, n. 11, p. 71-84, dez. 2014.

BILL, Mv; ATHAYDE, Celso. **FALCÃO**: meninos do tráfico. Rio de Janeiro: Objetiva, 2006. 262 p.

BRASIL. Decreto nº 9.761, de 23 de agosto de 2006. **Política Nacional Sobre Drogas..** Brasília, 11 abr. 2019. Seção 1.

BRASIL. Polícia Federal. **Portal da Polícia Federal**. Disponível em: <http://www.pf.gov.br/>. Acesso em: 12 mar. 2020.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Um grande modelo? In: **Encontro Nacional de Economia Política**, Florianópolis, 19-20 de junho de 2003.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Ortodoxos e Histórico-Institucionalistas. In: **X Encontro Nacional da Sociedade Brasileira de Economia Política**, Campinas: 27 de maio de 2005.

BRESSER-PEREIRA, Luis Carlos. Os dois métodos e o núcleo duro da teoria econômica. **Revista de Economia Política**, v. 29, nº 2 (114), p. 163-190, abril-junho/2009.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Por que os ortodoxos erram tanto? In: **Folha de São Paulo**, 8, fevereiro de 2010.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Os Dois Métodos da Teoria Econômica**. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, Departamento de Economia, Texto para Discussão no. 127, julho de 2003. Disponível em www.bresserpereira.org.br. Acesso em dezembro, 2019.

BUSCHER, Richard; OLIVEIRA, Sandra R.m.. O discurso do "combate às drogas" e suas ideologias. **Saúde Pública**, São Paulo, v. 28, n. 2, p.137-145, jan. 1994.

CAIXETA, Thayse Cristine; MENDONÇA, Filipe Almeida do Prado. **O narcotráfico na Colômbia e a implementação do Plano Colômbia no início dos anos 2000**. 2018. 1 f. Monografia (Especialização) - Curso de Relações Internacionais, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2018.

CARELLO, Clarissa Pereira; CACHAPUZ, Maria Cláudia Mércio. A Trejetória de Pablo Escobar e o Tempo. In: V ENCONTRO INTERNACIONAL DO CONPEDI MONTEVIDÉU - URUGUAI, 5., 2016, Montevideo. **Direito Civil Contemporâneo**. Montevideo: Unisinos, 2016. p. 80 - 96.

CARRERA-FERNANDEZ, José; MALDONADO, Genaro Emilio Carrión. **A Economia do Narcotráfico: Uma Abordagem a Partir da Experiência Boliviana**. Nova Economia, Belo Horizonte, v. 2, n. 2, p.137-172, fev. 1999.

CARUSO, Tiago. **Assaltantes, traficantes e milícias: teoria e evidência das favelas do rio de janeiro**. 2009. 1 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências Econômicas, Departamento de Economia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

CECCATTO, Dirceu Ricardo Lemos. O Comando Vermelho e a Nova Ordem Mundial. **Universitas: Relações Internacionais**, Brasília, v. 4, n. 2, p. 1-27, 22 out. 2007. Centro de Ensino Unificado de Brasília. <http://dx.doi.org/10.5102/uri.v4i2.166>.

CERQUEIRA, Daniel; LOBÃO, Waldir. Determinantes da Criminalidade. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 47, n. 2, p.233-269, fev. 2014.

CLEMENTE, Ademir ; WELTERS, Angela . Reflexões sobre o modelo original de economia do crime. **Revista de Economia** (Curitiba) , v. 33, p. 139-157, 2007.

CLOSS, Maria Bernardes. Narcotráfico e Violência na Colômbia: uma análise a partir dos processos sociais e políticos do Estado colombiano (1970-2000). In: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS, 6., 2017, Rio de Janeiro. **Anais [...]** . Belo Horizonte: Ufmg, 2017. p. 1 - 18.

CUNHA, Vagner Silva da. A proposta neoliberal no combate à criminalidade: o programa estadunidense tolerância zero. **Revista de Estudos Sociais** - ano 10, n. 19, v. 1, 2008.

DIAS, Maria de Lourdes Pereira. FORMAÇÃO DE PREÇOS EM JEVONS, MENGER E WALRAS. **Textos de Economia**, Florianópolis, v. 1, n. 5, p. 121-130, jan. 1994.

ELSTER, Jon. **Peças e engrenagens das ciências sociais**. Rio de Janeiro Relume-Dumará, 1994.

ENGELS, Friedrich. (1845) **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Porto: Afrontamento. 1975. 396 p.

ESCOBAR, Juan Pablo. **Pablo Escobar, Meu Pai**: as histórias que não deveríamos saber. 6. ed. São Paulo: Planeta, 2015.

EUA. The World Banc. . **The World Banc Group**. Disponível em: <https://www.worldbank.org/pt/country/brazil>. Acesso em: 06 dez. 2019.

FERNANDEZ, José Carrera; MALDONADO, Genaro Emilio Carrión. A Economia do Narcotráfico: uma abordagem a partir da experiência boliviana. : Uma Abordagem a Partir da Experiência Boliviana. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 9, n. 2, p. 137-173, dez. 1999.

FERREIRA NETO, Ney Jansen. **Estado, Narcotráfico e Sistema Financeiro**: Algumas Aproximações. 2012. 331 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

FERREIRA, Pedro Eugênio M; MARTINI, Rodrigo K. Cocaína: Lendas, história e abuso. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, Porto Alegre, v. 23, n. 2, p.96-99, set. 2001.

FRAGA, Paulo César Pontes. A geopolítica das drogas na América Latina. **em Pauta**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 19, p.67-88, jan. 2017.

GURFINKEL, Decio. O episódio de Freud com a cocaína: O Médico e o Monstro. **Revista Latinoamericana de Psicopatia**, São Paulo, v. 3, n. 11, p.420-433, set. 2008.

HARVEY, David. **O Novo Imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2005.

HUNT, E. K.; LAUNTZENHEISER, Mark. **História do Pensamento Econômico**: Uma Perspectiva Crítica. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

JEVONS, W (1983). **A Teoria da Economia Política**. Abril Cultural: São Paulo, Brasil, Col. 'Os Economistas', 397p.

KARAM, M. L. 2013. **Sem o fim da “Guerra às drogas não haverá desmilitarização.** Disponível em: http://www.leapbrasil.com.br/media/uploads/texto/88_Desmilitarização%20-%20ALERJ.pdf?1391624538. [29/11/15].

LEICHTMAN, Ellen C. Bolivia, coca, and US foreign policy. **Critical Criminology**, v. 9, n. 1-2, p. 63-84, 2000.

MADRID, Daniela Martins. **O crime organizado como precursor do Estado Paralelo e o seu confronto perante o Estado Democrático de Direito.** Presidente Prudente: Faculdade de Direito de Presidente Prudente, 2004. Disponível em: <<https://www2.mp.pa.gov.br/sistemas/gcsubsites/upload/60/o%20crime%20organizado%20como%20precursor%20do%20estado%20paralelo.pdf>>. Acesso em: 20/12/2019.

MARTINS, Gizele. **Militarização e Censura:** a luta por liberdade de expressão na favela da maré. Rio de Janeiro: Npc, 2019.

MAZZUCHELLI, F. (2016). Senior, Jevons e Walras: a construção da ortodoxia econômica. **Economia E Sociedade**, 12(1), 137-146

MENGER, Carl. (1871). **Princípios da Economia Política.** São Paulo: Abril Cultural, 1983 (Coleção OS Economistas).

Ministério da Justiça e Segurança Pública (comp.). **Há 726.712 pessoas presas no Brasil.** 2020. Disponível em: <https://www.justica.gov.br/news/ha-726-712-pessoas-presas-no-brasil>. Acesso em: 12 mar. 2020.

MISSE, Michel. Crime Organizado E Crime Comum No Rio De Janeiro: diferenças e afinidades. : Diferenças E Afinidades. **Revista Sociologia Política**, Curitiba, v. 40, n. 40, p. 13-25, out. 2011.

MÓDOLO, Parcival. Os Incas: língua, cultura e música. **Revista USP**, São Paulo, v. 42, n. 1, p.143-156, dez. 2006.

NATALINO, Enrique Carlos. O Peru entre Três Mundos: o desafio da transposição de muros. : O Desafio da Transposição de Muros. In: PRÊMIO AMÉRICA DO SUL, 1., 2009, Brasília. **Peru: Evolução Recente e Futura**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009. p. 7-45.

OLIVEIRA, Luis Fernando Martins; WAGNER, Sandrine Comparsi. A cocaína e sua adulteração. **Revinter: Revista Intertox de Toxicologia, Risco Ambiental e Sociedade**, Novo Hamburgo, v. 1, n. 6, p.15-28, fev. 2013

PASSAGLI, M. **Toxicologia Forense**. Teoria e Prática. Campinas, São Paulo. Millennium, 2007.

PAULA, Tania Braga de. **Criminologia: Estudo das Escolas Sociológicas do Crime e da Prática de Infrações Penais**. 2011. 47 f. TCC (Graduação) - Curso de Direito, Centro Universitário do Norte Paulista, São José do Rio Preto, 2011.

PAULA, Tania Braga de. **Criminologia: Estudo das Escolas Sociológicas do Crime e da Prática de Infrações Penais**. 2011. 47 f. TCC (Graduação) - Curso de Direito, Centro Universitário do Norte Paulista, São José do Rio Preto, 2011.

PCC Primeiro Cartel Capital. Direção de João Wainer. Produção de Uol. São Paulo: Mov.doc, 2019. 4 episódios, P&B. Disponível em: <https://www.uol.com.br/mov/reportagens-especiais/pcc.htm>. Acesso em: 04 mar. 2020.

PERALVA, Angelina; SINHORETTO, Jacqueline; GALLO, Fernanda de Almeida. Economia da Droga, Instituições e Política: Os Casos de São Paulo e Acre na CPI do Narcotráfico. : os casos de São Paulo e Acre na CPI do Narcotráfico. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 34., 2010, Caxambu. **Anais [...]**. Caxambu: ., 2010. p. 1-26.

PORTAL Educação: **O que é droga?**. O que é droga?. 2018. Disponível em: <<https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/conteudo/o/60313>>. Acesso em: 14 out. 2018.

PÔRTO JÚNIOR, S. S. ; MARQUES JÚNIOR, Liderau dos Santos . **O método da teoria neoclássica - a economia neoclássica é uma teoria refutável?**. In: Gentil Corazza. (Org.). Métodos da Ciência Econômica. 1ed.Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003, v. , p. 93-116

PROCÓPIO FILHO, Argemiro; VAZ, Alcides Costa. O Brasil no contexto do narcotráfico internacional. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 1, n. 40, p.75-122, jan. 1997.

RODRÍGUEZ, Ricardo Vélez. **OS PRIMÓRDIOS DA GUERRA DO NARCOTRÁFICO NA COLÔMBIA**. 2019. Disponível em: <http://www.ecsbdefesa.com.br/arq/Art%2031.htm>. Acesso em: 10 fev. 2020.

RODRIGUES, Thiago M. S. **A Infundável Guerra Americana: Brasil, EUA e o Narcotráfico no Continente**. In: São Paulo em Perspectiva, n. 16 (2), p. 102-111, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v16n2/12116.pdf>>. Acesso em: 11/03/2011.

RODRIGUES, Thiago. Narcotráfico e Militarização nas Américas: Vício de Guerra. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 2012, n. 1, p.9-41, jun. 2012.

S.A., Empresa Nacional de La Coca. **ENACO: empresa nacional de la coca**. Empresa Nacional de La Coca. 2020. Disponível em: https://www.enaco.com.pe/?page_id=89. Acesso em: 16 jan. 2020.

SANTOS, B. A. ; Armani, A. ; RINALDI, P. N. . **O Poder Dos Cartéis De Drogas Transnacionais E Os Dilemas Do Desenvolvimento Latino-Americano**. 2011. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

SANTOS, Cezar Augusto Pereira dos; CASAGRANDE, Dieison Lenon; HOECKEL, Paulo Henrique de Oliveira. “TEORIA ECONÔMICA DO CRIME”: Dos Pressupostos Acadêmicos À Empiria Do Dia A Dia Na Vida De Ex Presidiários De Santa Maria RS. **Economia e Desenvolvimento**, Santa Maria, v. 27, n. 2, p. 1-22, 10 mar. 2016. Universidade Federal de Santa Maria. <http://dx.doi.org/10.5902/1414650921087>.

SERAFINI, Mariana. Colômbia: do nascimento da guerrilha ao acordo de paz. **Carta Capital**, Rio de Janeiro, n. 1, p.4-5, 24 maio 2017.

SILVA, Íris et al. ASPECTOS ESTRUTURAIS E FARMACOLÓGICOS DA COCAÍNA. In: SIMPÓSIO DE CIÊNCIAS FARMACÊUTICAS, 3., 2014, SÃO Camilo. **SIMPÓSIO**. SÃO Camilo: Centro Universitário SÃO Camilo, 2014. p. 1-4.

SILVA, Luiza Lopes da. **A questão das drogas nas relações internacionais: uma perspectiva brasileira**. Brasília/DF: Fundação Alexandre Gusmão, 2013. 407 p.

SIMPÓSIO DE CIÊNCIAS FARMACÊUTICAS, 3., 2014, São Paulo. ASPECTOS ESTRUTURAIS E FARMACOLÓGICOS DA COCAÍNA. São Paulo: São Camilo, 2014. 3 p.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.v.1.

SOBRAL SAMPAIO, WALDEMAR. Jevons e o princípio da utilidade marginal: pesquisa empírica e teoria econômica. **Semestre Econômico**, v. 20, p. 73-93, 2017

SOUZA, Taciana Santos de. **A Economia das Drogas em uma abordagem Heterodoxa**. 2015. 1 v. Dissertação (Mestrado) - Curso de Desenvolvimento Econômico, Universidade de Campinas, Campinas, 2015.

THE NOBEL PRIZE. **Gary Becker Biographical**. 2019. Disponível em: <https://www.nobelprize.org/prizes/economic-sciences/1992/becker/biographical/>. Acesso em: 12 dez. 2019.

UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME (Viena). Onu (Org.). **Bolívia**: Monitoreo de Cultivos de Coca 2017. Viena: Onu, 2017. 110 p.

UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME (Viena). Onu (Org.). **Colombia**: Monitoreo de Cultivos de Coca 2017. Viena: Onu, 2017. 110 p.

UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME (Viena). Onu (Org.). **Perú**: Monitoreo de Cultivos de Coca 2017. Viena: Onu, 2017. 110 p.

UNODC. **O UNODC e a resposta às drogas**. Disponível em: <https://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/drogas/index.html>. Acesso em: 20 fev. 2020.

VALENCIA, León. Drogas, Conflitos e os EUA: A Colômbia no início do século. **Diplomacia, Estratégia e Política**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p.121-151, jan. 2005.

Vargas, R. M. **Determinação do DNA da Cocaína**. Perícia Federal. Brasília, 2001, p. 16-21.

WALRAS, Léon. **Compêndio dos elementos de economia política pura**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

ZALUAR, Alba. “Para dizer que não falei de samba: Enigmas da Violência no Brasil”. In: NOVAIS, Fernando (org). **A história Privada do Brasil: contrastes da intimidade contemporânea**. V.4, São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

ZALUAR, Alba; CONCEIÇÃO, Isabel Siqueira. CARUSO, Tiago. Assaltantes, traficantes e milícias: teoria e evidência das favelas do rio de janeiro. 2009. 1 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências Econômicas, Departamento de Economia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.: o que é paz?. : O Que é Paz?. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 21, n. 2, p. 89-101, dez. 2007